



MA SSACRE



DE IPATINGA
QUADRO A QUADRO

UMA SSACRE DE IPATINGA QUADRO A QUADRO



REALIZAÇÃO:



Projeto
Marcas da Memória

Comissão de
Anistia

Ministério da
Justiça



341.5
M414

Massacre de Ipatinga: quadro a quadro / Edvaldo Fernandes, organizador. -- Brasília :
Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2013.
176, [12] p. : il., fots.

Projeto Marcas da Memória.
Parceria da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça com o Instituto
Pauline Reichstul (IPR).
ISBN : 978-85-85820-51-0

1. Chacina – Brasil. 2. Ditadura – Brasil. 3. Anistia – Brasil. 4. Direitos humanos
– Brasil. I. Brasil. Ministério da Justiça. Comissão de Anistia. II. Fernandes, Edvaldo
(org).

CDD

IMA SSACRE



DE IPATINGA
QUADRO A QUADRO



Presidenta da República

Dilma Vana Rousseff

Ministro da Justiça

José Eduardo Cardozo

Secretária-Executiva

Marcia Pelegrini

Presidente da Comissão de Anistia

Paulo Abrão

Vice-Presidentes da Comissão de Anistia

Sueli Aparecida Bellato

José Carlos Moreira Silva Filho

Conselheiros da Comissão de Anistia

Aline Sueli de Salles Santos

Ana Maria Guedes

Ana Maria Lima de Oliveira

Carolina de Campos Melo

Carol Proner

Cristiano Otávio Paixão Araújo Pinto

Edson Cláudio Pistori

Eneá de Stutz e Almeida

Henrique de Almeida Cardoso

Juvelino José Strozake

Luciana Silva Garcia

Manoel Severino Moraes de Almeida

Márcia Elayne Berbich de Moraes

Marina da Silva Steinbruch

Mário Miranda de Albuquerque

Marlon Alberto Weichert

Narciso Fernandes Barbosa

Nilmário Miranda

Prudente José Silveira Mello

Rita Maria de Miranda Sipahi

Roberta Camineiro Baggio

Rodrigo Gonçalves dos Santos

Vanda Davi Fernandes de Oliveira

Virgínius José Lianza da Franca

Secretário-Executivo da Comissão de Anistia

Muller Luiz Borges

Coordenador Geral de Memória

Histórica da Comissão de Anistia

Marcelo D. Torelly

Secretária-Executiva Substituta e

Coordenadora Executiva do Memorial da Anistia Política do Brasil

Amarilis Busch Tavares

Assessoria da Vice-Presidência

Elisa Machado Rabelo

Leilanne Tavares Quirino de Souza

Assessoria da Secretaria-Executiva

Carolina Nunes Barbosa de Souza

Janine Poggiali Gasparoni e Oliveira

Lívia Vieira Braúna

Priscilla do Nascimento Silva Goudi

Natália Costa

Naira Lara Garcia Leal

Neire Peres do Carmo

Coordenação Executiva do Memorial da Anistia Política do Brasil

Fabio da Silva Sousa Costa

Luciane Faria Gonçalves

Oadir Araújo Fernandes

Coordenadora do Serviço de Apoio Administrativo

Lívia Almeida Santos

Serviço de Apoio Administrativo

Alinne Gomes Farias (Estagiária)

Antonio Francisco Marcico Ribeiro

Cleiton de Oliveira Rodrigues

Samuel Domingos de Oliveira

Sanara Scarlett Lopes Silva

Coordenadora da Central de Atendimento Integrada – Snj/Ca

Aline Carneiro de Aguiar

Central de Atendimento Integrada

Ana Etelvina Sudário Semião

Camila Pereira Nery

Hayara Vianna Silva

Leandro Rocha Mundim de Oliveira (Estagiário)

Virna Arcanjo Freire (Estagiária)

Coordenador de Políticas de Justiça de Transição e Memória Histórica

Daniel Fernandes da Rocha

Coordenação de Políticas de Justiça de Transição e Memória Histórica

Daniel Fernandes da Rocha

Deborah Nunes Lyra

Eduardo Henrique Falcão Pires

Eliana Rocha de Oliveira (Consultora Mj/Pnud)

Jeny Kim Batista

Juliana de Oliveira Carlos (Consultora Mj/Pnud)

Maria José Vicente da Silva

Maria José das Neves

Paula Regina Montenegro Generino de Andrade

Sônia Maria Alves da Costa (Consultora Mj/Pnud)

Coordenadora de Controle e Gestão Processual

Joicy Honorato de Souza

Divisão de Registro

Adriana Soares Guimarães Pereira

Arquimedes Barros Rodrigues

Elaine Cristina Guedes Martins

Gardênia Azevedo de Oliveira

Helbert Lopes Rocha

Julinana Priscila de Oliveira

Luana Fonseca Oliveira

Leonardo Barbosa Cardoso

Renata Alves Neres Nogueira

Marcos Benaim Correa da Silva

Maria Mônica Rodrigues Lima

Matheus Ramos Ávila

Divisão de Julgamento e Finalização

Ana Paula Barbacena

Clarissa Arretche Messias

Alexandre Tadeu de Oliveira

Ana Lourdes Reis Brod

Hudson Lopes C. da Silva

José Antunes Primo Junior

Thiago Azevedo Luna

Raiane Feitoza da Silva

Divisão de Arquivo e Memória

Mayara Nunes de Castro

Emilinha Soares Marques

Leonardo Krieger F. Barbosa

Matheus Henrique Santos Durães (Estagiário)

Pedro Henrique Santos Moraes da Silva (Estagiário)

Rodrigo de Jesus Silva

Rosemeire de Oliveira Araújo

Coordenadora de Análise e**Informação Processual**

Carolina Nunes Barbosa de Souza

Coordenação de Análise e**Informação Processual**

Alan Cruz Murada

Bernardo Robério Faria Menezes (Estagiário)

Clarina Soares Meireles Pacheco

Cristiano Ferreira Moraes

Déborah Cristina Coêlho Machado

Ednaldo Portela de Amorim

Giovanna Rodrigues de Araújo

Leonardo Aguilar Villalobos

Lorena das Neves Chaveiro

Marcello Evandro de Carvalho Silva Portela

Odefrânio Vidal Pierre de Messias

Rodrigo Mercante

Sabrina Nunes Gonçalves da Silva

Thiago Silva Serrat de Oliveira

Mislene dos Santos

Norma Feliciano da Silva

Vânia Margarete Rodrigues Bonfim Souto

Idealização

Instituto Pauline Reichstul (IPR) e ATAMIG

Pesquisa e Redação

Edvaldo Fernandes

Produção Executiva

Carol Macedo e Júlia Moysés (Canal C)

Revisão Gramatical

Viviane Maroca (Canal C)

Edição e Revisão na Comissão de Anistia

Marcelo D. Torelly, Paula Regina Montenegro

Generino de Andrade (PNUD)

Assistente de Revisão

Erika Radaspiel Fernandes da Silva

Projeto gráfico e diagramação

LAB Design

Tiragem

2000 unidades

Impressão

Rona Editora

Instituto Pauline Reichstul (IPR)**Presidente**

Pedro Moreira

Membro do Conselho Administrativo

Aparecida Rosa Ventura

Membro do Conselho Administrativo

Fabio Garrido

Membro do Conselho Administrativo

Luciana Mandelli

Membro do Conselho Administrativo

Michele dos Santos

Membro do Conselho Administrativo

Nilo Teixeira

Membro do Conselho Administrativo

Raul Gondim

Membro do Conselho Administrativo

Renato da Silva

Diretor Administrativo-Financeiro

Danilo Chaves

Diretor de Articulação e Projetos

Arthur Lauriano

“O presente projeto foi apresentado no ano de 2011 à II Chamada Pública do Projeto Marcas da Memória, da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, e selecionado por Comitê independente para fomento. A realização do projeto objetiva atender as missões legais da Comissão de Anistia de promover o direito à reparação, memória e verdade, permitindo que a sociedade civil e os anistiados políticos concretizem seus projetos de memória. Por essa razão, as opiniões e dados contidos na publicação são de responsabilidade de seus organizadores e autores, e não traduzem opiniões do Governo Federal, exceto quando exposto em contrário.”

A COMISSÃO DE ANISTIA}

A Comissão de Anistia é um órgão do Estado brasileiro ligado ao Ministério da Justiça e composto por 26 conselheiros, em sua maioria, agentes da sociedade civil ou professores universitários, sendo um deles indicado pelas vítimas e outro pelo Ministério da Defesa. Criada em 2001, há doze anos, com o objetivo de reparar moral e economicamente as vítimas de atos de exceção, arbítrio e violações aos direitos humanos cometidas entre 1946 e 1988, a Comissão hoje conta com mais de 70 mil pedidos de anistia protocolados. Até o ano de 2012 havia declarado mais de 35 mil pessoas “anistiadas políticas”, promovendo o pedido oficial de desculpas do Estado pelas violações praticadas. Em aproximadamente 15 mil destes casos, a Comissão igualmente reconheceu o direito à reparação econômica. O acervo da Comissão de Anistia é o mais completo fundo documental sobre a ditadura brasileira (1964-1985), conjugando documentos oficiais com inúmeros depoimentos e acervos agregados pelas vítimas. Esse acervo será disponibilizado ao público por meio do Memorial da Anistia Política do Brasil, sítio de memória e homenagem às vítimas, em construção na cidade de Belo Horizonte. Desde 2007 a Comissão passou a promover diversos projetos de educação, cidadania e memória, levando, por meio das Caravanas de Anistia, as sessões de apreciação dos pedidos aos locais onde ocorreram às violações, que já superaram 70 edições; divulgando chamadas públicas para financiamento a iniciativas sociais de memória, como a que presentemente contempla este projeto; e fomentando a cooperação internacional para o intercâmbio de práticas e conhecimentos, com ênfase nos países do Hemisfério Sul.

MARCAS DA MEMÓRIA:

Um projeto de memória e reparação coletiva para o Brasil }

Criada em 2001, por meio de medida provisória, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça passou a integrar em definitivo a estrutura do Estado brasileiro no ano de 2002, com a aprovação de Lei n.º 10.559, que regulamentou o artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Tendo por objetivo promover a reparação de violações a direitos fundamentais praticadas entre 1946 e 1988, a Comissão configura-se em espaço de reencontro do Brasil com seu passado, subvertendo o senso comum da anistia enquanto esquecimento. A Anistia no Brasil significa, a contrário senso, memória. Em sua atuação, o órgão reuniu milhares de páginas de documentação oficial sobre a repressão no Brasil e, ainda, centenas de depoimentos, escritos e orais, das vítimas de tal repressão. E é deste grande reencontro com a história que surgem não apenas os fundamentos para a reparação às violações como, também, a necessária reflexão sobre a importância da não repetição destes atos de arbítrio.

Se a reparação individual é um meio de buscar reconciliar cidadãos cujos direitos foram violados, que têm então a oportunidade de verem o Estado reconhecer que errou, devolvendo-lhes a cidadania e, se for o caso, reparando-os financeiramente, por sua vez, as reparações coletivas, os projetos de memória e as ações para a não repetição têm o claro objetivo de permitir a toda a sociedade conhecer, compreender e, então, repudiar tais erros. A afronta aos direitos fundamentais de qualquer cidadão singular igualmente ofende a toda a humanidade que temos em comum, e é por isso que tais violações jamais podem ser esquecidas. Esquecer a barbárie equivaleria a nos desumanizarmos.

Partindo destes pressupostos e, ainda, buscando valorizar a luta daqueles que resistiram – por todos os meios que entenderam cabíveis – a Comissão de Anistia passou, a partir de 2008, a realizar sessões de apreciação pública, em todo o território nacional, dos

pedidos de anistia que recebe, de modo a tornar o passado recente acessível a todos. São as chamadas “Caravanas da Anistia”. Com isso, transferiu seu trabalho cotidiano das quatro paredes de mármore do Palácio da Justiça para a praça pública, para escolas e universidades, associações profissionais e sindicatos, bem como a todo e qualquer local onde perseguições ocorreram. Assim, passou a ativamente conscientizar as novas gerações, nascidas na democracia, da importância de hoje vivermos em um regime livre, que deve e precisa ser continuamente aprimorado.

Com a ampliação do acesso público aos trabalhos da Comissão, cresceram exponencialmente o número de relatos de arbitrariedades, prisões, torturas, por outro lado,, pôde-se romper o silêncio para ouvir centenas de depoimentos sobre resistência, coragem, bravura e luta. É neste contexto que surge o projeto “Marcas da Memória”, que expande ainda mais a reparação individual em um processo de reflexão e aprendizado coletivo, fomentando iniciativas locais, regionais e nacionais que permitam àqueles que viveram um passado sombrio, ou que a seu estudo se dedicaram, dividir leituras de mundo que permitam a reflexão crítica sobre um tempo que precisa ser lembrado e abordado sob auspícios democráticos.

Para atender estes amplos e inovadores propósitos, as ações do projeto Marcas da Memória estão divididas em quatro campos:

a) Audiências Públicas: atos e eventos para promover processos de escuta pública dos perseguidos políticos sobre o passado e suas relações com o presente.

b) História oral: entrevistas com perseguidos políticos baseadas em critérios teórico-metodológicos próprios da História Oral. Todos os produtos ficam disponíveis no Memorial da Anistia e poderão ser disponibilizadas nas bibliotecas e centros de pesquisa das universidades participantes do projeto para acesso da juventude, sociedade e pesquisadores em geral;

c) Chamadas Públicas de fomento a iniciativas da Sociedade Civil: por meio de Chamadas Públicas, a Comissão seleciona projetos de preservação, de memória, de divulgação e difusão advindos de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos. Os projetos desenvolvidos envolvem documentários, publicações, exposições artísticas e fotográficas, palestras, musicais, restauração de filmes, preservação de acervos, locais de memória, produções teatrais e materiais didáticos.

d) Publicações: coleções de livros de memórias dos perseguidos políticos; dissertações e teses de doutorado sobre o período da ditadura e a anistia no Brasil; reimpressões ou republicações de outras obras e textos históricos e relevantes; registros de anais de diferentes eventos sobre anistia política e justiça de transição. Sem fins comerciais ou lucrativos, todas as publicações são distribuídas gratuitamente, especialmente para escolas e universidades.

O projeto “Marcas da Memória” reúne depoimentos, sistematiza informações e fomenta iniciativas culturais que permitem a toda sociedade conhecer o passado e dele extrair lições para o futuro. Reitera, portanto, a premissa que apenas conhecendo o passado podemos evitar sua repetição no futuro, fazendo da Anistia um caminho para a reflexão crítica e o aprimoramento das instituições democráticas. Mais ainda: o projeto investe em olhares plurais, selecionando iniciativas por meio de edital público, garantindo igual possibilidade de acesso a todos e evitando que uma única visão de mundo imponha-se como hegemônica ante as demais.

Espera-se, com este projeto, permitir que todos conheçam um passado que temos em comum e que os olhares históricos anteriormente reprimidos adquiram espaço junto ao público para que, assim, o respeito ao livre pensamento e o direito à verdade histórica disseminem-se como valores imprescindíveis para um Estado plural e respeitador dos direitos humanos.

Comissão de Anistia do Ministério da Justiça

PREFÁCIO }

Faz pouco tempo que o Brasil resolveu iniciar um processo fundamental para a consolidação de sua democracia, de suas instituições e dos direitos humanos no país: o enfrentamento de sua história. Seja por decisão de cortes internacionais, ações de movimentos e organizações, ou pela própria mudança de política e postura governamental empreendida na última década, o país, finalmente, começou a revisitar episódios nefastos de seu passado, cujas consequências perpetuam-se na estrutura da sociedade brasileira.

Um desses episódios ficou conhecido como o Massacre de Ipatinga quando, no dia 7 de outubro de 1963, a ação da Polícia Militar para conter um protesto em frente à Siderúrgica Usiminas findou-se em um saldo de oito trabalhadores mortos e 78 feridos, segundo inquérito policial militar. O Massacre foi o ponto de partida para uma história de luta e opressão que se estendeu por toda a Ditadura Militar e marcou a região do Vale do Aço mineiro. Apesar de sua importância histórica, esse acontecimento, como tantos outros, ficou obscurecido pela lei do silêncio que perdurou por décadas.

O presente livro vai de encontro a essa realidade. A escolha de seu autor, o jornalista Edvaldo Fernandes, foi recriar esta história a partir de entrevistas feitas com sobreviventes do Massacre. São eles as vozes ora ocultas, ora reveladas, que narram a sua versão dos fatos. E versão não é uma palavra usada aqui ao acaso. Edvaldo considerou ser legítimo que a voz narrativa desta história seja aquela que foi tantas vezes calada: a dos operários. Se é tênue, complexa e por vezes perigosa a linha que separa fatos de versões, tal obstáculo não pode se sobrepor ao direito à verdade e à memória. Fernandes também baseou-se em documentos e periódicos da época e construiu um texto que, em formato similar ao roteiro de um filme (daí o nome do livro), aproxima-se do jornalismo literário. O recurso tornou o conteúdo das próximas páginas mais acessível e atraente.

O *Massacre de Ipatinga: quadro a quadro* é parte integrante do projeto Memória Operária do Vale do Aço, empreendido pelo Instituto Pauline Reichstul (IPR) em parceria com a Associação dos Trabalhadores Anistiados, Autônomos, Liberais, Aposentados e Pensionistas de Minas Gerais (Atamig), e realizado com recursos do projeto Marcas da Memória, promovido pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. O projeto contempla a criação do Centro de Documentação e Memória Operária e Popular da Região Metropolitana do Vale do Aço (CEDOC-Vale) que, em sua etapa de implantação, organizou, higienizou, acondicionou e digitalizou cerca de 20 mil documentos. Além da consulta presencial, o acervo ainda pode ser acessado pelo site movaco.org.br.

Ao participar deste projeto, o IPR busca fazer jus ao nome que carrega. Assim como os trabalhadores assassinados no Massacre de Ipatinga, a militante Pauline Reichstul foi vítima das mãos de ferro do Estado, tendo sido torturada e assassinada em 1973 em episódio que ficou conhecido como Massacre da Chácara São Bento, ocorrido no Recife.

Boa leitura e bom enfrentamento!

Pedro Moreira, presidente do Instituto Pauline Reichstul (IPR)

Nota Técnica

Os cenários, acontecimentos e diálogos que aparecem ao longo deste livro foram reconstituídos a partir de entrevistas, notícias de jornais e análise de diversos documentos - vários, inclusive, recuperados do arquivo do antigo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Para esta reconstituição, também foram utilizados outros livros sobre os episódios narrados e depoimentos tomados em: uma comissão parlamentar de inquérito; uma comissão de sindicância; dois inquéritos; e dois processos penais, um instaurado na Justiça comum - na comarca de Coronel Fabriciano (MG) -, e outro na Justiça Militar de Minas Gerais. Ao longo do texto, procuramos indicar diretamente as fontes das informações mais contundentes. O trabalho de apuração levou mais de um ano para ser concluído e implicou mais de cem horas de entrevistas em diversas cidades, além da análise de mais de 10 mil documentos.

SUMÁRIO }

O BASTA	18
O ELDORADO DO AÇO	44
O MUNDO USIMINAS	54
DUAS MEDIDAS	60
A ARAPONGAGEM	64
A VIGILÂNCIA “BATE-PAU”	68
A DEVASSA	70
A EBULIÇÃO	74
QUESTÃO DE POLÍCIA	80
A GOTA D'ÁGUA	86
A REVOLTA DE SANTA MÔNICA	90
O MASSACRE	110
A REVOLUÇÃO DE IPATINGA	124
VIRADA DE MESA	142
O GOLPE MILITAR	152
A PÁ DE CAL	158
REFERÊNCIAS	162
RELAÇÃO DE ENTREVISTADOS	168
RELAÇÃO DE FERIDOS E MORTOS	169
FONTES DOCUMENTAIS	172
SOBRE O AUTOR	174
ANEXOS	176

Passava de duas da madrugada. Um jipe parou diante da casa paroquial na Rua C, 689, no bairro Horto², distrito de Ipatinga, Coronel Fabriciano³. O soldado desceu e chamou o padre. Avelino⁴ levantou-se de pijama, cobriu-se e veio de túnica e chinelo ver quem era.

– Há um levante de rapazes nos alojamentos de Santa Mônica⁵, e o capitão Robson⁶ mandou buscar o senhor para intervir e tentar resolver.

O padre, sonolento, nem compreendeu direito o que o homem falava. Voltou para dentro, calçou os sapatos, saiu do jeito em que estava e entrou no jipe. O carro arrancou rapidamente em direção ao bairro Santa Mônica. Duas ou três curvas adiante, estacionou ao pé da rua dos alojamentos.

O céu, coberto de nuvens, não tinha lua nem estrela. Os amotinados quebraram as lâmpadas dos postes para dificultar a ação da polícia. Cortou-se a energia elétrica, fez-se *blackout* total.

¹ Esta cena inaugural foi reconstituída principalmente a partir dos depoimentos de João Cláudio Teixeira Salles, (SALLES, v.2, 1963-1965, pp. 167-168), Gil Guatimosim (GUATIMOSIM, 1963; GUATIMOSIM, pp. 169-172), Robson Zamprogno (ZAMPROGNO, 1963; ZAMPROGNO, v. 1., pp. 118-128), Jurandir Gomes de Carvalho (CARVALHO, 1963; CARVALHO, v. 1, 1963-1965, pp. 8-10; *Ibidem*, v. 5, pp. 105-119); e Avelino Marques (MARQUES, 1963; MARQUES, v. 1, pp. 94-98; e MARQUES, 2005).

² No bairro Horto ficava a principal portaria da Usiminas à época da inauguração da empresa, em 1958, e nos anos subsequentes. A antiga Portaria nº 57, atualmente está desativada.

³ Ipatinga, a 209 km a leste da capital Belo Horizonte, é um município da Região Metropolitana do Vale do Aço, em Minas Gerais. Emancipou-se de Coronel Fabriciano em 28/4/1964. O antigo distrito ganhou projeção após ser escolhido para sediar a Usiminas, uma das maiores siderúrgicas do mundo.

⁴ Avelino Marques, primeiro pároco da Igreja Nossa Senhora da Esperança, construída em 1959 no bairro Horto, em Ipatinga (MG).

⁵ No bairro Santa Mônica, em Ipatinga, foi construído, no final dos anos 50, um complexo de alojamentos coletivos destinados aos técnicos solteiros e de média qualificação da Usiminas.

⁶ Robson Zamprogno, capitão do 6º Batalhão de Infantaria da Polícia Militar de Minas Gerais (PM-MG), sediado em Governador Valadares. Em 1963, acumulava as funções de delegado especial do então Distrito de Ipatinga, em Coronel Fabriciano (MG), e de comandante-geral do destacamento local da PM-MG, que incluía homens do 6º Batalhão e do Regimento de Cavalaria de Minas (RCM). O RCM era comandado pelo Tenente Jurandir Gomes de Carvalho.

Um farol aceso aqui e acolá permitiu que Avelino enxergasse, em *flashes*, vários policiais deitados atrás do alojamento Chicago Bridge⁷, com fuzis e metralhadoras apontados para o lado de cima.

Dali subia uma rua sem saída, ladeada por um complexo de alojamentos em suas margens, que naquela noite seria batizado de Forte de Santa Mônica. Lá do alto, ressoavam intensa gritaria e batucada.

O padre ergueu os olhos, porém mal podia divisar através da escuridão, a uns cem metros de distância, a multidão atrás da barricada de tambores, pedaços de pau, poste, guardarroupa, camas e cadeiras.

Avelino percebeu alguns policiais embrenhados na mata morro acima, que procuravam ganhar a retaguarda dos insurgentes. A barricada bloqueava a única via de acesso aos alojamentos.

Havia ainda policiais de arma em punho ao pé do morro, entre carros e cavalos, próximos ao comandante da tropa, Robson Zamprogno.

– O que é que está acontecendo? – quis saber o vigário, aproximando-se do militar.

– Uma revolta de operários contra a Polícia – respondeu o capitão. Resolvemos trazer o senhor aqui porque queremos que faça a ponte com os revoltosos. O senhor está de batina, a rapaziada toda lá em cima te conhece. Só o senhor pode ir lá sem correr risco de morte.

– Então, o que é que vou fazer?

– Vá lá e procure saber o que está acontecendo e o que eles querem – pediu Guatimosim, que apareceu no meio da conversa – Peça que escolham uma comissão que venha aqui negociar comigo.

– Eu vou, mas abaxem essas armas. Chamem de volta aqueles soldados na mata.

– Eu vou com você – ofereceu-se Davi Ferreira Junior, chefe da Seção de Moradias.

O capitão procurou desmobilizar os soldados, um caminhão da Cemig iluminou a subida e, à frente dele, caminhavam o padre e o chefe dos alojamentos. Os amotinados jogaram pedras e paus contra os dois vultos que, aos poucos, ganhavam formas mais definidas.

Quando aumentou a agitação, o soldado João Clementino da Silva disparou um tiro na direção dos amotinados.

– Deixa de ser louco! – repreendeu-lhe Gil Guatimosim – Isso não se faz!

– Se fizer isso de novo, soldado, você será responsabilizado por tudo que sobrevier, inclusive pelas mortes – esbravejou o capitão Robson, aos gritos, para que todos os demais policiais ouvissem.

⁷ Esse alojamento, em forma de *H*, que compreendia dois galões paralelos interligados por um corredor central, fora erguido para abrigar operários da multinacional Chicago Bridge, sediada nos Estados Unidos, que realizou obras de montagem da planta fora da Usiminas desde o final dos anos 50, mas já encerrara suas atividades em Ipatinga em 1963.

Enquanto subia, Avelino foi reconhecido. O número de pedras jogadas para baixo diminuiu. Alguns rapazes mais exaltados gritavam para que o padre voltasse. Essas vozes, aos poucos, foram abafadas.

– Oh, gente! Para com isto! É o padre! É o nosso padre! Espera aí! – disse um dos amotinados, fazendo valer a posição da maioria.

O padre aproximou-se da multidão e foi cercado. O vigário reparou que ninguém estava armado. Os jovens, apavorados, cercaram o padre e todos tentavam falar ao mesmo tempo, com vocabulário áspero e exaltação.

Avelino subiu em um dos tambores para que todos pudessem vê-lo e cruzou os braços. Os trabalhadores relatavam, em palavras encavaladas, os espancamentos na portaria, a briga com os cavalarianos, a prisão e a tortura de seus colegas do Chicago Bridge. O padre esperou que cessassem aqueles desabaços e quando surgiu oportunidade, tomou a palavra.

– Mas o que é que vocês querem? O doutor Gil Guatimosim, chefe da Usiminas, mandou perguntar – disse.

O padre emendou que o engenheiro estava lá embaixo e pediu que enviassem uma comissão para negociar com ele suas condições.

Os rapazes exigiam, antes de tudo, a retirada imediata da polícia. Os revoltosos não quiseram, contudo, enviar uma delegação. Temiam que fosse identificado algum líder do movimento e que, posteriormente, pudesse ser retaliado pela empresa. Quem quisesse negociar que subisse lá.

Davi desceu e subiu com o chefe do Departamento de Relações Industriais⁸. Gil Guatimosim misturou-se aos amotinados e pôs-se a ouvi-los de cima de um caixote. Contaram-lhe como começara a confusão e exigiram a retirada da polícia e a liberação dos operários do Chicago. Só assim suspenderiam o movimento.

Guatimosim garantiu que iria retirar a tropa, mas os rapazes ficaram desconfiados. O padre ofereceu ficar como refém dos amotinados até que a promessa fosse cumprida.

O engenheiro desceu e conversou com o capitão Robson, que concordou com aquelas condições. No dia seguinte, uma comissão de dez trabalhadores seria enviada ao Escritório Central⁹ para negociar, com a mediação do padre, as condições para encerrar definitivamente o movimento.

⁸ O antigo Departamento de Relações Industriais da Usiminas era o equivalente funcional dos atuais departamentos de recursos humanos das grandes empresas. Gil Guatimosim era substituto de Luiz Verano, vice-diretor de Operações. A Diretoria de Operações, à época ocupada por Makoto Inoue, era o órgão máximo em Ipatinga, e seu titular era o chefe-geral da usina.

⁹ O edifício em que ainda hoje funciona o Escritório Central da Usiminas está a menos de 2 km do bairro Santa Mônica. A sede administrativa da empresa localiza-se em Belo Horizonte.

Robson Zamprogno ordenou que seus comandados subissem em um caminhão para retornarem ao quartel. O sargento Carlos Alberto Xavier, sub-comandante do Regimento de Cavalaria, que comandou a operação contra os operários do Chicago Bridge, ficou indignado com aquele desfecho¹⁰.

– Não podemos nos retirar dessa forma. Isso é uma humilhação! – disse ao capitão. Acrescentou em seguida que, em sinal de protesto, não embarcaria. Iria largar a farda.

– Faça o que você quiser, sargento. O comandante aqui sou eu – respondeu rispidamente o capitão.

Dali, a tropa, Gil Guatimosim e alguns outros funcionários da Usiminas partiram para o quartel.



Os rapazes contaram ao padre, em detalhes, o que se passara. Relataram a briga na portaria da garagem, a confusão com uma dupla da Cavalaria pouco depois, ali no bairro, e a resistência ao assalto liderado pelo sargento Carlos Alberto contra o Santa Mônica.

Avelino ficou sabendo que, impedidos de invadir aqueles alojamentos, homens da Cavalaria desceram e invadiram o Chicago Bridge, alojamento de madeira que abrigava operários menos qualificados da Usiminas. Lá espancaram mais de 200 homens e depois os recolheram à prisão em três caminhões.

Os rapazes chamaram o padre para ver os estragos no Chicago. Avelino foi com eles. Na entrada, ele viu marcas na lama em que os operários foram deitados, sob chuva, e agredidos.

Pelo alojamento adentro, viu portas arrombadas e uns quatro ou cinco furos de tiro nas paredes perto dos beliches. Malas reviradas, roupas pelo chão, rádios e violões quebrados, sapatos, sandálias e outros objetos atirados por toda parte. Móveis e eletrodomésticos que rapazes prestes a se casar guardavam no alojamento estavam danificados.

Os poucos trabalhadores que se esconderam e conseguiram escapar da prisão estavam encolhidos nos cantos ou tentando encontrar seus pertences no meio daquela bagunça. Ninguém entendia direito o que tinha acontecido, e nem a razão, mas alguns tentavam reproduzir o pesadelo. As descrições, por mais chocantes que fossem, eram sobrepujadas pela desolação que o padre via com seus próprios olhos.

Pouco depois, começaram a retornar em caminhões os rapazes que foram presos, muitos com marcas da tortura pelos corpos. Alguns só trajavam a roupa de baixo. Outros vinham carregados.

Aqueles homens choravam de dor, choravam de vergonha, exalavam forte odor de urina, tinham ataques de nervos. Os que foram medicados no ambulatório vinham com talas, faixas e curativos.

10 Quando começou a confusão, o capitão Robson Zamprogno e o tenente Jurandir Carvalho estavam na Zona Boêmia de Coronel Fabriciano (OLIVEIRA, 2013).

O padre ficou estarelecido. A indignação cresceu entre os rapazes. Disseram ao padre que levariam ao Escritório Central, com a comissão de conciliação, aqueles homens feridos. Aquilo não podia ficar desse jeito. Também resolveram formar uma grande aglomeração em frente ao portão do almoxarifado para pressionar a direção da Usiminas e exigir que a Cavalaria se retirasse de Ipatinga.

O padre pensou que a concentração, organizada como protesto pacífico, não era uma boa ideia, mas não quis contrariá-los. Conseguiram uma ambulância e encaminharam os seis feridos em piores condições ao ambulatório. Entre eles, estava um menor de 15 anos, possivelmente um trabalhador aprendiz.

Eram 5h15 da manhã quando Avelino ligou para a casa de Gil Guatimosim, e acertaram que a reunião com a comissão de trabalhadores seria às 7h30 no Escritório Central.



No meio da madrugada, Jair Abelha¹¹ medicou o sargento Carlos Alberto Xavier no ambulatório da Usiminas, contíguo ao Escritório Central da empresa. O militar contou ao médico que recebeu um tiro no enfrentamento com os operários do Santa Mônica.

O furo no ombro esquerdo realmente parecia ferimento de bala. Posteriormente, uma radiografia revelou que não havia projétil alojado na área.

O médico ouviu do militar que os trabalhadores faziam grande arruaça. A polícia teve que realizar prisões no alojamento Chicago Bridge para controlar a situação. Os baderneiros do Santa Mônica, armados de bala, contudo, continuavam amotinados e criando desordem.

Por volta das 3h da madrugada, o chefe da Seção de Vigilância¹², Omar Rodrigues Vieira¹³, chegou com alguns feridos e pediu que o médico enviasse a ambulância até a Fazendinha¹⁴ para trazer outros mais.

Pouco tempo depois, começaram a chegar dezenas de homens machucados. Muitos tinham marcas de cassetete e de espada ou ossos quebrados e sangramentos pelo corpo. Alguns, apenas de cuecas, encolhiam-se de vergonha pelos cantos. A equipe do ambulatório atendia, com dificuldade, toda aquela gente madrugada adentro.

Mais tarde, Gil Guatimosim entrou no ambulatório acompanhado de Omar. O engenheiro correu o olho nos feridos, procurando ver a gravidade das lesões. Pediu que Jair Abelha, quando desse, fosse ao Santa Mônica para prestar socorro a alguns rapazes machucados.

11 Jair Abelha, médico da Usiminas, trabalhava no ambulatório da companhia anexo ao Escritório Central.

12 A Seção de Vigilância respondia pela guarda do patrimônio da Usiminas. Além disso, funcionava como serviço de inteligência da empresa (VIEIRA, 1963).

13 Omar foi admitido como auxiliar de almoxarifado em janeiro de 1959. Antes de ser promovido a chefe da Seção de Vigilância, foi chefe de Estatística (VIEIRA, 1963).

14 A Fazendinha, propriedade da Usiminas, foi cedida à Polícia Militar e servia como quartel do Regimento de Cavalaria de Minas em Ipatinga. Quando visitei o lugar, em 2012, encontrei-o em péssimas condições de conservação.

Conversaram um pouco mais com o médico, entraram na Aero Willys¹⁵ e partiram.

• •

Não eram cinco da manhã, quando Jair Abelha percebeu um alarido que parecia vir do outro lado da rodovia. Saiu do ambulatório e andou até o pátio do Escritório Central na parte frontal do mesmo edifício, construído no alto de uma colina no bairro Ferrovários. Lá de cima, avistou um ajuntamento de aproximadamente 1500 trabalhadores do lado de dentro da usina, que bloqueava a portaria da garagem. A portaria ficava a pouco mais de 500 quilômetros de distância. Imediatamente, foi até a Fazendinha e reportou a situação ao capitão Robson Zamprogno.

Aproveitou para descrever o quadro de horror que viu no ambulatório. Ficou sabendo que aquelas prisões foram perpetradas sem o conhecimento do capitão. O sargento Carlos Alberto, subcomandante do destacamento do Regimento de Cavalaria em Ipatinga, tomou a iniciativa por contra própria, com auxílio de outros praças.

O médico disse ao capitão que os espancamentos seriam a gota d'água para uma greve generalizada na Usiminas, prenunciada pela aglomeração na portaria. Antes mesmo dos incidentes da noite anterior, a insatisfação entre os trabalhadores, captada pelo médico durante as consultas, já era muito grande.

Robson achou que Jair tinha razão e pediu que solicitasse reforço ao comandante do contingente da Polícia Militar na sede do município. Devido à urgência da situação, o médico concluiu que deveria ajudar. Despediu-se, entrou em seu carro e tomou a MG-4¹⁶ à direita, rumo a Coronel Fabriciano.

• •

O encarregado da Seção de Vigilância da Usiminas, Augusto Pereira Braga¹⁷ percorria a área industrial da empresa a bordo de um jipe. O dia ainda estava escuro. Em cada portaria, instruía os guardas a liberar a entrada dos operários. Temia que a pancadaria da noite anterior se repetisse.

Na principal portaria, a de número 57, conhecida como portão do almoxarifado ou da garagem, viu que um rapazinho desceu de um dos caminhões e passou a conversar com outros operários. Pelo que Braga ouviu, o jovem contava o que havia ocorrido na madrugada, falava da prisão e do espancamento de operários pela Polícia e sugeria a todos que não

15 O Aero Willys era o automóvel da moda em 1963. Lançado em julho daquele ano, o modelo 2600, um carro montado à mão, considerado o primeiro veículo genuinamente brasileiro, tornou-se rapidamente o sonho de consumo da elite do país.

16 O trecho da antiga rodovia estadual MG-4, com pista simples, foi construído e pavimentado entre 1960 e 1965. Hoje, integra a BR 381. Nas proximidades do Escritório Central da Usiminas, a MG-4 já estava asfaltada e seguia paralela à Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM), esta do lado de dentro da cerca da Usiminas. As duas vias estavam a poucos metros uma da outra.

17 Braga era subtenente reformado da Polícia de Minas Gerais. Integrou a seção da inteligência do 1º Batalhão da Polícia Militar, o tradicional BG (Batalhão de Guardas), ainda hoje situado no bairro de Santa Efigênia, em Belo Horizonte (OLIVEIRA, 2013). Provavelmente, foi contratado pelas habilidades adquiridas como P2 (policia-espião). Alfredo Nohme, chefe da Divisão de Trabalho, a qual se subordinava a Seção de Vigilância, tinha “mania de sherlockismo” (GUATIMOSIM, 1963).

entrassem para trabalhar em sinal de protesto. O movimento foi se avolumando.

Braga apressou-se até o galpão da Vigilância, que ficava uns 300 metros para dentro, e telefonou para Gil Guatimosim Júnior, chefe do Departamento de Relações Industriais da Usiminas. Contou da aglomeração, que tomava contornos de greve generalizada.

Guatimosim agradeceu a informação, desligou o telefone e pôs-se a meditar. Poucos minutos depois, o telefone tocou de novo.

– Doutor, a aglomeração aumentou e estão dizendo que vão quebrar o galpão da Vigilância. Já tirei os guardas da portaria para que não sejam linchados pela multidão. O que é que faço?

A resposta que Braga queria ouvir era: – Chame a Cavalaria! – ele não podia admitir que aquela horda de operários descarregasse ira contra a sua seção.

Gil Guatimosim ficou pensativo por alguns instantes. Se autorizasse que a polícia entrasse em cena, o desfecho poderia ser violento. Se não fizesse nada, poderia ser responsabilizado pelos danos ao patrimônio da empresa. E o almoxarifado, com equipamentos caros, ficava por ali.

– Braga, telefone para o capitão Robson, relate o que está acontecendo e solicite reforço policial.

O encarregado mal conteve a satisfação. Para atacar a Vigilância, aquela massa operária teria que passar primeiro por cima da Cavalaria.



Pouco depois da saída de Jair Abelha, Robson Zamprogno recebeu o telefonema de Braga. O encarregado reportou a greve, as ameaças e acrescentou que estava sitiado pelos trabalhadores no galpão da Vigilância. Pediu que a polícia viesse, com urgência, ocupar e defender a edificação.

Imediatamente, o capitão convocou o tenente Jurandir Gomes de Carvalho, comandante da Cavalaria. Pôs-lhe a par do que acontecia, determinou que escolhesse dez homens e fosse garantir o galpão da Vigilância.

Jurandir escolheu os policiais, alguns da Cavalaria, outros do contingente do 6º Batalhão de Infantaria do próprio distrito ou de Coronel Fabriciano, que vieram como reforço no meio da madrugada.

João Lopes dos Santos, deste último grupo, já estava em cima do caminhão quando Jurandir mandou-o descer. O tenente achou o soldado franzino, inadequado para a missão e o substituiu por outro mais viril. Não eram 6 horas quando a tropa¹⁸, armada com fuzis, metralhadoras e revólveres calibre 45, partiu para a missão.



¹⁸ Integrava essa tropa, além do tenente Jurandir, os soldados Florício Fornaciari, Helson Valeriano, João Clementino da Silva, Joaquim Félix de Carvalho, José Rodrigues, Milton Souto da Silva, Moacir Gomes de Almeida, Odeino Gomes da Silva, Oswaldo Ferrarez de Castro e Sebastião Campelo de Oliveira.

Jair Abelha voltava de Fabriciano e, ao passar no trecho da MG-4, em frente à Portaria 57, notou que a multidão se multiplicava. Mais adiante, no cruzamento com a estrada que levava ao bairro Bom Jardim, deparou-se com o caminhão Opel que transportava a tropa do Tenente Jurandir.

Os veículos pararam, o oficial saiu da boleia e veio conversar com o médico. Jair Abelha contou que o sargento que comandava o policiamento em Coronel Fabriciano disse que não poderia enviar outros reforços, pois fora anunciada greve também em Acesita. O tenente informou que estava indo guarnecer o galpão da Vigilância a que se tinha acesso pela portaria da garagem.

– Tenente, a portaria está bloqueada. Não estão deixando ninguém entrar.

– Mas tenho que entrar. Estou cumprindo ordens.

– Os operários estão revoltados com a Polícia. O risco de um choque entre a tropa e a multidão é muito grande.

– Estou cumprindo ordens. Preciso marchar para meu objetivo.

Diante da obstinação do oficial, Jair Abelha desistiu de demovê-lo e foi atrás do caminhão.

Ao chegarem à portaria, a multidão não abriu passagem para o caminhão. A cancela com que se controlava o acesso de veículos ao interior da usina estava baixada. O posto da Vigilância instalado no local fora tomado pelos grevistas. A turba xingava a tropa, exibia rapazes feridos e se aglomerava de forma ameaçadora em volta do caminhão.

– Estou em missão pacífica, gente. Só quero passar e ir até o galpão da Vigilância – insistiu o tenente.

– Não queremos saber de polícia aqui, muito menos dentro da usina – gritou alguém em nome da maioria. E a multidão não cedia.

Por fim, para evitar um choque, Jurandir concordou em desembarcar sua tropa do outro lado da rodovia.

– Tá certo. Eu fico do lado de cá, vocês ficam do lado de lá – disse.

Em seguida, o caminhão fez manobras na portaria, atravessou a MG-4 e estacionou no acostamento. Jurandir e os dez militares desceram e se enfileiraram diante dele, de frente para o povo, com as armas em punho.

A Portaria ficava exatamente em frente ao ponto em que a tropa estacionara. Poucos metros adiante havia alguns edifícios da Usiminas – almoxarifado, o galpão da Vigilância e a garagem. A rodovia tinha 7 metros de comprimento e 20 de largura e, naquele trecho, já estava asfaltada e com acostamento de terra batida. A extremidade interna da estrada estava apenas a cinco metros da portaria.

Essa portaria era um vão de 21 metros de comprimento e 40 de largura, cerrado com corrente. De um lado e do outro, subia uma cerca de 1,50m com oito fios de arame farpado esticados em mourões de concreto, fincados a cada 2,20m.

A multidão, inicialmente, aglomerou-se do lado de dentro da cerca. À medida que chegavam mais pessoas, a estreita faixa de cinco metros até a rodovia passou a ficar abarrotada de gente. Aos poucos, a aglomeração se expandia e ocupava a própria rodovia. O espaço entre a multidão e a tropa se estreitava cada vez mais.



Rosalino Rodrigues de Souza chegou à portaria e pediu para entrar. Queria apenas registrar o ponto e sair. Empregado da AB Cavalcanti, o homem estava à disposição do destacamento da Cavalaria em Ipatinga. Tomava conta dos cavalos.

Homem simples, negro, nascido em Bom Jesus do Galho, só assinava o nome. Antes de ir para a Usiminas, fora lavrador e vivera na zona rural. Apelidaram-no de Timóteo em alusão ao distrito em que morava com sua mulher.

O cavaliço era obcecado com a Cavalaria. Sonhava em estudar e entrar para a polícia montada. Enquanto o sonho não se realizava, havia economizado e comprado uma garrucha velha, calibre 320, por 5 mil cruzeiros.

O soldado Marçal do Nascimento Maia, um dos que integravam a tropa ali na portaria, é quem havia conseguido a arma para ele. Naquela manhã, Rosalino trazia a garrucha velha na cintura.

Os rapazes que ocupavam a guarita não deixaram que o cavaliço entrasse na usina porque era visto como bajulador dos cavalarianos. Resignado, atravessou a rodovia e se juntou aos policiais. Conversava com eles e se informava dos tumultos ocorridos desde a noite anterior.

Ficou sabendo que o cavalo Avaí saiu da confusão ferido na pata traseira. Falavam que era tiro. Assim que chegasse à Fazendinha, cuidaria do animal. Rosalino, porém, demorou-se por ali junto à tropa, de braços cruzados, com a arma aparecendo na cintura.

Gostava de ser visto assim. Gostava que soubessem que era amigo dos policiais. Os grevistas, porém, ficaram irritados com aquela atitude do cavaliço. Julgavam que o homem estava do lado errado. Alguns o chamavam de puxa-saco.



Passava das 6h da manhã quando o jipe que servia à delegacia local parou em frente à casa de José Francisco de Oliveira¹⁹, no bairro Cariru, distrito de Ipatinga. O motorista desceu apressado e chamou o morador.

– Sargento, o capitão Robson está chamando o senhor no quartel. É pro senhor ir com uniforme de serviço militar.

19 O sargento José Francisco de Oliveira integrava o 6º Batalhão de Infantaria.

Robson Zamprogno, do 6º Batalhão de Infantaria de Governador Valadares, era o comandante-geral da Polícia Militar em Ipatinga e delegado especial do distrito. José Francisco era o escrivão da delegacia²⁰.

Dias antes, o capitão encarregou o sargento de preparar uma palestra sobre a Polícia Militar de Minas Gerais. No dia 10 de outubro de 1963, celebrariam o 132º aniversário da corporação na Fazendinha, sede do Regimento da Cavalaria de Minas.

José Francisco de Oliveira entrou em casa e saiu com seu uniforme de gala, túnica branca e calça cinza. Entrou no jipe. Dali foram direto para a Fazendinha. Minutos depois, José Francisco apresentou-se ao comandante.

– Sim, senhor capitão!

– Que que você está fazendo com essa roupa, Zé Francisco?

– Uai! Vim para a palestra!

– Palestra? Cê tá doido, sargento? O pessoal da Cavalaria fez uma cagada. Foram lá no Santa Mônica, fizeram quebradeira num alojamento e prenderam uma porção de gente. Mandeí uma tropa para a portaria da Usiminas porque os operários ameaçam quebrar as instalações da usina. Dá um jeito de trocar essa roupa que o dia vai ser difícil.

● ●

O dia começava a clarear. O tempo estava nublado e úmido. Gotinhas da chuva da madrugada misturavam-se ao orvalho sobre as folhas e as flores da vegetação. Algumas das ruas, que estavam sendo pavimentadas, amanheceram repletas de barro.

O padre Avelino e uma multidão de jovens desceu em passeata rumo ao local da reunião. Os jovens pareciam reconfortados com a presença do vigário. Alguns deles se descontraíam e já voltavam a fazer gracejos uns com os outros.

O vigário se separou do grupo e foi à sua casa para encaminhar as atividades paroquiais do dia e aprontar-se para a reunião que começaria às 7h30. Quinze minutos depois, três rapazes vieram e pediram que o padre os acompanhasse até o portão da garagem. Avelino foi com eles e levou consigo o equipamento de som da igreja.

Quando alcançaram a MG-4 e se aproximaram da Portaria 57, a mesma onde começou a confusão no dia anterior, o padre avistou a tropa do tenente Jurandir fortemente armada. Quase todos, inclusive o comandante, tinham revólver calibre 45 no coldre. Alguns empunhavam fuzil ou metralhadora.

Avelino, acompanhado de alguns rapazes, aproximou-se da tropa.

20 Na época, policiais militares e mesmo cidadãos comuns poderiam, eventualmente, ser nomeados, provisoriamente, para funções públicas como a de delegado, escrivão e até mesmo de juiz.

– Tenente, esses trabalhadores estão fazendo um movimento pacífico. Não há nenhuma necessidade de sua tropa aqui. Esse problema pode ser resolvido sem a presença da Polícia.

Jurandir permaneceu calado e indiferente aos apelos do padre. O vigário cansou de insistir, caminhou para o lado da multidão, do outro lado da rodovia, e posicionou-se a meio caminho entre a estrada e a tropa.

Os trabalhadores gritavam e xingavam a Polícia, mandavam-na ir embora. A cada instante, mais trabalhadores chegavam amontoados em ônibus e caminhões. Algumas carretas descarregavam até 200 homens junto à multidão. Até mesmo um trem de carga da linha Vitória-Minas foi parado, e sua tripulação veio reforçar a greve.

Os policiais exibiam e alisavam suas armas. Alguns colocavam a mão no coldre, como se estivessem prestes a atirar. Os que portavam fuzis e metralhadoras agitavam essas armas, impacientemente, de um lado para o outro. A tensão foi aumentando.

– Tenente, aquele soldado vai atirar – queixou-se um operário.

– Vai, não. Se vocês ficarem quietos, os soldados não vão fazer uso das armas.

Jurandir determinou que um soldado fosse ao quartel, pedisse reforço ao capitão e lhe informasse que a situação na portaria era muito grave. O capitão determinou o envio de três praças.

– Na madrugada não morreu ninguém, mas agora a coisa vai ser diferente – gritou o soldado Pedro de Sousa quando subia no caminhão.

– Você está louco, soldado? Pode descer daí. Vai outro soldado no seu lugar – interveio o capitão.



Tertuliano Ferreira dos Santos²¹ tirou sua camisa vermelha e agitou-a a fim de parar os caminhões e ônibus que chegavam cheios de peões. Conversava com todos e conseguia convencer a maioria deles a aderir ao movimento.

Por várias vezes, o rapaz se aproximava e reclamava com Jurandir dos gestos hostis dos policiais. Por outro lado, ouvia do comandante da tropa que precisava conter a multidão. Se os trabalhadores mantivessem distância e não atacassem os soldados, não seriam agredidos.

Demonstrando ter grande influência sobre os operários, pedia-lhes em voz alta que mantivessem a calma. O tenente Jurandir e os demais integrantes da tropa identificaram que o rapaz era um dos líderes do movimento.

De estatura média, porte atlético e com apenas 24 anos na época, Tertuliano usava no dia, além da camisa vermelha, calças pretas, botas de cano alto e um capacete da Usiminas.

²¹ Tertuliano passou a ser temido e admirado pelos colegas depois de bater em um valentão que o provocara (TERTULIANO, 2013). Tinha fama de não levar desaforo para casa.

Esteve no Exército em 1958 e 1959, período em que aprendeu a operar e acondicionar armamentos. Gostava de aparecer assim, com vestimenta que lembrava uniforme militar.

Formado no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), trabalhou, em seguida, na Sociedad Mixta Siderurgia Argentina (Somisa), criada na Presidência de Juan Domingo Perón, em 1947, na Argentina. Depois disso, fichou-se como supervisor na Sociedade Técnica de Fundições Gerais S.A. (Sofunge), na cidade de São Paulo.

Em maio de 1963, após ser aprovado nos testes admissionais, foi contratado pela Usiminas como um dos operadores-chefes na área do alto-forno. Como técnico altamente especializado, foi alojado no J.M. 17, no Santa Mônica.

Tertuliano admirava a Revolução Cubana, que rompera com o imperialismo americano na ilha em 1959, desencadeando a transição para o comunismo. Na época, esse processo de transição ainda estava em andamento. Cuba tornou-se um dos principais focos de tensão entre os Estados Unidos e a União Soviética.

A ordem internacional baseada em dois blocos antagônicos, liderados por esses países, desdobrou-se da Segunda Guerra Mundial. Alemanha, Inglaterra, França e Japão, solapados pela conflagração generalizada, foram ofuscados pelos Estados Unidos e pela União Soviética, que comandaram a derrota de Hitler e ficaram em posição militar e econômica privilegiadas ao final do conflito. Com isso puderam, virtualmente, dividir o mundo entre si. De um lado, ficava o bloco capitalista, comandado pelos Estados Unidos; do outro, o bloco socialista, liderado pela União Soviética.

O equilíbrio precário entre esses dois blocos ficou conhecido como Guerra Fria porque se baseava em ameaças recíprocas, entre as duas superpotências, de lançar mão de seus arsenais nucleares. O enfrentamento direto entre Estados Unidos e União Soviética era um risco real, constante e cuidadosamente administrado.

O ápice da Guerra Fria ocorrera exatamente havia um ano, em outubro de 1962, durante a chamada Crise dos Mísseis. A União Soviética instalava, secretamente, mísseis nucleares em Cuba. O governo americano descobriu a operação e ordenou o bloqueio naval a ilha. Por pouco, aquela crise não desandou para uma guerra nuclear.

Tensão semelhante viviam ali aqueles trabalhadores e policiais. As ameaças eram contínuas, e o equilíbrio, baseado no medo da violência perpetrada pelo outro lado, cada vez mais precário.

A diferença é que, ali, na Portaria 57 da Usiminas, apenas um dos lados tinha armas de fogo. Os trabalhadores tinham a favor de si as pedras, os braços e o número.

O jovem Tertuliano não escondia de ninguém que era entusiasta de Fidel Castro, o líder da Revolução Cubana e grande ícone da resistência ao imperialismo americano. Gostava de ler e discutir literatura de esquerda no alojamento. Deixou a barba crescer e passou a ser

chamado de Fidel Castro pelos colegas. Outros rapazes do Santa Mônica, que admiravam sua postura combativa, passaram também a usar barba comprida e a se vestir como ele.

Os policiais viam Tertuliano com aquela desenvoltura, aquela barba e aqueles trajes e supuseram que o rapaz era um comunista subversivo. Quem o conhecia bem chegava à conclusão de que o rapaz era apenas um sindicalista engajado na luta por direitos da classe trabalhadora. Em Ipatinga, integrou-se rapidamente ao sindicato e foi escolhido pelos companheiros como delegado sindical do setor de aciaria.

Quando tinha quatro anos de idade, seu pai se converteu à Igreja Assembleia de Deus. Tertuliano cresceu no meio evangélico. Chegou a frequentar seminário e a dedicar-se a missões transculturais junto a tribos indígenas. Não tinha o perfil que se esperava de um revolucionário comunista.

No dia 7 de manhã, ele e seu grupo estava no meio do povo, mas não pensavam em recorrer à violência. Nem armas tinham. O objetivo deles e da maioria era, ao contrário, coibir a violência dos grevistas mais exaltados.

Não arredariam o pé até que a Usiminas concordasse em eliminar a violência física como instrumento de coação. E era esse o espírito do movimento. É por isso que ele se estabeleceu, cresceu e conseguiu tanta adesão, apesar da ostensiva ameaça de violência policial.

Aquela imensa siderúrgica chegava com processos produtivos modernos, mas que se sobrepunham a relações sociais de modo bárbaro. Aquela massa operária, de uma forma ou de outra, compreendia essa contradição e queria eliminá-la, ainda que, para isso, colocasse em risco a vida de seus integrantes, como de fato ocorreu.

Para tentar amenizar a tensão, Tertuliano entendeu-se com os colegas mais próximos que coordenavam a concentração e foi até o tenente Jurandir. Disse que não permitiriam que a tropa entrasse de jeito nenhum na área da usina. Entretanto, o tenente, se quisesse, poderia entrar sozinho com a companhia do padre.

O oficial pensou que seria arriscado deixar a tropa sem seu comando, mas depois de hesitar um pouco, mandou chamar Avelino.

– Vou entrar na usina. Vamos somente você e eu. Disseram que só nós dois podemos entrar.

– Não vão nos deixar entrar, tenente.

– Vou entrar de qualquer jeito. Se o senhor vier comigo, fica mais fácil.

– Não vai adiantar.

O padre tentou, de todas as formas, demover o tenente, mas o homem entrou em um jipe e preparava-se para partir. Avelino entrou também, e lá foram. Quando o veículo se aproximou da guarita, a cancela, que estava erguida, foi baixada violentamente. Uma multidão cercou o jipe e ameaçava tombá-lo.

Jurandir gritou que tinha ordens para entrar. Que precisava encontrar-se lá dentro com o chefe da Seção da Vigilância, o senhor Omar. Esse argumento só piorou as coisas. Agora é que não entraria de jeito nenhum.

Diante da tenacidade dos trabalhadores, que pareciam dispostos até mesmo a enfrentar a tropa para fazer valer seu movimento, e da insistência do padre, para que não forçasse a entrada, Jurandir desistiu.

– Essa gente já está abusando. Estou perdendo a paciência – avisou.

Logo depois, voltou à sua posição inicial, junto à tropa e, furioso, tomou uma metralhadora da mão de um soldado e passou a empunhá-la de forma agressiva.



O chefe da Vigilância, Omar Rodrigues Vieira, foi acordado às 6h da manhã por um motorista da Usiminas. O homem contou-lhe que havia uns três mil trabalhadores aglomerados em frente à Portaria 57. Protestavam contra a violência da Cavalaria na noite anterior e durante a madrugada.

Omar trocou de roupa e foi de jipe até a casa de seu superior, o chefe da Divisão de Trabalho da Usiminas, Alfredo Nohme, e contou o que estava acontecendo. Dali, seguiram para a casa de Gil Guatimosim e o encontraram já na varanda.

O chefe do Departamento de Relações Industriais informou aos dois que já estava ciente da situação. Inclusive, estava ali, já havia algum tempo, a esperar transporte até o Escritório Central, mas os manifestantes impediam a saída dos veículos pela portaria.

– Estou exausto, gente. Passei a noite em claro por causa dessa confusão – desabafou Gil Guatimosim. Os outros dois também não haviam dormido direito. O chefe de departamento pediu a Alfredo que fosse à Acesita buscar o presidente do sindicato. Geraldo dos Reis Ribeiro²², apesar de ter apenas 26 anos, era uma pessoa muito equilibrada e respeitada pelos operários. Certamente, ajudaria na solução daquela crise.

Todos entraram no carro e saíram em direção ao Escritório Central. No meio do caminho, próximo ao viaduto da EFVM (Estrada de Ferro Vitória-Minas), encontraram-se com a rural deslocada para transportar Gil Guatimosim. O engenheiro desceu e seguiu viagem nesse carro. No jipe ia Alfredo, e Omar vinha atrás.

Alfredo desembarcou no Escritório Central e tomou carro rumo a Timóteo. Omar, por sua vez, tentava entrar na usina. Quando chegou perto do portão do almoxarifado, viu que a

²² Geraldo dos Reis Ribeiro acabara de assumir, interinamente, a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de Coronel Fabriciano, atual Metasita. O sindicato surgiu no contexto da antiga Acesita – hoje Aperam South America –, indústria de aços especiais, principalmente o inoxidável, inaugurada em Timóteo em 1944. Como Ipatinga, Timóteo emancipou-se de Coronel Fabriciano em 1964. No ano seguinte, criou-se o Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga. Até então, os metalúrgicos da Usiminas e da Acesita eram representados pelo sindicato de Fabriciano. Depois de intensos conflitos com a direção da Acesita, o sindicato conquistou o respeito dos metalúrgicos de Timóteo e se fortaleceu (RIBEIRO, 2012, 2013; CHAVES, 2012, 2013). Por essa razão, a direção da Usiminas trabalhava para impedir a filiação de seus empregados ao sindicato (RIBEIRO, 2012, 2013), embora o chefe da Divisão de Trabalho da Usiminas à época tenha negado a denúncia (NOHME, 1963, p. 43).

passagem, e mesmo a rodovia, estavam completamente obstruídas.

Ordenou ao motorista que tomasse um desvio pela direita. Tentariam entrar pelo Posto do Horto. Um pouco adiante, próximo a uma rampa, tiveram que reduzir a velocidade. Do meio de um grupo de rapazes que estava por ali, alguém gritou:

– Gente, olha ali o chefe da Vigilância, o senhor Omar. Vamos pegá-lo!

Vieram correndo para lado do veículo, atirando pedras. Omar tomou uma pedrada no punho quando tentava se defender. O motorista, atônito, manobrou o jipe rapidamente para retornar e quase capotou o veículo. Assim que embicou o carro para o outro lado, acelerou o mais que pôde e escaparam.

Omar concluiu que corria perigo. Decidiu que iria para a Fazendinha, onde supôs que estaria seguro, e ficaria por ali a aguardar o curso dos acontecimentos.



Eram quase 7 horas da manhã quando a rural do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos do Município de Coronel Fabriciano chegou à portaria. Talvez até tenha cruzado com o carro em que Alfredo seguia para chamá-lo para a reunião. Geraldo Ribeiro foi recebido com aplausos e brados de alegria. Saiu do carro e uma multidão correu para perto dele.

Os dois rapazes que foram ao distrito de Timóteo buscar o presidente do sindicato e avisá-lo da greve já haviam relatado os acontecimentos da madrugada. O sindicalista, porém, conversava com os líderes do movimento e procurava entender melhor a situação.

A tensão era muito forte. Alguns operários mais revoltados ameaçavam partir para cima da tropa no braço. Havia ali muita gente machucada, com a roupa rasgada, suja de sangue e de barro. Geraldo Ribeiro conversou com a liderança do movimento para se inteirar da situação. Em seguida, foi ao encontro da tropa.

– Tenente, por favor, tire seus homens das proximidades. Eu vou resolver o problema com o pessoal para que voltem ao trabalho e liberem a entrada.

– Não posso. Estou cumprindo ordens.

– Ordens de quem?

– Do capitão Robson.

– E onde está o capitão Robson?

– Está a caminho do Escritório Central.

Geraldo Ribeiro caminhou em direção ao padre e o chamou para ir com ele ao encontro do capitão. Avelino informou da reunião agendada com o Gil Guatimosim para dali a pouco, exatamente às 7h30 no Escritório Central.

Geraldo Ribeiro subiu na cancela da passagem de nível da linha férrea, paralela à rodovia, e fez um discurso efusivo diante da multidão. Condenou a violência policial e a truculência dos vigilantes da Usiminas.

Nesse momento, um dos praças, armado de metralhadora, apontou sua arma para o sindicalista, que se virou para o lado e prosseguiu o discurso com a mesma energia. Disse que os policiais que barbarizaram os operários do Chicago Bridge na madrugada seriam responsabilizados pelos seus crimes.

Geraldo Ribeiro garantiu que os trabalhadores podiam contar com seu sindicato. Avisou que estava indo ao Escritório Central negociar a retirada da tropa e as outras reivindicações do movimento, sobretudo a reformulação da Vigilância. Foi aplaudido por uma multidão entusiasmada. Pediu, ao final, que todos mantivessem a calma, que se afastassem o máximo possível da tropa e evitassem provocações; sem demora voltaria com uma solução.

O sindicalista desceu e José Rodrigues da Rocha, um rapaz branco, franzino e miúdo, um dos líderes da revolta em Santa Mônica, subiu na cancela. Com muita energia, pediu que os colegas confiassem no sindicato e reiterou os apelos de Geraldo Ribeiro no sentido de que mantivessem distância da tropa.

– Essas armas que estão portando não são espingardas, como muitos aqui imaginam. São metralhadoras, são armas de destruição em massa. Esses soldados estão prontos para matar. Para vestirem essas fardas, tiveram que jurar contra o próprio pai e a própria mãe. Respeitam o coronel como pai e a bandeira como mãe. Vocês estão diante de pessoas muito perigosas (PEREIRA, 1993, p. 4).

Nisso, José Isabel do Nascimento, mestre de montagem da empreiteira Fichet, subiu na cancela e, com uma vistosa câmera Rolleicord, fotografou a multidão. De repente, com um *flash*, os operários perceberam que não estavam completamente desarmados.

A presença do fotógrafo amador em meio à concentração e seu apoio ostensivo à greve ajudavam a aliviar a aflição dos outros trabalhadores. Aquela câmera, porém, incomodava muito os policiais. Os cliques de José Isabel pareciam passar a mensagem de que nenhuma arbitrariedade escaparia à sua lente.

José Isabel andava no meio do povo com uma bolsa a tiracolo e a câmera, adquirida por 30 mil cruzeiros, no dia 11 de maio, em Volta Redonda²³.

Antes de mudar-se para Coronel Fabriciano, trabalhou na Companhia Siderúrgica Nacional. Veio de Volta Redonda para trabalhar na instalação da Usiminas. Antes de fichar²⁴ na Fichet, trabalhou na Montreal²⁵.

²³ Esses dados constam do recibo do equipamento em poder da família do fotógrafo.

²⁴ Termo utilizado pelos peões como sinônimo de firmar um contrato formal de trabalho.

²⁵ A Fichet e a Montreal eram empreiteiras da área de montagem industrial.

José Isabel era pai de quatro filhos e sua esposa, dona Geralda Aguiar do Nascimento, estava grávida de sete meses. O casal era de São Domingos do Prata, uma cidade próxima a Coronel Fabriciano, a meio caminho de Belo Horizonte, e estava mais à vontade agora em sua região de origem.

Apaixonado por fotografia, José Isabel registrou cenas da implantação da Usiminas e fatos importantes de Coronel Fabriciano. Aos finais de semana, fotografava casamentos, aniversários e batizados.

Gabriel José Pereira, conhecido como o Amigo, quando viu José Isabel sobre a cancela, pensou consigo mesmo que deveria ter trazido sua câmera. Não adiantava mais. Sua casa, no Candangolândia, ficava longe. As coisas aconteceram muito rápido e Gabriel foi pego de surpresa²⁶.

O Amigo guardava em casa dois mimos muito úteis em sua missão revolucionária. Além da câmera fotográfica Voigtländer Braunschweig, tinha uma espingarda Flaubert, calibre 22, de 9 tiros²⁷. Naquela manhã, porém, nem ele nem ninguém entre os trabalhadores apareceu armado.

Geraldo Ribeiro conversou com o grupo de frente do movimento, insistiu que mantivessem a multidão sob controle e partiu para o Escritório Central com o padre e alguns rapazes de Santa Mônica, entre eles Osvaldo Ribeiro Vaz e um rapaz chamado Nabucodonosor.

Avelino, antes de seguir, retornou à casa paroquial de jipe para buscar o alto-falante, ligar para o Gil Guatimosim e anunciar que a comissão estava a caminho. Os líderes do movimento que ficaram passavam entre a multidão com um lençol, recolhendo doações para custear um seletivo²⁸ às autoridades estaduais. A violência policial tinha que ser denunciada.



O sargento José Francisco de Oliveira, após trocar a farda, passou no quartel para conversar com outros praças que ali estavam e se informar melhor sobre os incidentes da noite anterior e a greve que estava acontecendo na Usiminas. Ouviu atentamente o que diziam os mensageiros enviados pelo tenente Jurandir. Percebeu que a situação se agravava cada vez mais.

A essa altura, todas as portarias da empresa estavam bloqueadas pelos grevistas. O principal palco dos acontecimentos, porém, era a Portaria 57.

José Francisco foi à sala do capitão, pediu licença e entrou.

26 O relato da participação de Gabriel José Pereira nos eventos está de acordo com entrevista do operário ao jornal *Outro Lado* (OUTRO Lado, Ipatatinga, 4-18 jul, 1993, pp. 4-5).

27 O material foi apreendido com Gabriel em 2 de abril de 1964 (MINAS GERAIS. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Arquivo da Polícia Política. Pasta 3934, Rolo 050, jul. 1964 - ago. 1964, Imagens 58).

28 Seletivo é o nome do aparelho utilizado para as comunicações nas estações ferroviárias. Havia um desses na estação da EFVM no município.

– Capitão, a situação na portaria, pelo jeito, está cada vez pior. A gente poderia conseguir um aparelho de som para o tenente Jurandir falar com o pessoal e acalmá-lo. O Clube da Usipa²⁹ tem um.

– Boa ideia, sargento! Ligue lá para o João Cláudio e veja isso com ele.

João Cláudio estava no Escritório Central com Gil Guatimosim e outros integrantes da direção da Usiminas. Todos buscavam solucionar a greve na portaria. O chefe do Departamento de Serviços Gerais, na mesma ligação, pediu que o capitão Robson viesse participar das negociações.

O oficial aproveitaria a viagem para reportar os incidentes ao comandante-geral da Polícia Militar, José Geraldo de Oliveira, por meio do aparelho de radiotelegrafia da companhia.



O capitão e o sargento chegaram ao Escritório Central pouco antes da comissão dos trabalhadores. Em outro jipe, logo atrás, vieram os cabos Teodoro Dionísio de Carvalho e Nestor Pereira dos Santos.

José Francisco encontrou-se com João Cláudio. Ficou sabendo que o aparelho de som do clube era inadequado porque não funcionava com bateria.

– Sargento! – disse Moacir Lott, um dos diretores da Usipa que ali se encontravam – O padre Avelino tem um alto-falante que serve. Sou muito amigo dele. Acho que, para mim, ele empresta. Se o senhor quiser ir à casa dele, no Horto, te levo lá no meu carro e a gente traz o aparelho.

José Francisco aceitou a oferta. Depois de conversar alguma coisa com o capitão, entrou no carro e tomaram a MG-4 em direção ao Horto. Pouco depois, o padre e os demais integrantes da comissão dos trabalhadores chegaram ao Escritório Central.

Robson passou um radiotelegrama ao comandante-geral da Polícia Militar em que reportou a situação calamitosa em Ipatinga e pediu reforço de uma companhia³⁰. Demorou-se um pouco na sala, e João Cláudio lhe disse que Jair Abelha contara que todos os feridos atendidos na madrugada no ambulatório apresentavam sinais de embriaguez. Procurando ser agradável com o capitão, o chefe do Departamento de Serviços Gerais virou-se para ele e disse:

– Para mim, isso tudo foi premeditado!

Logo em seguida, chamados à sala onde aconteceria a reunião, os dois se levantaram e para lá se encaminharam.

29 A Associação Esportiva e Recreativa Usipa era o clube de lazer e desporto que a Usiminas fundou, em 1959, para atender aos seus empregados. Em 1963, a sede campestre da Usipa ainda estava em construção, e suas instalações eram bastante precárias. Na época, era presidida pelo chefe de Departamento de Serviços Gerais da Usiminas, João Cláudio Teixeira Salles. Ao longo da história, o clube formou, muitos jogadores de futebol que ganharam renome, entre eles, Edivaldo (ponta esquerda) e Gomes (goleiro), que chegaram à Seleção Brasileira.

30 Companhia é uma unidade militar composta por entre 60 e 250 militares, dividida em dois ou mais pelotões e comandada, em geral, por um capitão.



Assim que chegou ao Escritório Central, Gil Guatimosim ligou para o Diretor de Operações, Makoto Inoue, principal executivo da Usiminas em Ipatinga, colocou-o a par dos acontecimentos e providenciou transporte para trazê-lo, junto de seus assessores. Logo em seguida, foi informado de que a comissão dos trabalhadores, inclusive o presidente do sindicato e o padre Avelino, já estavam ali para participarem da reunião.

Guatimosim procurou acomodar aqueles homens em sua sala. Alguns trabalhadores feridos na madrugada também se agregaram à comissão. João Cláudio, Alfredo Nohme e o capitão Robson também entraram. O promotor de Justiça da comarca de Coronel Fabriciano estava por ali, mas não quis tomar parte das negociações. Ficou do lado de fora da sala.

Tão logo começou a reunião, Geraldo Ribeiro atacou veementemente o destacamento da Polícia Militar em Ipatinga.

– Capitão Robson, seus homens são os responsáveis por toda essa confusão. É inadmissível que esses homens, sem motivo algum, tenham sido presos e espancados, no meio da madrugada, enquanto dormiam.

– O que não se admite, senhor presidente, é que um bando de arruaceiros perturbe a paz pública à noite e ouse trocar tiros com a polícia.

– É que eles cansaram de apanhar, de sofrer todo tipo de violência por parte da Cavalaria e da Vigilância da Usiminas. Decidiram, consensualmente, dar um basta. Entretanto, esses homens que foram agredidos não tinham nada a ver com esse confronto.

A reunião seguia nessa toada. Os ataques se prolongavam mais do que o necessário. Todos os rapazes, que vieram como representantes ou curiosos, queriam falar. Gil Guatimosim ficava mais quieto atrás de sua mesa. Pouco tempo após o início daquelas discussões, pediu licença. O diretor o convocava na sala ao lado. Ele saiu, mas o falatório continuou.

Makoto Inoue queria saber do engenheiro detalhes daquela confusão. Gil Guatimosim explicou que tudo começou porque alguns trabalhadores não queriam mostrar a identidade na saída, como determinou a direção da empresa. Agredidos, os vigilantes chamaram a Cavalaria que fez uso da força.

O confronto entrou madrugada adentro porque os trabalhadores alojados no Santa Mônica resolveram enfrentar a polícia com pedras, paus e até tiros de garrucha. Na confusão, mais de 200 operários instalados no alojamento Chicago Bridge foram presos e espancados.

Acrescentou que passou a noite em claro buscando apaziguar os ânimos. Conseguiu a libertação dos operários, mas deflagrou-se, no início da manhã, uma greve para protestar contra a violência policial. A usina estava parada. Os trabalhadores estavam dizendo que só voltariam ao trabalho se a tropa saísse da portaria e a Cavalaria, de Ipatinga. Exigiam ainda que a Vigilância fosse reestruturada.

Makoto Inoue achou aquilo tudo um absurdo. Pediu que a reunião fosse transferida para a

sua sala. Um intérprete traduzia as queixas dos trabalhadores, as justificativas do capitão e a opinião do dirigente.

Com a presença do japonês, as discussões ficaram mais arrastadas. Tudo que se dizia tinha que ser traduzido, e aquilo ia tomando tempo. Havia muitos gritos, muita discussão e nenhuma solução.

Geraldo Ribeiro e o padre insistiam para que Robson mandasse a tropa se retirar imediatamente. O capitão dizia que não podia tomar essa providência, porque seus homens estavam lá para resguardar o patrimônio da empresa.

– Mas ninguém está quebrando nada, capitão! – insistiu o sindicalista.

Robson Zamprogno, porém, não cedia.

– Mas, capitão, seus homens estão lá fazendo todo tipo de ameaça aos trabalhadores! A qualquer instante, pode acontecer uma tragédia. Os trabalhadores têm todo o direito de fazer greve. Estamos em uma democracia.

Após ouvir do intérprete a tradução do comentário de Geraldo Ribeiro, Makoto Inoue esbravejou algumas palavras em japonês.

– Isso não é democracia, é comunismo! – traduziu o intérprete³¹.

Esse era o tom da conversa e as partes não se entendiam. A angústia era muito grande. O capitão não admitia retirar a tropa da portaria até que os trabalhadores encerrassem a greve. Os grevistas não aceitavam encerrar o movimento até que o capitão e o japonês atendessem às suas exigências. Os debates seguiam truncados, em círculos, com as partes se repetindo sem nenhum entendimento.



O número de pessoas na multidão já se aproximava a 6 mil, e a tropa ia ficando completamente envolvida por ela. Foi então que Jurandir pediu, por intermédio do soldado Moacir, conhecido como Recruta, mais reforços e armamentos, inclusive o fuzil-metralhadora ZB, calibre 45, capaz de mais de 200 disparos por minuto. Esse tipo de arma, uma das mais letais da Polícia Militar de Minas Gerais na época, popularizou-se durante a Segunda Guerra Mundial.

O tenente também mandou dizer ao capitão que, se possível, viesse à portaria ajudar a controlar a situação. O capitão mandou informar que não poderia enviar mais reforços, porque restavam apenas uns cinco ou seis soldados para guarnecer o quartel. O fuzil-metralhadora, porém, foi despachado para o local.

A tropa tentou montar a arma sobre um tripé no chão, de frente para a multidão, mas

foi impedida pelos trabalhadores. O fuzil-metralhadora foi, ao final, instalado em cima do caminhão que servia à tropa. O Recruta, que recebeu o apelido porque havia apenas nove meses que estava na Polícia Militar, ficou encarregado de manobrá-la. De cima do caminhão, mirava um ou outro trabalhador mais agitado. A tensão só fazia aumentar.



José Francisco e Moacir Lott seguiam na MG-4 rumo à casa paroquial. Em frente ao portão da garagem, a rodovia estava bloqueada com pedras e toras de madeira. Foram obrigados a desviar do asfalto para conseguir passagem.

O sargento ficou impressionado com a cena diante da portaria. Havia ali uns 6 mil homens, dispersos em vários agrupamentos menores. Alguns erguiam cartazes ou estendiam estandartes improvisados, de lençóis ou toalhas, com desenhos ou dizeres que expressavam as reivindicações do movimento ou provocações contra os policiais.

Em um dos cartazes, havia a figura de uma cabeça de soldado de capacete e a inscrição “Tá tinindo”³² e, do lado, o número 24. Em outros, lia-se “Voltou o cativoiro”, “Abaixo os meganhas - cachorros do governo”, coisas desse tipo.

Do lado de cá da rodovia, para quem seguia naquela direção, estavam os 19 homens da Polícia Militar – o tenente, o cabo José Maria Francisco e 17 soldados – todos fortemente armados³³.

O que mais impressionava era a imagem do soldado Moacir, de pé em cima do caminhão, a girar o fuzil-metralhadora ZB para intimidar os grevistas. O sargento estranhou que aquela arma estivesse com o Recruta, e não com o elemento mais experiente da tropa, como recomendavam os manuais.

Ele mesmo tivera a oportunidade de atirar com o FMZB durante sua formação de infantaria e o achou difícil de operar. Quando era disparado para cima, aquele fuzil-metralhadora, com a trepidação, tendia a abaixar. Era, portanto, uma arma muito letal e perigosa.

32 A expressão “tá tinindo”, hoje corrente em todo o Brasil, surgiu em Ipatinga naquela época. Os homens do Regimento da Cavalaria de Minas no antigo distrito se tornaram temidos por sua extrema violência. Quem fosse encontrado pelas ruas sem documento, especialmente à noite, era normalmente espancado por esses militares. Por isso, quando os populares ouviam o barulho de suas esporas ao longe, gritavam “tá tinindo” e fugiam. Os cavalarianos se irritavam ao ouvir a expressão.

33 Após receber três reforços, a tropa chegou a 19 policiais, que portavam os seguintes armamentos: 1) segundo-tenente Jurandir Gomes de Carvalho: um revólver Smith & Wesson 45; 2) cabo José Maria Francisco: uma metralhadora de mão e um revólver Taurus 38; 3) soldado Francisco Torres Dutra: um revólver Smith & Wesson 45; 4) soldado Sebastião Campelo de Oliveira: um revólver Smith & Wesson 45; 5) soldado José Gomes Vidal: um revólver Smith & Wesson 45; 6) soldado Sebastião Cândido da Silva: um revólver Smith & Wesson 45; 7) soldado Argentino Teodoro Tavares: uma metralhadora de mão e um revólver Taurus 38; 8) soldado José Félix Gaspar: um fuzil ordinário; 9) soldado Florício Fornaciari: um revólver Smith & Wesson 45; 10) soldado José Cirilo Borges: um fuzil ordinário; 11) soldado Milton Souto da Silva, um revólver Smith & Wesson 45; 12) soldado José Rodrigues: um revólver Smith & Wesson 45; 13) soldado João Clementino da Silva: um revólver Smith & Wesson 45; 14) soldado João Medeiros: um fuzil ordinário; 15) soldado Moacir Gomes de Almeida: um fuzil-metralhadora ZB e um revólver Smith & Wesson 45; 16) soldado Odeino Gomes: um revólver Smith & Wesson 45; 17) soldado Elson Valeriano: um revólver Smith & Wesson 45; 18) soldado Joaquim Félix de Carvalho: um revólver Smith & Wesson 45; 19) soldado Osvaldo Ferrarez de Castro: um revólver Smith & Wesson 45. Os seis primeiros policiais integravam o Regimento de Cavalaria de Minas (RCM). Os demais, o 6º Batalhão de Infantaria da Polícia Militar, sediado em Governador Valadares (MINAS GERAIS. Relatório de Inquérito Penal Militar, 1963-1965).

Tertuliano e outros rapazes de camisa vermelha procuravam manter a multidão afastada da tropa. Alguns rapazes se revezavam sobre a cancela da passagem de nível a proferir discursos contra a violência policial.

Enquanto passavam diante daquelas cenas, o sargento compreendeu que aquilo era um barril de pólvora prestes a explodir. Conseguir o alto-falante era mais que necessário, era urgente.

Ao chegarem à casa paroquial, José Francisco e Moacir foram atendidos pelo sacristão. O rapaz disse que o padre não estava lá. Havia saído cedo com um pessoal da Usiminas.

Os dois explicaram que havia uma emergência e precisavam do equipamento de som da paróquia. O sacristão já sabia da greve. Imaginava que Avelino estava no meio da aglomeração. Pediu aos homens que aguardassem e saiu para buscar a aparelhagem.

O rapaz, depois de procurar, voltou e disse que o equipamento não estava lá. Possivelmente, o padre o levava consigo. O sargento e o diretor da Usipa agradeceram e partiram para a portaria a fim de encontrar o padre.

● ●

O fotógrafo conhecia os três soldados do destacamento de Coronel Fabriciano que integravam a tropa diante da portaria. Descontraído, José Isabel passou algum tempo conversando com um deles, o soldado João Medeiros. No meio da conversa, o militar sacou do bolso um maço de cigarros e lhe ofereceu. Preferia cachimbos, mas aceitou.

Os trabalhadores estranharam aquela cena. Os cavalarianos de Ipatinga mantinham distância dos civis e gostavam de alimentar a fama de bravos. Quando apareciam, o pau quebrava. Os policiais de Fabriciano pareciam mais humanos.

Não demorou muito, o fotógrafo se despediu do soldado, caminhou para o lado do povo e desapareceu no meio da multidão.

● ●

Serrinha, assim como o Amigo, foi surpreendido pelos fatos. Chegou para trabalhar em sua bicicleta e, na portaria que ficava perto da região central, por onde acessava a usina, a uns quatro quilômetros do epicentro da greve, estranhou a aglomeração que ali se formou.

– Uai? Você não foi trabalhar hoje, não? – perguntou a um subordinado da sua seção no meio do povo.

– Não vai entrar aí dentro, não. O negócio está feio! Está todo mundo parado! – respondeu o operário.

Serrinha ficou sabendo o que ocorria. Logo, os rapazes que lideravam a greve pediram que ajudasse a bloquear o acesso por aquela portaria. Entrou de cabeça no movimento.

● ●

O carro que conduzia José Francisco e Moacir rompeu com alguma dificuldade pela multidão adentro, até chegar onde estava o tenente Jurandir. O sargento desceu e caminhou rumo ao carro. Fez-se silêncio total. Assim que prestou continência ao oficial, a multidão explodiu em vaias. O sargento contou ao tenente que estava à procura do padre Avelino e do alto-falante.

– Ele esteve aqui mais cedo, mas saiu com o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos e alguns rapazes em direção ao Escritório Central.

– Tenente, seria interessante se o senhor subisse no caminhão e falasse em viva voz para a massa e explicasse que a Polícia Militar está aqui apenas para proteger as instalações da Usiminas, que não se trata de uma missão hostil aos trabalhadores.

– Sargento, pedi até pelo amor de Deus para ficarem calmos, já falei diversas vezes que não temos nada contra eles, que estamos cumprindo ordens e colaborando com a direção da Usiminas. Já estou rouco de tanto gritar, mas todos os meus apelos foram inúteis.

Nesse ínterim, Jurandir pediu discretamente ao sargento que avisasse ao capitão que a situação da tropa estava precária. Aqueles homens não haviam dormido durante a noite, não tomaram café e estavam ali desde antes de 6 horas da manhã, ouvindo toda a sorte de insulto. E, àquela hora, o número de manifestantes era tão grande que a tropa arriscava ser sitiada. Também cochichou outras coisas indistintas ao ouvido do sargento.

José Francisco despediu-se, entrou rapidamente no carro e saiu para cumprir a missão recebida.

Jurandir passou a andar no meio do povo e procurava tranquilizar a multidão.

– Calma, gente! Tudo vai acabar bem.

● ●

No Escritório Central, a reunião se encaminhava com dificuldade e em tom de desabafo. Finalmente, foi dada a palavra a Nabucodonosor, um dos representantes dos rapazes, para que lesse a lista de reivindicações. Ele as lia, pausadamente, uma a uma, para que o intérprete traduzisse para Makoto Inoue.

– Um, retirada dos policiais da Cavalaria; dois, remodelação da Vigilância; três, afastamento do Braga; quatro, mudança da chefia da Vigilância; cinco, abertura de inquérito sobre a ação policial; seis, mudança do pessoal do Chicago para Santa Mônica; sete, prestação de exame médico ao pessoal machucado pela polícia; oito, socorro àqueles que não foram medicados; nove, indenização dos prejuízos pessoais.

● ●

José Francisco e Moacir entraram no Escritório Central da Usiminas. Deparam-se com o promotor de Justiça da comarca de Coronel Fabriciano, Orlando Milanez, que lhes informou que o capitão Robson Zamprogno encontrava-se reunido, a portas fechadas, com diretores da empresa, o presidente do sindicato, o padre Avelino e representantes dos trabalhadores.

Ao baterem à porta da sala, o próprio capitão atendeu. O sargento reproduziu-lhe, ao pé do ouvido, o recado do tenente Jurandir Gomes de Carvalho. A situação na portaria da Usiminas estava periclitante. Alguns grevistas mais exaltados xingavam os policiais e chegavam, de quando em vez, a lançar pedras contra eles. Estava difícil manter o controle.



Após ouvir as condições dos grevistas e se certificar de que a proposta dos trabalhadores não era retirar a tropa da portaria apenas, mas acabar com o destacamento da Cavalaria em Ipatinga, Makoto Inoue mandou o intérprete dizer que essa exigência era absurda e inaceitável. Geraldo Ribeiro respondeu prontamente que esse ponto era inegociável.

Robson Zamprogno ficou indignado com essa proposta. Disse que retirar a Cavalaria de Ipatinga era uma medida impraticável e fora de sua alçada. Sabia que, naquelas circunstâncias - atualizadas havia pouco tempo pelo sargento José Francisco -, a simples retirada da tropa da portaria já seria bastante delicada. Se a tropa fosse vaiada e apedrejada nesse momento, era bem provável que reagiria.

Se o capitão fosse lá e falasse a todos que a extinção da Cavalaria de Ipatinga fora acertada na negociação, possivelmente seria fuzilado ali mesmo.

Ainda estava fresco em sua memória o protesto do sargento Carlos Alberto contra a ordem de retirada do Santa Mônica na madrugada. O sargento gritava que aquilo era uma humilhação. A situação quase fugira ao controle. Imagina agora!

Robson Zamprogno não pertencia ao Regimento de Cavalaria de Minas, mas ao 6º Batalhão de Infantaria. Havia, dentro da Polícia Militar, uma grave rivalidade entre a Cavalaria e a Infantaria.

Os cavalarianos gostavam de dizer que a Cavalaria não era melhor nem pior, apenas diferente. Por outro lado, os integrantes da Infantaria condenavam a violência típica dos cavalarianos e sua inabilidade de relacionar-se com a população.

A violência da madrugada fora protagonizada pela Cavalaria. Quem comandara a invasão do Chicago fora o sargento Carlos Alberto, subcomandante desse destacamento.

A greve, a rigor, não era contra a Polícia Militar como um todo, mas contra o seu regimento de cavalaria.

Zamprogno, após refletir sobre todo esse cenário, debruçou-se e escreveu discretamente um bilhete³⁴, foi à porta e entregou o papel dobrado, escondido na mão.

– Zé Francisco! Zé Francisco! Leve lá para o tenente Jurandir.

O sargento foi até a porta do Escritório Central e fez um sinal para o cabo Teodoro, que conversava no pátio com o cabo Nestor e o motorista do jipe.

– Sim, senhor sargento!

– Teodoro, o capitão precisa que esse bilhete seja entregue com urgência ao tenente Jurandir.

– Sim, senhor!

Logo, os dois cabos entraram no jipe e pediram que João de Deus tocasse para a portaria da garagem. O carro fez uma manobra rápida no pátio e arrancou em alta velocidade rumo ao destino.

34 Segundo depoimento do oficial, o bilhete continha o seguinte texto: “Tenente Jurandir, não tome nenhuma atitude agressiva contra os grevistas, pois estou reunido no Escritório Central com o sindicato e os diretores da Usiminas e a solução não demora” (ZAMPROGNO, 1963, p. 123; 1963, 1964, v. 1, p. 112). É semelhante a versão de Jurandir Gomes de Carvalho (1963, p. 132; v. 1, 1963, 1964, v. 5, p. 10; 1963, 1964, p. 112). O promotor Orlando Milanez (FERNANDES, 1963, 1964, pp. 101-102) e os médicos Jair da Costa Abelha (1963, 1964, p. 50) e Emílio Gomes Fernandes (FERNANDES, 1963; 1964, pp. 101-102), que teriam visto o bilhete, confirmaram a informação. Entretanto, como os três eram amigos do capitão e do tenente Jurandir, e o bilhete não foi apresentado em juízo, há dúvidas sobre essa questão.

O ELDORADO DO AÇO }

44

Aquela primeira greve da Usiminas foi um duro revés no projeto de dotar Minas Gerais com uma imensa e moderna siderúrgica. Políticos e empresários mineiros se ressentiram da escolha de Volta Redonda para sediar a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN –, a maior da América Latina, em 1941, durante o Governo de Getúlio Vargas. Minas Gerais, com 70% das reservas de minério de ferro do país, seria a sede natural da siderurgia brasileira.

O Presidente Juscelino Kubitschek empenhou-se em realizar o sonho antigo de seu estado. Cinco anos antes daquela greve, precisamente no dia 16 de agosto de 1958, veio a então Vila do Horto de Nossa Senhora para fincar a estaca oficial da Usiminas, exatamente no local onde seria construído o Escritório Central da companhia onde aconteceria aquela reunião.

JK, supersticioso, não gostava de pedra fundamental, e o superintendente da construção civil da Usiminas, o engenheiro Gil Guatimosim Júnior, teve a ideia de substituí-la pelo artefato de madeira, uma referência de nível para alinhamento topográfico da futura edificação (GUATIMOSIM, 1990, p. 6).

No discurso de inauguração, o presidente destacou a importância da Usiminas para o desenvolvimento do Brasil:

– Embora relativamente baixo, o nosso consumo de produtos siderúrgicos vem aumentando de ano a ano, sem que a produção siderúrgica, também em crescimento, tenha conseguido alcançar as necessidades do mercado interno. Assim, o que há alguns anos pareceria ideal, de difícil obtenção, começa hoje a ser realizado, dando o país um passo vigoroso no caminho da prosperidade, a qual está forçosamente condicionada à expansão da indústria siderúrgica (USIMINAS, 2012, p. 15). O projeto da Usiminas estava alinhado com a estratégia de ampliar a participação do estado na indústria pesada do país, com melhor aproveitamento de recursos naturais disponíveis.

A Vila do Horto fazia parte do distrito de Ipatinga, onde se contavam menos de 300 casas na época da fundação da Usiminas. No começo do século XIX, toda aquela região era uma selva inóspita. Os poucos colonos que por ali se arriscavam viviam de agricultura e pecuária rudimentar, sob ameaças dos temíveis índios Botocudos.

Com a chegada da Estrada de Ferro Vitória a Minas - a EFVM, para escoar a produção de minério de ferro até o porto capixaba - e a construção da Estação Pedra Mole, em 1922, bem ali, nas margens do Rio Piracicaba, próximo à sua confluência com o Rio Doce, a região começa a receber novos habitantes.

A população de Ipatinga vivia basicamente de derrubar matas nativas e plantar eucalipto para fazer carvão (CHAVES, 2012). O produto alimentava os alto-fornos da Belgo-Mineira, em João Monlevade.

A Usiminas, com 40% de capital japonês e o restante dividido em partes iguais entre o Estado de Minas Gerais e o BNDE, representava um avanço em relação a outras usinas do estado. Projetada para produzir 500 mil toneladas por ano, usaria carvão mineral e estaria em condições de rivalizar com a gigante CSN.

Ipatinga foi escolhida para sediar o megaempreendimento porque nas imediações da antiga estação Pedra Mole havia uma extensa baixada de topografia irrepreensível, plana, de solo de areia compacta, com 35 metros de profundidade, ao lado do encontro dos rios Doce e Piracicaba.

A EFVM riscava aquela área e, com poucos ajustes em seu traçado, poderia ser usada para alimentar a nova usina com o minério de ferro escoado de Minas até Vitória. Os custos do frete do carvão, importados através do porto capixaba, seriam baixos.

E havia mais vantagens: a pouco mais de 50 quilômetros, ficava a recém-inaugurada Hidrelétrica de Salto Grande. As condições, portanto, eram perfeitas para a instalação da siderúrgica.



A construção da usina e de infraestrutura mínima para acolher quase 30 mil novos moradores foi um desafio monumental. Gil Guatimosim dizia que, dadas às condições, ou se construía a usina, ou a cidade (TULER, 2006, p. 45). Os anos se passaram e nem uma coisa nem outra estava concluída: as obras de implantação da siderúrgica seguiam penosamente, e Ipatinga era o caos.

Corria pelo Brasil a notícia que um consórcio nipo-brasileiro implantava uma siderúrgica moderna no Vale do Rio Doce. Diariamente, chegavam trens e ônibus lotados de homens ou famílias inteiras em busca de oportunidade.

Estimava-se que a Usiminas precisaria de 5 mil empregados para produzir as 500 mil toneladas de aço líquido por ano, previstas no projeto de instalação. Entretanto, o presidente

da empresa, Amauri Lanari Junior, e o chefe da construção da usina, Luiz Verano, acertaram com os diretores japoneses a contratação de 10 mil para, depois, selecionar a metade.

A maioria dos imigrantes era gente pobre, analfabeta, sem especialização e chance alguma de ser empregada. Muitos acabavam como “caticavacos”³⁵, homens-tatus, empregados de empreiteiras, que passavam o dia e, por vezes, entravam noite adentro cavando buracos por onde passariam cabos e tubos.

Um dos gatos³⁶ que empregavam os “caticavacos” era a AB Cavalcanti. Muitos de seus empregados nem registrados eram. Os outros eram demitidos antes de completarem um ano de carteira para não terem direito a indenização.

Os peões eram obrigados a retirar a compra no armazém da empreiteira, onde tudo custava os olhos da cara. Em pouco tempo, formava-se uma legião de escravos, com crianças doentes, mal alimentadas, um verdadeiro inferno.

Em 2 de outubro de 1963, estourou uma greve na AB Cavalcanti após 70 dias de atraso nos pagamentos. José Pitombo Filho, empregado da Usiminas que chefiava os terceirizados dessa empresa, liderou o movimento, que teve apoio de Alfredo Dias Marinho, também do quadro funcional da siderúrgica³⁷.

Para se ter ideia da eficiência da rede secreta da Seção de Vigilância, no mesmo dia, esses dois foram denunciados a Alfredo Nohme por meio de um memorando reservado, assinado por Omar³⁸.

Serrinha estava em seu setor trabalhando e apareceram, matreiros, dois peões da empreiteira.

– Tem um lugar para a gente esconder aí?

– Por quê? – quis saber Serrinha.

– Estão querendo que a gente entre nessa greve aí, mas a gente não quer, não – disse um deles.

– A gente gosta muito do Seu Cavalcanti – justificou o outro.

– Vocês estão errados – repreendeu Serrinha, para espanto dos dois homens. Pensaram que, na posição de chefe, o homem aprovaria aquela postura.

– Vocês têm que apoiar seus companheiros, que estão lá se sacrificando para melhorar

35 O vocábulo “caticavaco” é um regionalismo local não dicionarizado. Designavam, na região, os trabalhadores que cavavam buracos para instalação de rede subterrânea de dutos.

36 Nome jocoso que os peões atribuíam às empreiteiras que alugavam mão de obra para companhias maiores e, geralmente, descumpriam a legislação trabalhista. Originalmente, chamavam-se “gatos” os trapaceiros que arregimentavam trabalhadores braçais para servirem como escravos em trabalhos sazonais em fazendas no interior do país. Tanto as empreiteiras quanto esses trapaceiros costumavam desaparecer, e os trabalhadores ficavam no prejuízo, sem ter contra quem recorrer.

37 MINAS GERAIS, v. 4, 1963, 1964, p. 13

38 *Ibidem*

a condição para todos os empregados. Quando a situação melhorar, vai melhorar para vocês também³⁹.



Entre tantas outras vítimas da AB Cavalcanti, estava o trabalhador braçal Alvino Ferreira Felipe. Nascido em Ferros, mudou-se para Barra Alegre, também distrito de Coronel Fabriciano na época, para trabalhar na construção da Usiminas.

Foi contratado pela AB Cavalcanti em 20 de fevereiro de 1961, por 28,7 cruzeiros a hora. Em 15 de dezembro, foi demitido. Cinco dias depois, foi recontratado. Em 30 de julho de 1962, demitido de novo. Em 20 de janeiro de 1963, contratado. Finalmente, foi demitido em 31 de maio.

Um caminhão passou por cima do pé do braçal. Dali em diante, passou a receber um benefício previdenciário miserável, insuficiente para alimentar a família.

Andava com dificuldade, mas continuou saindo de casa diariamente para procurar biscates. A sua casa estava a uns nove quilômetros da Usiminas, e ele fazia o percurso a pé. Muito magro, com o corpo fragilizado pela fome e o trabalho duro, Alvino não dava a impressão de que aguentaria o tranco como “caticavaco”. Não conseguia fichar.

Aquele homem negro, de chapéu, desdentado, mal vestido, com sua capanga e um guarda-chuva, era confundido com mendigo pelas ruas. A comida que ganhava levava para alimentar a família⁴⁰.

Afluíram para Ipatinga também os peões que ajudaram a construir Brasília, concluída em 1960, no auge das obras de implantação da Usiminas. Grande parte deles foi morar em barracões improvisados, de lona ou de madeira, em uma área que ficou conhecida como Candangolândia.

Nos arredores da planta, as favelas se proliferavam. O cenário lembrava aglomerações miseráveis em torno de recém-descobertas jazidas de ouro ou esses desgraçados campos de refugiados que, vez ou outra, aparecem na televisão.

A maior favela formou-se na Rua do Buraco, às margens do Rio Ipanema, na região central, que chegou a ser ocupada por 7 mil barracos de madeira, geralmente cobertos de lona, em uma área do tamanho de um campo de futebol.

Antonieta Francisca da Conceição Martins, 39 anos, morava na Rua do Buraco em outubro de 1963. Sentia-se renovada com a chegada da filhinha Ângela Eliana Martins, com pouco mais de três meses, mas a vida ali era muito difícil.

Circulava em Ipatinga uma piada que refletia bem a desgraça daquele formigueiro de gente que descia chão adentro, o inverso da típica favela brasileira, que subia morro acima:

³⁹ Trecho conforme CHAVES, 2013.

⁴⁰ A história de Alvino foi recuperada por Marcelo Freitas (2008, pp. 42-43; 73-74; 212-213).

A mulher cutuca o marido e lhe pergunta:

– Bem, ocê tá me usano?

– Tô, não, uai!

– Intão, tã⁴¹.

Francisco Ferreira Xavier, o tenente, que foi delegado em Ipatinga a partir do começo de 1964, observou que esse inferno subterrâneo estava a poucos metros do bairro mais luxuoso do distrito.

– Do Castelo, dá para você cuspir na Rua do Buraco.

Quando Xavier fez curso para passar a capitão, apresentou uma monografia sobre a discrepância entre esses dois mundos. Tomou cinco dias de cana.



As refeições servidas aos operários da Usiminas eram feitas com ingredientes impróprios para consumo. O feijão sempre tinha pedra. Frequentemente, a comida estava azeda. Os cereais, as carnes e as verduras de boa qualidade eram separados para a alimentação dos engenheiros, da chefia e da Polícia. O que sobrava ia para os trabalhadores e, dali, para os porcos⁴².

Um trabalhador achou estranho o pedaço de carne em seu prato e, após consultar os colegas, percebeu que era um membro de boi. Na comida, vinha esparadrapo, barata, mosquito, tocos de cigarro e outras nojeiras (BRAGA, A. 1963, p. 79).

O responsável pela Seção de Alimentação e supervisor dos restaurantes era José Joaquim Morais. Ele criava porcos com os restos de comida e não tinha do que reclamar. Os animais eram criados às escondidas e vendidos para a própria Usiminas.

Um rapaz que trabalhava nos restaurantes, Mario Bosco de Oliveira, notou que uma carne seca, destinada à alimentação dos operários, estava podre. O problema foi levado ao senhor Morais, que determinou que fosse aproveitada assim mesmo.

Corria à boca pequena que comissões pagas ao chefe da Seção de Alimentação explicavam sua leniência com os fornecedores. A verdade é que, desde que foi para a companhia, Morais desatou a comprar caminhões basculantes, para serem alugados para a Usiminas e suas empreiteiras, e um cobijado automóvel Aero Willys, que adorava encher de rapazes para passear.

João Cláudio, chefe do Departamento de Serviços Gerais, trouxe a Ipatinga nutricionistas para tentar melhorar a péssima qualidade da comida, mas os jovens não suportaram a situação e voltaram a Belo Horizonte (SALLES, 1963, p. 103).

⁴¹ Trecho conforme XAVIER, 2013.

⁴² Conforme denúncias apresentadas à comissão de sindicância instaurada em outubro de 1963 (USIMINAS, 1963), boa parte delas por Cesar Eduardo Gino Cerqueira (1963, p. 93-95).

Sem outro remédio, o jeito foi domar a ira dos trabalhadores a espada e cassetete. No dia em que um grupo deles resolveu reclamar do arroz repleto de marinheiro, Morais mandou Formigão - membro de sua rede de capachos - buscar a Cavalaria, que chegou e “desceu pau” nos insurretos. Não fosse a intervenção de um tal de Henrique Neiva, a coisa teria sido pior.



O centro de Ipatinga não tinha nada. Era basicamente uma rua ladeada por casebres ou portas de comércio. Antigamente, essa rua era uma estrada cortada na enxada, quase inabitada, que seguia até a cidade de Ferros. Agora, um punhado de gente andava ali, de um lado para outro, apressada, carregando sacolas, latas ou caixas.

De um lado da rua, alguns homens, de roupas salpicadas de vermelho, sangravam porcos a céu aberto e vendiam os pedaços aos transeuntes. Outros suínos andavam no meio das pessoas, pisando em sangue ou nos próprios dejetos, até que chegasse sua vez. No tempo de chuva, gente e porco se atolavam na lama.

À noite, gente e porco desapareciam e as vendas se fechavam. O movimento agora acontecia no Juá, uma baixada na margem ocidental do Rio Ipanema. Havia várias boatezinhas ao longo de uma rua e de um labirinto de becos encruzilhados. As boates recebiam nomes sugestivos, como *Escorrega-Lá-Vai-Um*, *Risca-Faca*, *Fim do Mundo* e *Rabo de Saia*.

De um lado, uns homens sentados tomando cachaça e comendo torresmo. De outro, casais dançando forró ao som de uma vitrola. Nos fundos, em quartos improvisados, prostitutas prestavam seus serviços à “homaiada”.

Lavradores, policiais, operários e até elementos mais gabaritados da Usiminas vinham frequentar o Forró do Juá, uma sequência de portinhas ao longo da rua, que davam acesso aos prazeres das meretrizes.

As mulheres, em sua maioria, vinham das cidadezinhas dos arredores de Ipatinga, principalmente de Caratinga, para suprir a escassez de mulheres no distrito. Com o crescimento do negócio, passaram a sofrer concorrência de prostitutas que chegavam de Belo Horizonte⁴³.

Afora os japoneses, estrangeiros e integrantes da direção da Usiminas, os policiais e os vigilantes da usina eram os clientes mais privilegiados. Escolhiam, dentre as moças, as que mais lhe agradavam, e alguns chegavam a fidelizá-las.

Uma das mais concorridas boates do lugar era controlada por um cafetão negro, alto, forte e valente, chamado Forró do Juá. Ele intermediava a compra e venda do sexo e espancava os desordeiros e os que desafiassem seu estatuto.

E a desordem era grande. A demanda era grande. As mulheres chegavam a fazer 15

43 Trecho conforme MORAES, v. 1, 2009, pp. 66-69 e diversos depoimentos de entrevistados que pediram para não serem identificados.

programas numa só noite. Os homens as disputavam no grito, no tapa, na garrucha. Quase todo dia tinha assassinato por lá.

O Juá assegurava privilégios aos policiais e lhes repassava as informações que as mulheres conseguiam arrancar dos peões da Usiminas. Era X9⁴⁴ da Polícia e não escondia essa condição, até porque indicava que não seria responsabilizado por suas violências. Isso o fazia ainda mais temido.

O Juá, todo mundo sabia, era uma boca quente⁴⁵. Ali perto, no leito do rio para os lados da estrada que leva a Governador Valadares, ficava o Prato Raso, antes nome da fazenda que ocupava a área oposta à Usiminas, do outro lado da linha férrea; agora designava uma região de matagal, um colônã⁴⁶, como diziam na época e ainda dizem até hoje.

Quem por ali passasse, sempre se deparava com cadáveres ou ossadas. Outros corpos eram lançados ao esquecimento no Rio Ipanema - em uma área que hoje está tomada por usuários de *crack* - ou na imensidão do Rio Doce.



Antes da chegada da Usiminas, só havia justiça privada nos ralos povoamentos dessa parte do Vale do Rio Doce, terra de gente “braba”. Antigamente, quem habitava aquelas bandas eram os temidos índios Botocudos. Violentos e guerreiros, impediram, por muito tempo, a colonização portuguesa. Muitos bandeirantes tombaram em batalhas contra esses índios.

Naquelas vilas, o delegado era nomeado pela própria comunidade. A escolha sempre recaía sobre um homem valente, geralmente um comerciante local. Ele arrematava outros sujeitos violentos pelas redondezas para serem seus “bate-paus”. As arruaças eram, então, resolvidas no braço, na bala ou no pau.

Quando havia um assassinato que exigisse apuração, o delegado, que não tinha poder para prender, nem fazer inquérito, mandava um mensageiro a Coronel Fabriciano e solicitava a presença de um policial no local para encaminhar essas providências.

Aqueles delegados tinham vida curta. Não demorava, achavam um que lhes “fechavam o paletó”⁴⁷.

Os antigos moradores de Ipatinga contam que, no final dos anos 50, um tal de Joaquim Modesto chegou a Cachoeira Escura, distrito de Belo Oriente, local onde nos anos 70 se instalaria a Cenibra, gigante indústria nipo-brasileira de celulose.

Na cachoeira que era escura, porque ficava o dia todo sob a sombra de árvores e que deu nome ao distrito, afogou-se o botânico e naturalista alemão Friedrich Sellow, em 1831.

⁴⁴ Expressão que designa civis que funcionam como espões informais da polícia.

⁴⁵ Boca quente: lugar mal frequentado, com alto índice de briga e confusões.

⁴⁶ Colônã ou colônã designa o capim-da-colônia (*Paspalumdensum*) ou capim-guiné (*Panicummaximum*).

⁴⁷ Fechar o paletó era um eufemismo comum na região para dizer morrer ou ser assassinado.

Naquele tempo, moravam em Cachoeira Escura umas 400 pessoas. Essa pequena população logo descobriu que o Quim, como ficou conhecido João Modesto, era um pistoleiro sanguinário. O homem era briguento, espancava e matava por pouca coisa.

Na mesma época, um valentão chamado Altamiro apareceu em Ipatinga e começou a espalhar o terror no distrito. Enquanto Quim matava e espancava lá em Cachoeira Escura, Altamiro matava e espancava em Ipatinga.

Um dia, os dois pistoleiros se encontraram em Ipatinga e trocaram tiros. Altamiro sumiu por algum tempo. Depois, retornou e continuou com suas atrocidades.

Por sua valentia, tornou-se “bate-pau” da polícia; recebia ordens para desarmar a população. As armas que tomava da população, Altamiro não as entregava à polícia, revendia a quem pagasse mais. A malandragem foi denunciada à polícia.

Certo dia, Altamiro estava parado na frente de um boteco em Ipatinga quando viu chegar uma jardineira cheia de soldados. Como tinha culpa no cartório saiu correndo, e os policiais foram atrás dele.

Quando atravessava correndo o pontilhão da linha férrea por cima do Rio Ipanema, pisou em falso em um dos dormentes e despencou lá embaixo. Os policiais chegaram lá e o viram gemendo a uns 10 metros de profundidade, caído sob um colônho à margem do rio. Deram-lhe voz de prisão, mas o homem não se deu por vencido.

– Quem se aproximar, toma bala – ameaçou.

Não demorou, formou-se ali uma roda de curiosos, até a mãe do pistoleiro apareceu.

– Se entrega, meu filho!

– Até a senhora, se aparecer na minha frente, corto no tiro!

– Então vamos ver!

A idosa disse aos policiais que entregaria o rapaz com a condição de que não o espancassem. Eles concordaram. Ela desceu e voltou puxando o valente pela mão.

Altamiro foi libertado dias depois e voltou a Ipatinga. Retomou sua vida de crimes, foi rechaçado e fugiu para Iapu, cidade próxima, na saída para Caratinga. Lá, assassinou um homem e fugiu novamente, dessa vez para Cachoeira Escura.

Ali, Joaquim Modesto o despachou para o inferno. A execução de Altamiro aumentou ainda mais a fama de Quim. Logo depois, foi nomeado subdelegado de Cachoeira Escura.

Quando voltou de Coronel Fabriciano com a novidade, reuniu a população do distrito na praça central, subiu numa tora de madeira e exibiu, com orgulho, o título de nomeação.

Em alta voz disse que, dali em diante, quem mandava no povoado era ele. Anunciou que as mulheres estavam proibidas de sair na rua após as 19 horas. Depois das 20 horas ninguém

poderia sair de casa, e os botecos teriam que ser fechados. Quem desobedecesse, tomaria uma surra.

E, de fato, Quim impôs o toque de recolher no tapa e no tiro. A violência foi tanta que o povoado se rebelou contra ele e pegou em garruchas e paus para lhe enfrentar.

O subdelegado foi a Coronel Fabriciano buscar reforço. Quando desembarcou da maria-fumaça com outros policiais, foi recebido a tiros e pedradas. O trem partiu com marcas do enfrentamento. Quim, ferido, procurava fugir cambaleando e sem forças, até cair no chão. A multidão se aproximou e, com pedradas, quebraram-lhe a cabeça.

Mesmo assim, o homem ainda chegou vivo ao hospital em Coronel Fabriciano, onde morreu.

Os antigos falavam que uma preta velha havia costurado três imagens de Santo Antônio no peito de Quim. Acreditava-se que o homem só morreria quando os três santos fossem retirados pelos médicos⁴⁸.



A modernidade vinha a galope, abocanhando tudo pela frente. A Acesita, a Belgo-Mineira e a Vale do Rio Doce expandiam-se para o interior e passavam por cima das estruturas daquelas comunidades paradas no tempo⁴⁹.

Aproveitaram, porém, os jagunços daquela velha ordem para expulsar os antigos posseiros das áreas que incorporavam. Os lavradores que resistiam àquela expansão capitalista eram ameaçados, espancados e trucidados pelos “bate-paus”.

Quando a Usiminas chegou, os terríveis justiceiros de aluguel foram substituídos por um regimento da temível Cavalaria de Minas. A violência continuava como principal recurso para impor a ordem.

Homens bravos, de pouca conversa, os cavalarianos desciam o cassetete ou a espada no lombo de quem bobeasse. Bastava ser flagrado zanzando sem carteira de trabalho assinada, no centro ou no Juá, para o pau comer.

Se as cascavéis tinham seus chocalhos, essa polícia montada tinha as esporas de ferro, que tiniam longe. Ao aproximarem, alguém mais vivo gritava: “– Tá tinindo!” – e a turma logo se dispersava. Como os “bate-paus”, seus precursores, a Cavalaria espalhava o terror na região e inspirava ódio em boa parte da comunidade.

A Usiminas, pelo que consta, não fez nenhum estudo social sobre a região. A usina foi construída no peito e na raça. A ressocialização dos trabalhadores, conforme os ditames da disciplina nipônica e da visão de sociedade verticalizada da elite mineira, seria imposta na marra, e a Cavalaria haveria de ajudar.

⁴⁸ A história foi relatada por Carlindo Marques (PEREIRA, 1984, p. 21-22).

⁴⁹ Esse cenário e a mudança socioeconômica brusca são rememorados por Raimundo Serrinha Pereira Chaves (CHAVES, 2012).

Aos trancos e barrancos, a usina siderúrgica, batizada de Intendente Câmara, em homenagem ao brasileiro que primeiro fundiu ferro na região do Vale do Aço, ia tomando cara.

João Goulart sobrevoou com Magalhães Pinto, em 1962, o eixo metalúrgico mineiro, área rica em minério de ferro que se prolongava por cerca de cem quilômetros em torno da estrada de ferro que liga Minas ao porto de Vitória, a EFVM. Começava com a Belgo-Mineira, em João Monlevade, passava pela Acesita, em Timóteo, e prosseguia até a Usiminas, em Ipatinga, rumo ao litoral capixaba. Ao observar as três grandes siderúrgicas em linha, o presidente da República teria alertado o governador mineiro sobre o risco de a região se transformar no ABC Paulista de Minas Gerais (MORAES, 2009, v. 1, p. 73).

A conversa parece estranha porque, aos olhos do público em geral, os dois homens posicionavam-se basicamente em extremos opostos no espectro político: Magalhães à direita; Goulart à esquerda. A política, sabem os mais vividos, tem dessas coisas.

No dia 26 de outubro de 1962, o presidente João Goulart acendeu o alto-forno número 1 com uma tocha trazida de Ouro Preto, a pé, por estudantes da Escola de Minas. Cerca de 24 horas depois, a primeira corrida de gusa marcaria o início da operação da Usiminas. Em seu discurso, Jango afirmou que a nova siderúrgica impulsionaria a modernização brasileira:

– A Usiminas produzirá especialmente material destinado à construção naval, além de outros tipos indispensáveis à expansão da indústria pesada do nosso país. Planejada com rigor técnico, os mineiros vêm hoje realizar um dos seus grandes sonhos, que sem dúvida vai se transformar em breve prazo num poderoso centro irradiador de progresso, riqueza e bem-estar social⁵⁰.

Amauri Lanari Junior bradou que o braseiro usado por Jango aludia ao sonho de Tiradentes de instalar “uma grande indústria siderúrgica junto às fabulosas montanhas de minério de Minas Gerais” (USIMINAS, p. 1990, p. 83). Magalhães Pinto lembrou que a companhia foi construída dentro da lógica de se agregar valor à produção mineral do estado (*ibidem*, p. 84). Keiichi Tatsuke preferiu acentuar a importância do projeto para a cooperação nipo-brasileira (*ibidem*, p. 85).

O Chefe da Seção de Vigilância da Usiminas, Omar Rodrigues Vieira, ajudava na segurança do palanque quando se aproximou bravo o jornalista Sinval Siqueira e o afrontou⁵¹.

No dia seguinte, Sinval apareceu no galpão da Vigilância e acusou Omar de ser o mandante do espancamento de Raimundo Francisco da Silva na delegacia de Ipatinga.

Raimundo, o Botinha, começou a trabalhar como vigilante da Usiminas e ganhou a confiança da chefia a ponto de ser designado para a guarda da residência do vice-diretor de Operações da Usiminas, Luiz Verano.

Tudo ia bem, até que, em junho de 1962, alguém falsificou a assinatura de Wilson Viana da Silva, também empregado da Usiminas que estava de férias, e recebeu seu salário.

Omar fora soldado da Polícia Militar por nove anos e, por boa parte desse tempo, serviu como escrivão em delegacias e participou da investigação de crimes. Achava que conseguiria solucionar aquele mistério.

Ele comandava com mão de ferro a Seção de Vigilância, que era formada, em sua maioria, por antigos “bate-paus”. Muitos vinham de Mantém, na época, reduto de valentões. Muitos nem sabiam ler e só conheciam a linguagem da força. Outros eram ex-lavradores pacatos, alguns fichados em empreiteiras e custavam a entender o contexto da usina.

Antes que o caso viesse a público, reuniu cerca de 200 trabalhadores, entre eles o Botinha, e mandou que copiassem um texto que terminava com o nome de Wilson Viana da Silva. A maioria, gente simples, engoliu fácil a história de Omar de que era um teste, e os que fossem aprovados receberiam um bom aumento.

Antes de enviá-los para perícia no Departamento de Polícia Técnica, em Belo Horizonte, Omar analisou aqueles papéis e encontrou semelhança entre a grafia de Botinha e a assinatura falsificada. Dias depois, foi informado que os suspeitos deveriam ser enviados à sede da capital mineira para fazerem pessoalmente o teste grafotécnico.

O ex-militar tentou, mas não conseguiu que a direção da empresa arcasse com os custos desse expediente. Desconfiado de que Botinha tinha culpa no cartório, chamou o vigilante para uma conversa.

Como o homem negava veemente a autoria da falsificação, Omar remeteu o caso para a delegacia local, onde a confissão seria arrancada por bem ou por mal. Lá, Botinha e

51 A história do Botinha aparece em MARQUES, 1984, pp. 57-59. Recuperamos detalhes em VIEIRA, pp. 31-32, SILVA, 1963, pp. 76-78 e BINÔMIO, Belo Horizonte, 26 de nov., 1963.

Wilson Viana se entenderiam com os policiais e falaria a verdade. Na cabeça do chefe da Vigilância, um deles estava mentindo.

No dia 28 de agosto de 1962, o tenente Valfrido, delegado especial na época, conduziu Botinha e Wilson à delegacia. Interrogados pelo sargento Thompson, os dois mantiveram suas versões. Dali, foram enviados à cadeia pública de Ipatinga e submetidos a vários outros interrogatórios.

Na madrugada do dia 30 de agosto, após dois dias sem comer e beber água, o sargento Thompson apareceu com o temido cabo Machadinho e perguntou:

– E aí? Já resolveram confessar a verdade? – não tinham resolvido.

– Gente, hoje vamos ter um chazinho! – disse o sargento com sarcasmo aos outros policiais que por ali estavam.

O Botinha viu quando agarraram Wilson e o arrastaram para fora. Da cela, ouvia o homem berrar de dor. Mais ou menos depois de uma hora de suplício, os gritos foram perdendo a força até cessarem. Um soldado arrastou o homem desmaiado e o jogou na cela ao lado de Raimundo.

Quando olhava estarrecido para aquele corpo apagado, Botinha foi agarrado e arrastado para o quarto de onde o outro acabara de sair. Gritava, pedia para pararem com aquilo. O cabo Machadinho o aguardava ao lado do pau de arara.

–Tira a roupa e senta na mesa! - disse-lhe o militar.

Em seguida, Botinha foi estirado sobre a mesa e teve as mãos amarradas, uma para cada lado, com arame.

– Não sou ladrão! Não sou ladrão!

–Você é ladrão safado e merece apanhar – retorquiu Machadinho.

Valfrido assistia àquilo com um sorriso perverso no rosto. Machadinho pegou uma mangueira e, com um forte jato de água, começou a abafar os gritos de Raimundo, a ponto de afogá-lo. Quando virava o rosto para o outro ladro, outro militar o abafava com jatos d'água também.

Tirado da mesa, Botinha mal conseguia manter-se em pé, mas Machadinho, às gargalhadas, dava-lhe pontapés na barriga e nos genitais. Arrastaram o homem desmaiado para outra sala, colocaram-lhe as roupas e voltaram a espancá-lo. Por último, devolveram-no à cela junto a Wilson.

No outro dia à tarde, o sargento Thompson veio à presença dos dois.

– Vocês vão nos perdoar pelas injustiças que fizemos. Fomos duros porque a direção da Usiminas nos deu ordem para obrigar vocês a confessar. Vocês não devem procurar ninguém para tomar medidas contra nós.

Dizem que os dias de malfeitor de Machadinho acabaram após uma operação desastrosa. Ele fez sinal para que um carro parasasse. Como não foi atendido sacou o revólver e atirou contra o veículo. Para sua surpresa, saiu de lá um general do Exército e deu-lhe voz de prisão.



Botinha sofreu trauma na bolsa escrotal por causa dos chutes. Como resultado, um dos testículos hipertrofiou. Correu na Usiminas a história de que o homem fora castrado pela polícia. Raimundo nem tinha como esconder aquela sequela. Ficava um volume estranho na altura da braguilha.

Quando se recuperou das agressões e voltou a trabalhar, muitos colegas o procuravam para saber o que tinha acontecido. A comoção dentro da Usiminas foi muito grande. Para tentar amenizar esses efeitos, deram um jeito de transferi-lo da Vigilância.

Revoltado com a tortura, Raimundo exigia a apuração dos fatos. Foi chamado ao Escritório Central e demitido. Recusou-se a assinar o envelope de rescisão e, desesperado, com mulher e quatro filhos para sustentar, colocou a boca no trombone de vez. Procurou os diretores da Usiminas, o prefeito, o presidente da Câmara de Coronel Fabriciano e o promotor de justiça da cidade.

O prefeito deu-lhe uma carta em que pedia à Usiminas que revisse a demissão. Gil Guatimosim ignorou o pedido. Para ele, a presença de Raimundo, devido à compaixão que causava entre os colegas, agravava o clima de insatisfação dentro da empresa.

Quando Raimundo mostrou ao promotor as marcas da tortura pelo corpo, o doutor Milanez, com os braços abertos e as palmas das mãos para cima, olhou para ele e disse:

— Tá, meu filho, mas o que é que eu posso fazer?

Raimundo foi um dos primeiros a testar a ubiquidade da Usiminas em Ipatinga. A assimetria entre a gigantesca siderúrgica e a minúscula cidade permitiu que uma engolisse a outra. Dificilmente, o ativismo sindical do ABC se repetiria no Vale do Aço.



Bem no comecinho da implantação da Usiminas, Gil Guatimosim Júnior hospedou-se no distrito de Timóteo, na extremidade oeste de Coronel Fabriciano, a 14 quilômetros de Ipatinga.

Lá, experimentou o que é viver em uma cidade total⁵². A Acesita, quando se implantou, sobrepôs-se a Timóteo e passou a controlar, de forma abrangente e minuciosa, a vida social na localidade.

— Lá, se você quisesse ir ao bar do Abrão, na praça de Acesita, e tomar uma cachaça, era

⁵² Expressão alusiva ao conceito de instituição total, formulado pelo sociólogo canadense Irving Goffman, (GOFFMAN, 2001), que controla ou busca controlar a vida daqueles submetidos a ela.

proibido – comentou o engenheiro certa vez⁵³ – Agora, se você quisesse comprar uma garrafa e levar para casa, isso podia. Havia certas coisas que a gente não entendia, como a rigidez e a vontade de tomar conta da vida dos outros.

Guatimosim sugeriu a Luiz Verano que a Usiminas adotasse um modelo diferente em Ipatinga, de sociedade mais aberta. Com o passar do tempo, porém, a nova usina impunha no distrito um sistema ainda mais rígido que o de Acesita.

Outro problema que assombrava os operários era a falta de moradia. Cerca de 2 mil trabalhadores, em geral jovens e solteiros, morava no complexo de alojamento Santa Mônica, localizado no bairro de mesmo nome. Muitos desses rapazes tinham formação ginásial e haviam prestado serviço militar.

No mesmo bairro, ficava o alojamento Chicago Bridge, que serviu a essa empresa americana homônima, que participou da instalação da Usiminas. Era um galpão de madeira, com piso de cimento, sujo, com mobília caindo aos pedaços. Após o fim das atividades da Chicago, foram alojados ali, em condições muito ruins, quase 300 empregados de empreiteiras e operários menos qualificados ou novatos da própria siderúrgica.

Os trabalhadores casados e com família iam se amontoando em um bairro espontâneo apelidado de Candangolândia. Muitos moravam em casas de madeira ou de lona, em precárias condições sanitárias.

Ter uma casa com as mínimas condições de conforto e higiene em Ipatinga era praticamente impossível a um trabalhador comum da Usiminas. Aos técnicos mais qualificados, a companhia oferecia casas de 84 metros quadrados, com três quartos, sala, cozinha, banheiros e área coberta no bairro Cariru, junto a uma das portarias da siderúrgica.

Integrantes dos altos escalões moravam em excelentes mansões funcionais, de 185 ou 201 metros quadrados, construídas em terrenos de 500 metros quadrados, sem muros e com belos jardins, no bairro Castelo, uma colina adjacente ao bairro Cariru.

Responsável pela distribuição de moradias, João Cláudio era acusado de favorecer várias pessoas, em detrimento das regras da empresa que, por si só, já eram questionáveis: os trabalhadores de nível mais alto tinham preferência (*e.g.*, CERQUEIRA, 1963, p. 93).

Por vezes, mais de uma família era alojada numa mesma casa. Nessa situação, encontrava-se o operário Leônidas Antônio Dutra. Foi alojado com mãe, pai e quatro irmãos, três deles menores, na mesma casa onde já vivia uma secretária da Usiminas. Logo se desentendeu com a mulher, que tinha gênio difícil, e não achando outro lugar para morar, instalaram-se ele e a família num cômodo de privada (DUTRA, 1963, p. 87).

53 Em entrevista a Jussara Frizzera e Bernardo Mata Machado (GUATIMOSIM JÚNIOR, 1987, p. 7).

João Cláudio Teixeira de Sales deixou sua mulher em Belo Horizonte. Considerava que Ipatinga não oferecia as mínimas condições para se criar uma família (SALLES, 1963, p. 105.). E olha que era ele o principal responsável pelas condições gerais de vida na área da Usiminas. As más línguas acrescentavam uma razão para aquela decisão. O homem estaria de caso com a secretária (CERQUEIRA, 1963, p. 94).

No começo, as condições de vida em Ipatinga eram muito precárias, até mesmo para os funcionários mais graduados. A esposa de Gil Guatimosim chegou a contrair malária quatro vezes, e seus filhos precisavam ir a Coronel Fabriciano para estudar.

A Usiminas construiu igrejas, escolas, hospitais, tudo. A rede privada de prestação de serviços que ia se estabelecendo dependia da usina para subsistir. O prefeito também não queria se indispor, porque a inclinação da siderúrgica decidiria a eleição. A companhia, com o estado de Minas Gerais e a União como sócios, contava ainda com carta branca do governador e do presidente da República.

Instalou-se em Ipatinga um destacamento do Regimento da Cavalaria de Minas comandada, em 1963, pelo Tenente Jurandir, que acumulava a função de delegado auxiliar do distrito.

O titular da delegacia e autoridade máxima da Polícia Militar na localidade era o capitão Robson Zamprogno, do 6º Batalhão da Polícia Militar, sediado em Governador Valadares. Ele se sobrepunha ao destacamento da Cavalaria e aos demais militares do próprio batalhão, designados para o policiamento de Ipatinga.

Embora fosse órgão estadual, a polícia do distrito era, em boa medida, financiada pela siderúrgica. O delegado e o Tenente Jurandir moravam no alojamento dos engenheiros da Usiminas. As viaturas eram fornecidas e abastecidas pela empresa. A alimentação dos policiais e outras despesas corriqueiras do destacamento também eram custeadas pela usina.

A sede do destacamento da Cavalaria, a antiga Fazendinha, uma propriedade 11.760 metros quadrados em uma área estratégica do bairro Ferroviários, a apenas 1.200 metros do Escritório Central da Usiminas, era cedida pela estatal.

A empresa ainda colocava à disposição da Cavalaria pessoal de apoio, como motoristas para viaturas, e bancava até mesmo o cavaliário, o Rosalino da garrucha, que estava na portaria dando apoio moral para os policiais contra os grevistas.



Curiosamente, nenhuma realidade estava mais separada do mundo Usiminas que Ipatinga. A cidade que brotava, com bairros bem planejados e elegantes, era a Usiminas. O resto, o que ficava de fora, esquecido, era Ipatinga.

O cidadão da Usiminas que aparecesse em Ipatinga com uniforme e crachá era um semideus, o sonho distante das moças. O morador de Ipatinga que fosse flagrado na Usiminas era, o mais das vezes, vendedor de doces, o mascate, o mendigo, que Omar mandava os vigilantes caçar e surrar.

DUAS MEDIDAS }

60

A área da Usiminas em Ipatinga, de cerca de 8 quilômetros quadrados, inicialmente nem cercada era, o que dava ocasião para desvio de toneladas de equipamentos e materiais. Desde a fase de construção da planta, iniciada em 1956, a corrupção se alastrava.

Um rapaz, contratado para controlar o recebimento de carregamentos de brita, notou que alguns caminhões entravam cheios no depósito, que ficava perto da Portaria 57, tinham a carga registrada no livro de controle, mas saíam sem despejá-la no silo. Pouco depois, voltavam e a cena se repetia.

Procurou seu chefe, o engenheiro Paulo Guerra, para denunciar a situação e, como prêmio, foi demitido logo depois. Sentindo-se injustiçado, procurou o chefe de Relações Industriais, mas o homem não lhe deu crédito:

– Você está inventado essa história – disse-lhe Gil Guatimosim, que encerrou a conversa.

O jovem recorreu ao sindicato. Geraldo Ribeiro, o presidente, tentou a reintegração do rapaz, mas não conseguiu. E ficou por aquilo mesmo (CHAVES, 2012).

Todo mundo comentava que Mauro Shiruda, da Seção de Oxigênio e Vapor, tinha roubado 17 fogões a gás da Usiminas. Ninguém entendia como continuava prestigiado pela chefia (CERQUEIRA, 1963, p. 93).

Na época, correu o seguinte caso na rádio-peão⁵⁴: um empregado chamado Gastão, um negro simpático e boa praça, foi flagrado quando saía da usina com latas de tinta. Convocado para uma conversa no Serviço Social da empresa, após ser notificado da decisão da direção de demiti-lo por justa causa, sentou-se diante da assistente e ouviu a seguinte pergunta:

54 Designação bem-humorada das correntes de boatos que circulavam entre os operários.

– É a primeira vez que o senhor tenta sair com material da companhia? – perguntou-lhe a assistente social.

– Não – respondeu – já fiz isso diversas vezes. Maria Gláucia levantou as sobrancelhas surpresa. Ele continuou: – Já levei muitas latas de tinta para o doutor Gil, para o doutor Verano⁵⁵...

Não, tudo bem – interrompeu a mulher, com um sorriso amarelo – o senhor será demitido sem justa causa e receberá todos os seus direitos⁵⁶.

Luiz Verano, que galgou cargos na alta hierarquia da empresa, era admirado por muitos por fazer questão de ter o veículo revistado nas portarias. Porém, nem sempre foi assim. Certa vez, o engenheiro saía da usina, depois do fatídico dia 7 de outubro, quando o vigilante o fez parar e pediu-lhe que abrisse o porta-malas.

–Você não sabe com quem está falando – irritou-se o diretor, sem entender o que acontecia.

Verano sabia que, desde 1º de setembro, estava em vigor a Circular DIU 014, da Diretoria de Coordenação da Usiminas, de 7 de maio de 1963, que determinava revistas minuciosas nas portarias da usina. As normas de nº 03, 04 e 05 dessa circular determinavam que todos os que entrassem ou saíssem, inclusive veículos, estariam sujeitos ao procedimento, mas, na prática, apenas os peões eram revistados. Consta que Verano ficou indignado com a revista aos trabalhadores e aos carros, a ponto de pedir exoneração de seu cargo.

Gil Guatimosim Júnior ficou em Tóquio quase um ano e meio, como chefe do Escritório de Compras da Usiminas, e voltara a Ipatinga para assumir o cargo de chefe do Departamento de Relações Industriais em junho. Para ele, a implementação da circular, que sofria resistência de Verano, estava em linha com a necessidade de impor a organização e a disciplina japonesa aos empregados da Usiminas.

Como o guarda tinha ordem para revistar todos os veículos e não arredou o pé, Verano teve que descer e tolerar a revista do carro. Dali em diante, ele fazia questão de parar e submeter-se à revista, porque percebeu que a atitude rendia simpatia junto aos empregados. Os que o viam passar pela revista, porém, não sabiam como aquilo começou.

Para muitos, as revistas rigorosas nas portarias eram para japonês ver. A corrupção na Usiminas se generalizava. Sob pressão dos sócios nipônicos, em vez de confrontar integrantes da alta hierarquia da empresa - responsáveis pelos desvios mais significativos, inclusive de equipamentos estrangeiros sofisticados - a direção da Usiminas endureceu a fiscalização dos operários.

Inicialmente, não havia cerca nem portarias. Muitos caminhões entravam vazios e saíam

⁵⁵ Referência ao engenheiro Luiz Verano, que ingressou na Usiminas em 1958 e ocupou, sucessivamente, os cargos de Adjunto do Presidente, Chefe Geral da Construção da Usina e da Cidade, Diretor de Relações Industriais, Diretor Comercial, Diretor Superintendente Geral e Diretor Superintendente Geral de Desenvolvimento.

⁵⁶ Conforme HORTA, 8 jan. 2013.

abarrotaos de equipamentos, de ferramentas, de material de construção e outros ativos da usina ou de suas empreiteiras.

Raimundo Serrinha Chaves⁵⁷, aos 16 anos, sucedeu o pai, subempreiteiro da Belgo-Mineira. Contratava, com salário de fome, homens nas imediações e, juntos, sob o calor quase insuportável daquela região, derrubavam a mata nativa e plantavam eucalipto no lugar. A madeira era para produzir carvão e alimentar o forno insaciável da siderúrgica.

Quando começou a construção da Usiminas, aqueles homens correram para se fichar nas empreiteiras. Por piores que fossem os salários e as condições de trabalho oferecidas, eram muito melhores que suportar Raimundo e os outros subempreiteiros da Belgo-Mineira. Uns e outros ficaram sem mão de obra, e o próprio Raimundo foi se fichar.

Com uma carta do empreiteiro da Belgo, conseguiu emprego numa empreiteira no começo dos anos 60. Sua função era ajudar a organizar o almoxarifado da empresa. A bagunça e os desvios dilapidavam o patrimônio da construtora.

Certa vez, seguiu um caminhão basculante carregado de terra e, para sua surpresa, o veículo parou no terreno da construção de um dos chefes da companhia. Ali, quando o caminhão basculou a terra, apareceram dezenas de sacos de cimento por baixo.

Além da dilapidação patrimonial, muitos operários, ex-camponeses que não se adaptavam à intensidade do trabalho industrial, saíam da usina durante o expediente, com a complacência do chefe, e iam bater perna em Ipatinga.

Muitos se embriagavam nos botecos, voltavam ao trabalho e se expunham ao risco de acidentes fatais ou brigavam com os colegas. Naquele tempo, na Usiminas, as brigas quase sempre acabavam em morte, porque ninguém aceitava levar desaforo para casa.

⁵⁷ Fatos narrados pelo próprio Raimundo (CHAVES, 2012).

A ARAPONGAGEM}

64

A depredação na Usiminas tinha que acabar. Foram construídas portarias que deveriam controlar o acesso e a saída dos trabalhadores. A estatal tinha quase dez mil empregados na época, e as empreiteiras que ainda trabalhavam na construção da infraestrutura da usina e da cidade, um número ainda maior.

A Seção de Vigilância, até então, era uma polícia paralela da empresa. Os “bate-paus” que trabalhavam naquele setor andavam armados e continuavam com seus métodos antigos. A ordem era imposta no sopapo ou na bala.

Determinado dia, um deles, embriagado, entrou no ônibus armado e desafiou alguém a enfrentá-lo. Como ninguém se atreveu, desceu próximo ao Escritório Central, para lá se dirigiu e atirou em outro vigilante.

Como ainda não havia portarias, não faziam controle de entrada e saída. Os mais bem preparados ajudavam a monitorar os trabalhadores suspeitos de esquerdismo ou de participação em movimentos reivindicatórios.

O engenheiro Alfredo Nohme foi promovido, em abril de 1962, a chefe da Divisão de Trabalho, órgão a que estava submetida a Seção de Vigilância. Logo mostrou serviço.

Certa feita, um grupo de operários se aglomerou no pátio do Escritório Central para protestar contra o atraso no pagamento. Jair Justiniano Silva liderava o movimento. Quando percebeu aquela agitação lá fora, Alfredo Nohme saiu para ver o que era.

Jacy Fraga Portilho, da Seção de Higiene e Segurança, viu quando o engenheiro foi até Jair repreendê-lo.

– Você fica trazendo seus companheiros para fazer reclamações, mas vai entrando numa fria!

De fato, poucos dias depois, Jair foi demitido.

Para Gil Guatimosim, Alfredo não servia para o cargo por causa da mania de “sherloquismo”. Na gestão de Nohme, as atividades de investigação da Seção de Vigilância se intensificaram.

O professor Joaquim Sebastião Gonzaga da Costa, fichado como auxiliar de administração, denunciou, em novembro de 1963, que naquele ano havia cerca de 200 funcionários fichados como operadores, mas que exerciam a função de polícia secreta para bisbilhotar a vida dos trabalhadores, dentro e fora da usina.

O sistema de controle montado pela Seção de Vigilância visava impedir qualquer tipo de organização dos trabalhadores. A sindicalização era embaraçada. Os que insistissem, tinham que ir a Acesita pagar a contribuição, porque a Usiminas se negava a fazer o desconto do valor no contracheque. Além disso, virou rotina o monitoramento das reuniões e de qualquer outra atividade sindical.

Às vezes, um grupo de peões estava em um bar conversando e tomando cachaça despreocupadamente e, na mesa ao lado, eram vigiados por dois ou três elementos da Seção de Vigilância da empresa.

Relatórios eram produzidos e enviados à alta direção da siderúrgica⁵⁸. O trabalhador que despontasse como potencial liderança sindical era incluído em uma lista negra e ficava de quarentena, ou era sumariamente demitido. Um operário da Usiminas filiado ao Comando Geral dos Trabalhadores (CGT)⁵⁹ foi descoberto pela vigilância da empresa e desligado imediatamente.

O serviço secreto do Exército também monitorava a movimentação dos trabalhadores. Setores das Forças Armadas temiam que o presidente João Goulart instaurasse uma república sindicalista no Brasil, a exemplo do que fez na Argentina o presidente Juan Domingo Perón a partir do final dos anos 40.

Quem também atuava em Ipatinga era o DOPS, o Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais, serviço de inteligência do Estado, encarregado de prevenir e reprimir delitos “de caráter político-social”. Agentes do DOPS, que em 1964 passou a ter um nome mais condizente com sua missão – Departamento de Vigilância Social – foram infiltrados entre os trabalhadores e mantinham informado o governador Magalhães Pinto.

Oficiais de inteligência do Exército – como o major Paulo Clementino – com base em informações coletadas por homens infiltrados, recomendaram, naquele mês de outubro de 1963, que a Usiminas adiasse o projeto de criar um sindicato biônico em Ipatinga e evitasse a demissão em massa dos trabalhadores identificados como líderes, porque as medidas poderiam aumentar ainda mais a inquietação dos trabalhadores⁶⁰.

⁵⁸ *E.g.*: MINAS GERAIS, 1963, 1964, v. 4, pp. 4-6.

⁵⁹ Embrião das centrais sindicais atuais, o CGT foi uma organização intersindical criada em São Paulo, em 1962, no intuito de articular entidades sindicais dos diferentes setores e níveis para promover direitos dos trabalhadores. Como esse tipo de organização não estava previsto no sistema sindical brasileiro, não foi reconhecida pelo Estado. O CGT tinha grande prestígio junto ao Presidente Goulart e constituía uma de suas principais bases políticas. Foi desarticulada em 1964, após o Golpe Militar.

⁶⁰ *Ibidem*.

A diretoria ainda foi alertada de que lideranças operárias já sabiam da estratégia da criação do sindicato “privado” e de que os metalúrgicos que se dispusessem a colaborar com aquela farsa certamente seriam retaliados pelos colegas.

Para criar um sindicato dócil em Ipatinga, a Usiminas precisaria contar com Magalhães Pinto. Como o sindicato não poderia ter como base territorial o distrito, seria necessário emancipar Ipatinga de Coronel Fabriciano.

Além disso, era preciso contar com o apoio do Ministro do Trabalho, Amaury de Oliveira e Silva. Com João Goulart - sindicalista e protetor do CGT - na Presidência da República, era impossível levar adiante o projeto. Por enquanto, o jeito era vigiar os trabalhadores e expurgar, discretamente, os mais arredios.

O serviço secreto advertiu a empresa de que integrantes do CGT estiveram em Ipatinga, entre os dias 4 e 6 de outubro de 1963, para se articular com os trabalhadores locais.

O objetivo principal da visita à região foi convencer os metalúrgicos da Belgo Mineira a decretarem greve em solidariedade a seus colegas de São Paulo, que estavam parados. Para o Exército, o CGT buscava ampliar sua influência no eixo Belgo Mineira-Acesita-Usiminas.

A precariedade da situação dos trabalhadores das empreiteiras da Usiminas e a crise entre seus empregados e sua vigilância, segundo a agência de informações do Exército, poderiam servir de combustível para o crescimento da central sindical na região.

A VIGILÂNCIA “BATE-PAU” }

68

Em 21 de novembro de 1962, Augusto Pereira Braga, um subtenente reformado da Polícia Militar de Minas Gerais, foi contratado pela Usiminas e, logo em seguida, assumiu o cargo de encarregado da Seção de Vigilância, começando a atuar para sofisticá-la.

Um colega de polícia, que o conheceu na juventude em Bom Despacho, descreveu Braga como um “pavão”, um aparecido que gostava de desfilas de moto pela cidade.

O subtenente servira como P2⁶¹ no tradicional Batalhão de Guardas no bairro Santa Efigênia, em Belo Horizonte. Tinha muita experiência em espionagem e ajudaria a Usiminas a fazer a triagem e o monitoramento de seu operariado.

Depois de quebrar a cabeça para ensinar técnicas de segurança e vigilância àquela turma de vigilantes “analfabeta e capiau”, o subtenente perdeu a paciência:

– Vocês são tudo uns bobos! Vou trazer gente mais viva de Belo Horizonte – disse numa palestra aos vigilantes.

O subtenente insistia com o chefe que a seção precisava de guardas mais escolarizados. Quando foi a Belo Horizonte, em junho de 1963, para participar da seleção dos novos vigilantes que reforçariam o quadro e viabilizariam as revistas que começariam em 1º de setembro, Omar procurou acudir a sugestão do encarregado.

Os homens foram contratados e, por dois meses, passaram por um curso de capacitação ministrado por Braga. Gil Guatimosim ministrou a última aula na presença de Luiz Verano e de Makoto Inoue, e procurava conscientizar os novos vigilantes acerca da importância de sua missão, das dificuldades que certamente enfrentariam e exortou a todos que tratassem os operários com urbanidade (GUATIMOSIM, 1963, p. 114).

61 P2 é o serviço de inteligência da Polícia Militar.

Em 1º de setembro, começaram as buscas invasivas e minuciosas em todos os operários. Nenhum deles entrava ou saía da empresa sem mostrar a identidade aos guarda-portões, muitos deles recrutados recentemente.

Os caminhões que chegavam ou saíam da usina, abarrotados de peões espremidos uns contra os outros, tinham que parar. Todos desciam e formavam fila para a revista.

E, enquanto os pertences de cada um eram vasculhados pelos vigilantes, os caminhões passavam vazios pela cancela e os aguardava do lado de lá, com os motores ligados. Depois de algum tempo, o motorista acelerava, com impaciência, a avisar que não esperaria mais. Depois, descia e gritava:

—Tá todo mundo aí?

A resposta vinha incerta. Com aquele controle precário, muito peão ficava para trás. Quem perdia a condução na entrada chegava atrasado e perdia parte do dia de trabalho. O salário, que já era pouco, ainda viria com desconto. Quem perdia na saída tinha que ir embora a pé e, às vezes, andar dezenas de quilômetros. Se fosse à noite, o peão se arriscava em estradas escuras ou trilhas tenebrosas.

Como as filas eram longas demais, muitos começaram a se atrasar. Os motoristas e os que passavam primeiro ficavam irritados de esperar pela carga completa. A experiência comprovou que as novas regras eram impraticáveis, mas a direção da Usiminas prosseguia, teimosamente, com aquela burrice⁶².



62 A situação foi descrita por vários operários entrevistados e pelo presidente do sindicato dos metalúrgicos (RIBEIRO, 2012, 2013).

A Usiminas distribuía, diariamente, um saquinho com 250 mililitros de leite e pão francês aos operários. Em vez de consumir o lanche, muitos trabalhadores o colocavam na marmita vazia e o levavam para seus filhos⁶³.

Alguns passaram a trazer garrafas e enchê-las com o leite que arrecadavam dos colegas para levar para casa. Certo dia, um vigilante encontrou eletrodos dentro de uma dessas garrafas durante a revista na portaria. A direção da empresa resolveu, com isso, proibir a saída do leite.

Os vigilantes, a maioria homens truculentos e com fama de valentes, arrebataavam as garrafas dos desavisados e derramavam, com arrogância, o leite no chão. O operário José Ramos, que trabalhava no alto-forno, foi abordado na Portaria 57, dias antes da revolta dos dias 6 e 7, quando saía com um litro na mão.

Tentou convencer o guarda a deixá-lo sair com o leite, dizia que era indispensável à alimentação de sua família. Foi insultado. Nervoso, o vigilante sacou uma arma e apontou para o trabalhador. Aylton Braga e outros colegas de José intervieram e o livraram da mão do guarda. O caso repercutiu entre os operários e alimentou a revolta contra a Vigilância⁶⁴.

Outro dia, Raimundo Fortini, que trabalhava na fábrica de oxigênio, ao passar pela portaria, teve sua bolsa, em que carregava a marmita, arrebataada por um dos vigilantes, que disse com grosseria: “Comigo a coisa é diferente!”⁶⁵.

Com vergonha de ver a marmita cheia de comida simples ser vasculhada pelos guarda-portões, muitos trabalhadores pararam de levar o próprio almoço. O problema é que a comida servida pela Usiminas era muito ruim.



Quem olhasse mais de perto, perceberia que o mundo Usiminas era dual. O operário comum que vinha do Santa Mônica, da região do Maringá, do Candangolândia ou do Melo Viana era devassado na Portaria 57.

Os diretores, engenheiros, chefes e técnicos especializados, que moravam no Bairro Castelo ou Cariru, entravam tranquilamente na Portaria 1.

Do lado de lá da ferrovia, ao sul, os equipamentos urbanos eram de primeiro mundo. Havia asfalto, escolas, hospital, tudo do bom e do melhor. Do lado de cá, ao norte da linha férrea, havia a poeira e, a depender da estação, as poças de lama.

O bairro Horto, que se firmou como *downtown* da cidade Usiminas, localizado quase que em frente à Portaria 57, era um oásis do lado de cá. As primeiras casas para abrigar o pessoal especializado que trabalhou na implantação da usina foram construídas ali.

⁶³ Os incidentes por causa da proibição da saída com o leite aparecem em várias entrevistas e depoimentos, e.g., CARVALHO, J. 8 jan. 2013; VIEIRA, 1963-1965, v. 2, p. 267.

⁶⁴ Conforme BRAGA, p. 79.

⁶⁵ Conforme FORTINI, 1963-1965, p. 73.

A empresa incentivou a instalação de farmácias, armazém, cantinas e outros tipos de varejo nesse bairro. Referências importantes do Horto eram a Igreja Nossa Senhora da Esperança e o restaurante do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS)⁶⁶, em que se alimentava grande parte do operariado da Usiminas.

Raimundo, que continuava a circular em Ipatinga e em Coronel Fabriciano para denunciar as injustiças que sofreu, ouviu dizer que haveria, nesse restaurante, uma assembleia sindical no dia 6 de outubro. Decidiu que iria à reunião e que denunciaria a situação. O sindicato talvez pudesse ajudá-lo.

Sentiu que, dificilmente, alguém ia conseguir mover alguma coisa no Vale do Aço contra a Usiminas, mas decidiu que lutaria até o fim.

66 Rede de restaurantes populares criada no Governo Getúlio Vargas em 1940, que serviam alimentação barata à classe trabalhadora. Foi extinta em 1967 durante a Ditadura Militar.

Ipatinga, em 1963, passava por uma terrível crise humanitária. Os operários da Usiminas viviam sob crescente tensão, por causa da falta de moradias, da alimentação repugnante, dos salários baixos que, ainda por cima, atrasavam.

Boa parte desse proletariado trabalhava na área do alto-forno, sob 50 graus Celsius de calor. Outra respirava gases tóxicos ou se expunha a altíssimos riscos. Os acidentes fatais eram constantes. Para a “peãozada”, a diversão se restringia ao puteiro do Juá e a um cinema superconcorrido no Horto. Todo dia era segunda-feira.

Aquilo foi se transformando em uma panela de pressão. Como se não bastasse, após o caso Raimundo Francisco, que começou dentro da Vigilância, elementos da seção perpetraram uma série de abusos e a coisa passou a “borrifar”.

A opressão era muito grande, os espancamentos constantes. O operário que abrisse o bico era demitido sumariamente⁶⁷. E, se a Usiminas era o inferno para a camada inferior do operariado, o que dizer da Rua do Buraco? Aquele destino, quase certo dos desempregados e sede do inesgotável exército de reserva da siderúrgica, poderia ser comparado com os porões do inferno, se o inferno tivesse porões.

Os operários não tinham para onde correr. A maioria, já acostumada ao sofrimento e à fome do meio rural, ia se acostumando com a exploração. Dentre os operários mais especializados, porém, alguns começaram a resistir.

● ●

No dia 9 de setembro, uma segunda-feira, empregados da Usiminas fizeram uma reunião na subsede do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Coronel Fabriciano localizada, à época, no bairro Maringá.

⁶⁷ Veja-se, por exemplo, o caso narrado em PORTILHO, 1963, p. 97.

Quem organizou o encontro foi Gabriel José Pereira, motorista da Usiminas, conhecido entre os operários pelo apelido de Amigo.

Ex-combatente da Força Expedicionária Brasileira na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial, o Amigo tinha sólida formação militar. Sabia manejar armas, manipular explosivos e tinha conhecimento avançado de sistemas elétricos.

Foi eletricitário da Cemig em Três Marias, onde conheceu José Deusdedith Serrinha Chaves. Os dois comandaram uma greve de 40 dias na cidade⁶⁸. Gabriel chegou a responder processo perante o DOPS por sua participação no movimento.

Gabriel estava no radar da polícia política de Minas Gerais desde o início dos anos 50. Tentava organizar operariado e camponeses em diversas cidades do Estado.

A Delegacia da Ordem Pública (DOP) monitorava suas atividades⁶⁹. No *réveillon* de 1954, flagrou Gabriel distribuindo panfletos que promoviam uma mentalidade revolucionária e anticapitalista entre os operários em Várzea da Palma, no Norte de Minas⁷⁰.

Em março do mesmo ano, Gabriel foi detido pela polícia após organizar reuniões a portas fechadas com o operariado nessa mesma cidade. O delegado da cidade, capitão Raul Chaves Mendes, avisou à DOP, em ofício de 12 de março de 1954, que o homem perturbava a ordem social e procurava agitar a massa operária da região.

Geraldo Ribeiro abriu a reunião do dia 9 e agradeceu a Gabriel o convite para ali estar. Em seguida, repassou a palavra ao Amigo. Gabriel criticou as baixas remunerações que recebiam na Usiminas. Disse que deveriam cobrar reajuste da diretoria. Se não fossem atendidos, a saída seria ir ao presidente da companhia, Amaro Lanari Júnior, em Belo Horizonte.

Por aqueles dias, apareceram diversas pichações e faixas com os dizeres: “70% ou greve”. Os metalúrgicos da vizinha Acesita haviam recebido reajuste de 36,8% a partir de julho.

O Amigo também criticou a qualidade da alimentação oferecida nos restaurantes da Usiminas.

– O sindicato precisa fiscalizar melhor essa parte. A alimentação aqui é das piores. Os companheiros acharam besouros, carne podre, pedra, barata e coisas do tipo na comida – disse – Outro absurdo é essa fiscalização nas portarias. Tomam do peão o leite e jogam fora. O leite não pode ser levado para casa, não pode alimentar os filhos do peão, mas pode ser desviado para engordar porcos do administrador dos restaurantes. O sindicato tem que tomar uma providência!

Todos ouviam e aplaudiam as palavras do Amigo. O inspetor Saulo Cunha, da Seção de Vigilância - que estava ali secretamente a anotar tudo que acontecia para repassar ao senhor

68 CHAVES, 2012.

69 MINAS GERAIS. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Arquivo da Polícia Política. Pasta 5000, Rolo 075, dez. 1953-mar.1954, imagens 5.

70 *Ibidem*.

Omar - estranhou a presença de Alvino Augusto de Moraes, Pedro Augusto de Moraes e Pedro Lucas de Souza⁷¹.

– Esses três são da Seção de Vigilância, mas não foram designados para fazerem cobertura da reunião. Por que, então, estavam ali? Apoiariam os subversivos? Parece que estavam concordando com tudo o que dizia o Amigo – ficava Saulo a refletir consigo mesmo.

Gabriel prosseguia com seu discurso:

– O sindicato deve trabalhar para que a companhia ceda terreno para que o trabalhador possa construir sua própria casa. Quer queira ou não queira, a empresa tem que alojar seus operários. Caso contrário, que lhes doem áreas à escolha destes, entre Bom Jardim e a Estação Intendente Câmara. A empresa, em vez de fazer casa para seus empregados, faz estábulo para a Cavalaria.

O discurso do Amigo enraizou-se nos corações dos operários porque era uma síntese eloquente da aflição por que passava todos. O operariado, porém, hesitava em partir logo para a greve, como defendia Gabriel. A maioria preferia dar um pouco mais de tempo para que a empresa resolvesse aqueles problemas.

O problema é que a violência nas portarias estava conduzindo a um nível de insatisfação que poderia levar à radicalização, o que, para o Amigo, era a maneira de fazer a companhia agir.

Gabriel trabalhava para organizar uma greve na área da Usiminas. Entre seus colegas motoristas, a insatisfação era muito grande. E a insatisfação aumentou ainda mais quando a companhia passou a alugar caminhões de particulares para fazer o serviço de transporte aos domingos. Os motoristas não podiam mais fazer hora extra nesse dia e perderam uma boa parte do salário. O próprio Amigo, que tinha cinco filhos para criar, ficou desorientado com a mudança.

Outras lideranças operárias também trabalhavam para parar a Usiminas. Além do Amigo, a rede de espionagem em Ipatinga conseguiu identificar, nesse grupo, Dario Paulo da Silva, Hércules de Oliveira Soares, José de Souza Queirós Filho, Paulo Fernandes Soares de Oliveira e Sérgio Silva.



Zé Serrinha, chefe de subestação elétrica da Usiminas, começou a despontar depois. Nascido em Santana de Ferros, foi fichado como servente na Acesita em 29 de abril de 1949. Mesmo com pouco estudo, começou a aprender eletricidade, como autodidata, e cresceu na siderúrgica. Quando estava prestes a adquirir a estabilidade decenal, foi demitido, assim como vários trabalhadores na mesma situação. Depois trabalhou como operador chefe nas usinas de Salto Grande e de Três Marias.

⁷¹ O relatório do espião descreve o que aconteceu na reunião e reproduz o essencial do discurso de Gabriel José Pereira (MINAS GERAIS, 1963-1965, v. 4, pp. 14-15).

Desde os tempos da Acesita, envolveu-se no sindicato, até que chegou a longa greve de Três Marias. Serrinha conta que havia uma máfia na unidade da Cemig na cidade. Os trabalhadores comiam mal.

Depois que se aproximou do sindicato dos eletricitários, liderou a greve com o Amigo e denunciou os malfeitos da chefia da empresa em Três Marias às autoridades em Belo Horizonte. Depois disso, queriam devolvê-lo a Salto Grande. Como não aceitou, foi demitido.

A essa altura, detinha conhecimentos aprofundados em sistemas elétricos industriais e conseguiu ser contratado pela Usiminas. Arranjou um barraco no bairro Canaã, mais para os lados do centro de Ipatinga, e se instalou por ali.

O Amigo e Zé Serrinha estavam juntos novamente.



Elis Lage Cabral, ex-vigilante, trabalhou com Omar durante dois anos no almoxarifado da Usiminas. Foi encarregado de turno da Vigilância por dois meses no começo de 1961.

Contava que o doutor Paulo Pinto, chefe dos Serviços Médicos da Usiminas, indicou-lhe, naquela época, para chefe daquela seção, mas recusou. Era um serviço sujo. Só servia para quem não tinha profissão.

Assim que começaram as revistas nas portarias, Elis comentou com o professor Joaquim Gonzaga que estava a ponto de perder a paciência com os vigilantes, porque não admitia que sua sacola fosse devassada daquele jeito.

A conversa circulou e, não se sabe por que vias, acabou chegando aos ouvidos do subtenente Braga.

No dia 13 de setembro, Elis entrava com sua sacola na Portaria 57 quando um vigilante bradou:

– Hoje, vamos quebrar o galho desse bigodudo⁷².

Como tinha boas relações com Omar, Elis foi à seção para informar-lhe do fato e, como não o encontrou, comentou o acontecido com o senhor Franklin, que era próximo do chefe da seção.

Na saída, ao final do expediente, os vigilantes partiram para cima dele. O homem reagiu e brigaram. Entrementes, apareceu um policial e o conduziu ao galpão da Vigilância.

Lá, Braga mandou Elis se sentar diante de sua mesa. Como se negou, foi sentado à força pelos vigilantes.

– Você é um bandido sem vergonha! – disse-lhe o subtenente.

72 A história foi contada pelo próprio operário (CABRAL, 1963, p. 81).

– Não sou bandido nem sem vergonha! Sou um pai de família ordeiro e pacato, com 16 pessoas para sustentar. Estou há dois anos e 10 meses na Usiminas e nunca recebi qualquer punição.

Braga pediu ao policial que levasse o homem à delegacia. Ali, Elis tentou dizer ao Tenente Jurandir que não havia motivos para sua prisão e ouviu dele que lugar de valentão era na cadeia. Só foi liberado com a intervenção de seu primo, o médico Hercílio da Costa Lage.

Os vigilantes, durante a briga, tomaram de Elis a carteira de identidade e uma caneta com anel de ouro. Quando reclamou esses pertences a Omar, foi-lhe devolvido apenas o documento.

Alfredo Nohme determinou abertura de inquérito contra Elis. Braga não ouviu o empregado, nem suas testemunhas, e tentou colher a assinatura de Joaquim Gonzaga em um documento em que o homem era acusado de cachaceiro e desordeiro.

Tudo caminhava para a demissão de Elis por justa causa. Com a intervenção de Geraldo Ribeiro, o inquérito foi baixado em diligência para que o empregado e suas testemunhas fossem ouvidos. No começo de outubro, o processo ainda estava em andamento.

QUESTÃO DE POLÍCIA }

80

No final de setembro, após vários incidentes na portaria, era iminente um confronto mais grave entre operários e vigilantes. A Circular DIU 014 era um exemplar dessas normas absurdas e impraticáveis que se proliferam pelo Brasil desde a época da Colônia. Quem não se lembra da Derrama, que atormentou os mineiros no Século XVIII, culminando com a Inconfidência?

A solução óbvia para o problema seria exigir uma abordagem mais humana dos vigilantes e dinamizar, por meio da simplificação do procedimento e do aumento do número de guardas, as revistas na Portaria 57. Em vez disso, Omar foi chamar a polícia.

O capitão Robson, já antevendo aonde aquilo ia dar, negou-se a dar cobertura ostensiva aos vigilantes durante as revistas nos portões, como pedia o chefe da Vigilância. Omar ficou visivelmente contrariado.

O militar, para amenizar, procurou Alfredo Nohme e justificou a negativa. Lembrou que havia rumores de uma greve na Usiminas. A presença da Cavalaria nas portarias poderia acirrar os ânimos e agravar ainda mais o clima de insatisfação.

O chefe da Divisão de Trabalho insistiu na providência, e o capitão concordou em aumentar o policiamento, de forma não ostensiva, ao longo da MG-4, nas imediações da portaria. Os praças dariam a impressão de que faziam policiamento de trânsito, mas ficariam de olho nos portões.

No dia em que começaria esse patrulhamento dissimulado, o capitão passou pelas imediações da Portaria 57, por volta das 13 horas, mas não viu os policiais. Foi ao quartel e quis saber do sargento Carlos Alberto por que o policiamento não funcionava como planejado.

O praça havia desviado, a pedido de Omar, os policiais para o galpão da Vigilância, que ficava logo atrás da portaria. Os homens estavam de prontidão, à disposição do chefe de seção.

O capitão repreendeu o sargento e ficou ainda mais nervoso quando, por volta das 17 horas, Alfredo Nohme ligou para perguntar sobre os policiais que estariam posicionados na rodovia.

Robson foi ao Escritório Central, conversou com João Cláudio, e concordaram que o patrulhamento seria feito da forma antes acertada. Dali, foi à casa de Omar, informou-lhe sobre o teor da conversa com o chefe do Departamento de Serviços Gerais e avisou-lhe que os policiais não ficariam mais no galpão da Vigilância.

– Os trabalhadores não reivindicam polícia, mas maiores salários e melhores condições de moradia – justificou.

Para Omar, não era assim: o operariado da Usiminas precisava de polícia. Resolveu que, no dia 6 de outubro, iria cedo a Coronel Fabriciano para tentar arranjar a remoção do capitão Robson com um coronel que estaria na cidade.



Walfrido Schirm, que trabalhava na sala de motores, morador do Santa Mônica, chegou às seis e meia da manhã do dia 4 de outubro na Portaria 57 para pegar serviço⁷³. Como era grande o volume de gente na entrada, foi empurrado para dentro pela multidão que estava atrás. Na confusão, foi agarrado por quatro vigilantes e espancado por um quinto.

Em seguida, foi carregado pelos homens e lançado do outro lado da rodovia MG-4, que passava bem à frente da portaria. Só não apanhou mais porque alguns colegas, como o senhor Floriano, mestre da Manutenção Elétrica, intercederam junto aos vigilantes a seu favor.

Walfrido denunciou a agressão a seus chefes Maurício Cotta e Nakamura. Maurício o conduziu ao ambulatório da companhia, onde foi medicado. Depois, a bordo de um jipe, foi levado pelo chefe ao alojamento para trocar de roupa, porque as que usava ficaram sujas e rasgadas após a surra.

No dia seguinte, dia 5, Walfrido contratou um advogado. Por volta das 20 horas, foi a um alojamento próximo ao seu, no Santa Mônica, estudar eletricidade com os colegas, como tinha o costume de fazer. Em seguida, encontrou-se com outros companheiros no alojamento Chicago Bridge, mais embaixo.

Todos queriam saber mais sobre o espancamento que sofrera na sexta-feira. Surgiram comentários indignados contra os vigilantes. Walfrido calou-se ao perceber três deles infiltrados no meio da turma. Inclusive, notou que um deles era um tal de Ivo.

Mais tarde, quando voltava para seu alojamento, deparou-se com seis vigilantes na rua. Com medo de apanhar de novo, voltou ao Chicago Bridge. Os colegas se ofereceram para dar-lhe cobertura.

⁷³ Pegar serviço era a expressão preferida dos operários para designar a ação de iniciar o expediente de trabalho.

Walfrido saiu e os colegas ficaram a observar discretamente o que aconteceria. Quando tomou a rua, foi cercado pelos vigilantes. Nessa hora, saíram do alojamento dezenas de trabalhadores. Os guardas se dispersaram.

Walfrido agradeceu aos colegas, despediu-se, foi até Maringá e tomou um ônibus em direção ao Candangolândia. No dia seguinte, viria ao Horto para participar da assembleia sindical⁷⁴.



Logo depois do almoço, no Restaurante do SAPS, começou a primeira assembleia do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Coronel Fabriciano em Ipatinga. A pauta tinha quatro itens: 1) leitura do edital de convocação; 2) leitura e aprovação da ata da assembleia anterior; 3) apreciação de resposta da Cia Usiminas sobre aumento salarial; 4) encerramento.

Geraldo Ribeiro leu uma carta da Associação dos Trabalhadores da Construção Civil que expressava apoio às reivindicações salariais dos metalúrgicos.

– É um belo gesto – disse em meio aos agradecimentos.

Depois, foi interrompido. Vários trabalhadores queriam denunciar violações de direitos por parte da Usiminas. Walfrido contou o episódio do dia 4 e as ameaças do dia 5. Outros trabalhadores reportaram violências perpetradas pela Cavalaria e pela Vigilância. Omar e Braga foram identificados como responsáveis pelas arbitrariedades.

Ficou decidido que, na segunda, dia 7, o sindicato enviaria uma carta ao Secretário de Segurança Pública de Minas Gerais para denunciar a agressão a Walfrido e pedir garantia de vida para o operário.

Raimundo também expôs sua situação e pediu que o sindicato interviesse no caso. Outros trabalhadores fizeram discursos inflamados contra as condições de trabalho e, sobretudo, contra abusos cometidos pela Vigilância da Usiminas.

Gabriel, o Amigo, defendeu que o sindicato convocasse uma reunião com Orlando Milanez e Massilon Resende Teixeira - promotor e juiz da comarca de Coronel Fabriciano -, o delegado Robson Zamprogno e a direção da empresa para discutir a violência e os roubos na Usiminas.

Geraldo Ribeiro, José Moamedes da Costa - o delegado do sindicato -, e a maioria dos presentes não se entusiasmaram com a proposta. O presidente do sindicato disse apenas que todas as reclamações seriam encaminhadas às autoridades e que o sindicato exigiria da direção da Usiminas providências imediatas contra arbitrariedades cometidas pela chefia e elementos da Seção de Vigilância. Omar e Braga tinham pelo menos um inspetor infiltrado na reunião.

74 O próprio Walfrido contou a história (SCHIRM, 1963, pp. 63-65).

O chefe da Vigilância estava, naquele momento, em Coronel Fabriciano. Assisti a uma partida de futebol e tentava encontrar um coronel que estaria na cidade com quem tentaria arranjar a remoção do capitão Robson Zamprogno. Só retornou a Ipatinga por volta das 18 horas.

Braga estava na Usiminas e monitorava tudo. Sabia que se denúncias contra a Vigilância comesçassem a repercutir por ação do sindicato, Omar e ele poderiam ser prejudicados na empresa. Se a situação ficasse ruim apenas para Omar, melhor, porque Braga poderia assumir a chefia da seção, como desejava. O problema é que, pelo andar da carruagem, os dois ficariam queimados. Alguma coisa tinha de ser feita, e com urgência.

Os trabalhadores passaram a discutir o principal item da pauta. A empresa propôs 38% de reajuste. Belmiro de Moraes, Alfredo Dias Sobrinho e Ironi Alves de Paula defenderam que lutassem por 36,8% de reajuste a partir de 1º de julho, condições estabelecidas na negociação coletiva da vizinha Acesita; ou 38% a partir de setembro, como propôs a Usiminas, mas sem o desconto de convênio.

Pouco antes das 2 horas, diversos trabalhadores se retiraram da reunião porque estavam escalados para o turno das 14 às 22 horas.

● ●

O laminador capixaba, Roder Rodrigues, que morava em Santa Mônica, montou em sua bicicleta e pedalou em direção à Portaria 57. Tomou a fila e, quando o guarda veio revistá-lo, exigiu que apresentasse a identidade. Roder a esquecera em casa.

– O senhor me conhece, estou aqui todo dia. Por favor, me deixe entrar! Não posso me atrasar.

– Ninguém entra sem identidade! – respondeu secamente o vigilante.

Revoltado, Roder montou na bicicleta e retornou ao Santa Mônica para buscar o documento. Uns vinte minutos depois, suado e esbaforido, foi até o guarda e mostrou o documento sem esconder sua irritação. Os dois bateram boca.

Imediatamente, o vigilante reportou o incidente a Braga e enfatizou uma suposta ameaça do metalúrgico:

– Logo⁷⁵, o pau vai quebrar – dissera o empregado⁷⁶.

Já informado de que “desceram o pau” na Vigilância na assembleia, Omar autorizou Braga a aproveitar esse caso do Roder para dar uma lição nos operários. O subtenente armaria

⁷⁵ Logo, regionalismo da época que significava ao final do dia, à noite.

⁷⁶ Conforme RODRIGUES, 1963, pp. 146-147.

um estratagema para desmoralizar os operários na saída do turno e acabar, de uma vez por todas, com a resistência às revistas⁷⁷.

Precisaria da Cavalaria. Para conseguir que Robson Zamprogno liberasse o policiamento, contariam que havia uma ameaça concreta de insurgência. Na saída, os vigilantes saberiam exatamente o que fazer para provocar um tumulto e desencadear a intervenção da violenta Cavalaria.



Os debates prosseguiram no restaurante do SAPS, até que Geraldo Ribeiro resolveu suspender a assembleia às 14h55, para que a direção da Usiminas esclarecesse sua proposta.

Quando a reunião foi retomada, às 15h50, Geraldo Ribeiro anunciou que a Usiminas apresentou duas propostas: primeira – 38% de aumento para vigorar de setembro a dezembro, sem convênio; segunda – 31,5% de julho a agosto e 6,5% de reajuste adicional para os salários do período entre setembro e dezembro, com convênio. Ao final, aprovou-se, 38% de reajuste entre setembro e outubro, sem desconto de convênio.

Pedro Butilheiro, João Vicente de Oliveira, Alfredo Dias Sobrinho, José Gonçalves da Silva e Osvaldo Ribeiro Vaz defenderam a primeira proposta, que acabou aprovada pela assembleia.

Geraldo Ribeiro disse que a empresa assegurou que os restaurantes não elevariam os preços das refeições em percentual superior ao reajuste aprovado.

Às 16h20, a reunião terminou. A maioria dos trabalhadores se sentia aliviada com aquele desfecho. Após conversar na saída do restaurante com alguns operários, Geraldo Ribeiro entrou na rural do sindicato e partiu de volta a Timóteo.

Alguns rapazes ainda ficaram por ali batendo papo. Depois se dispersaram. Vários deles foram a pé para o bairro Santa Mônica. Todos precisavam descansar para encarar o trabalho na manhã seguinte.

⁷⁷ Geraldo dos Reis Ribeiro (2013) não acredita que fora coincidência que a reprimenda aos operários na portaria no dia 6 à noite tenha acontecido exatamente no dia da primeira assembleia do sindicato em Ipatinga. E há prova de que a Seção de Vigilância monitorava a reunião sindical. Omar, contudo, negou que tivesse tomado parte na cilada armada contra os trabalhadores. Afirmou que passou o dia em Coronel Fabriciano, onde tentava conseguir a remoção do capitão Robson Zamprogno, que resistia em colocar a PM para reforçar a segurança nas portarias. Contudo, ele mesmo admite que retornou a Ipatinga às 18 horas. (VIEIRA, 1963, p. 28). Dada a gravidade da situação, dificilmente ele teria tomado conhecimento do que ocorreu na assembleia sindical e do incidente na portaria envolvendo Rodir Rodrigues.

Braga procurou o capitão e fantasiou que existia uma real ameaça de quebraadeira e pancadaria contra a Vigilância no final do turno das 22 horas. Sempre reticente contra esse tipo de operação, o capitão Robson, diante do quadro de terror pintado pelo subtenente, acabou por ceder. Braga teria a cobertura dos policiais na saída do turno às 22 horas.

Às 21 horas, o cabo Aristides Josefino da Silva e o soldado Adão Nunes Vieira patrulhavam o bairro Cariru, a bordo da viatura usada para transporte de presos, quando Braga apareceu e pediu que se dirigissem com o carro de presos para as proximidades da Portaria 57.

O encarregado da Vigilância explicou que a turma que largaria serviço dali a pouco, às 22 horas, resistia à ordem de exibir a carteira de identidade na saída e ameaçava quebrar o posto da vigilância. Braga queria lhes dar uma lição e precisava da cobertura da Cavalaria.

Os dois praças avaliaram que o plano era injusto e irrazoável. Foram ao Horto atrás do sargento Carlos Alberto Xavier e o encontraram no cinema. Perguntaram-lhe se haveriam de atender ao pedido de Braga.

Mesmo com a resposta positiva, os dois ainda foram ao Alojamento dos Engenheiros para ouvir Robson Zamprognio. O capitão revelou que estava ciente da operação e determinou que atendessem ao encarregado da vigilância.

Aristides foi para a portaria e encontrou-se com os cavalarianos Milton Souto da Silva e Orçalino Duarte, também destacados para a missão. Braga orientou que os dois soldados a cavalo se ocultassem próximos à passagem de nível. Aristides foi enviado para o outro lado da rodovia MG-4, de frente à portaria, em um ponto escuro, a uma distância de cerca de cem metros da cancela.

Às 22h15, cinco caminhões abarrotados de trabalhadores paravam em frente à cancela. Os trabalhadores desceram e foram forçados a formarem fila única e a passarem por um beco para revista individual, um mata-burro, como diziam os operários na época.

Era domingo, estavam exaustos e, para piorar a situação, chovia. Por isso, os trabalhadores insistiam em fazer, pelo menos, fila dupla.

Em vez disso, os vigilantes mantinham o afunilamento e revistavam meticulosamente os pertences de todos, como se estivessem em uma operação-padrão. Marmitas eram abertas. Os saquinhos de leite eram retirados e jogados no chão. Litros de leite eram derramados impiedosamente no lixo sob olhares de lamento.

Os trabalhadores que estavam mais atrás empurravam os da frente. Começou um tumulto. Imediatamente, Braga fez sinal para o lado de fora.

Para a surpresa dos operários, de repente, dois soldados, montados em seus cavalos, apareceram, desembainharam as espadas e começaram a golpeá-los. O soldado Adão arrancou o carro de presos e parou diante da portaria para cobrir os cavaleiros. Gritos de dor e de horror ecoaram no meio da noite.

Na confusão, peões corriam para todos os lados, caíam, eram pisoteados pelos cavalos. Marmitas vazias ou com restos de comida rolavam pelo chão. Gritos de dor vazavam pela noite escura.

Braga assistia a tudo de um canto, satisfeito. Correu em sua direção o motorista José Anastácio da Costa e pediu que parasse com a violência.

– É preciso consertar essa turma de safados ou tenho de matar muito homem – respondeu, friamente, e retirou-se da presença do outro. José Anastácio correu, ajudou a carregar os feridos e os levou de caminhão ao ambulatório.

Em pouco tempo, intimidados diante do olhar ameaçador dos cavalarianos, os trabalhadores se submeteram, foram revistados da forma como exigiam os vigilantes e subiram nos caminhões. Antes que os veículos arrancassem, muitos gritaram que, em protesto, quebrariam o Escritório Central no dia seguinte.

Pouco depois, já desfeito o primeiro tumulto, Roder apareceu meio resabiado na portaria sem saber o que tinha acontecido. Os vigilantes o reconheceram e foram logo pedindo que apresentasse a identidade. Assim que mostrou a carteira, ela foi apreendida. Nervoso, o operário começou a discutir com o opositor e tentou tomar de volta o documento.

Naquele momento, apareceram os três policiais. Percebendo a armação, Roder pôs-se a correr o mais rápido que pôde. Foi perseguido pelos policiais e três dos vigilantes. Foi alcançado, espancado e jogado - sujo, rasgado e ensanguentado - sobre uma tábua no galpão da Vigilância pelos vigilantes.

Missão cumprida, os três praças foram cumprimentados por Braga. Aristides ordenou que Milton e Orçalino retomassem o patrulhamento de rotina no bairro Horto, entrou na viatura e saiu rumo ao bairro Cariru.

A REVOLTA DE SANTA MÔNICA }

90

Pouco depois das 23 horas, Milton e Orçalino montaram em seus cavalos e rumaram para o Horto. Ao chegar lá, ouviram intenso alarido. Logo avistaram uma aglomeração de trabalhadores perto de um alojamento no bairro Santa Mônica. Orçalino estimou que, na roda, contavam-se mais de cem homens. Certamente comentavam o tumulto na portaria.

Os dois cavaleiros se aproximaram. Um deles gritou:

– Por que vocês estão aglomerados?

– Nada, não – respondeu um dos rapazes.

– Estão desobedecendo à Lei do Silêncio. Pois tratem de se dispersar em 20 minutos se não quiserem apanhar – esbravejou um dos policiais do alto de seu cavalo.

Os homens tomaram a direção de seus alojamentos, mas, ao se retirarem, um deles pigarreou, em provocação aos cavalarianos.

Os dois homens partiram com seus cavalos para cima dos trabalhadores e começaram a distribuir golpes de espada. No ataque, um eletricista apelidado de Pelé gritava enquanto tomava golpes na cabeça e pelo corpo. O jovem era muito popular em Santa Mônica. Estava sempre nas peladas no campinho do Horto. Negro e bom de bola, recebeu o apelido óbvio. Em 1962, a Seleção Brasileira conquistara o bicampeonato da Copa do Mundo e Pelé, como na Copa de 1958, havia encantado o mundo com jogadas geniais.

Os operários que conseguiram sair do raio de ação dos policiais ouviram os gritos de Pelé. O rapaz estava sendo massacrado pelos soldados. Diante daquela covardia, resolveram reagir. Voltaram e enfrentaram os cavaleiros com golpes de braço, chutes e pedradas. Orçalino foi derrubado do cavalo. Os rapazes tomaram-lhe a espada e o capacete. Os dois cavalarianos bateram em retirada. Orçalino fugiu a pé, arrastando uma das pernas, e gritou, ao longe, que voltaria com reforços para se vingar.

Os rapazes festejaram animados. A espada e o capacete do policial foram recolhidos como relíquia e exibidos, mais tarde, aos colegas, como prova da força dos trabalhadores e da vulnerabilidade da temida Cavalaria de Minas. Como era certo que a Cavalaria voltaria, correram para os alojamentos e se prepararam para a guerra.



A mão de obra escolarizada era muito escassa no Brasil nos anos 60. Os rapazes que concluíam serviço militar eram, no mínimo, alfabetizados. Além disso, tinham boa saúde, porte físico e passaram por rígido treinamento disciplinar. Esse perfil agradava muito à direção da Usiminas. Por isso, era grande o número de rapazes solteiros, egressos das Forças Armadas, nos quadros da empresa.

Esses rapazes foram instalados nos alojamentos do Santa Mônica. Era de se esperar que o bairro, com o tempo, assumisse características de quartel, e foi o que aconteceu. Apareceu até uma corneta que anunciava a hora de dormir e de acordar.

José Horta de Carvalho⁷⁸, de Vermelho Velho, um desses ex-recrutados das Forças Armadas, estudou até o terceiro ano primário em uma escola rural de Córrego de Santa Maria, município de Guaraciaba, na Zona da Mata de Minas Gerais.

Prestes a completar os 18 anos, tirou os documentos e se alistou no Exército em 1960. Após um ano de serviço militar em Juiz de Fora, foi dispensado e veio procurar trabalho no Vale do Aço.

Ouvia dizer que estava se instalando na região uma empresa que construiria de agulha a avião. Pressentiu que o progresso rondava aquelas bandas, e sua cidade natal não ficava longe dali.

Seu primeiro emprego foi como vigilante na Acesita. Saiu uns dois meses depois, porque não se adaptou à função. Trabalhou em empreiteiras na área da Usiminas, como a Monag Montagens Industriais. Em 19 de junho de 1962, foi contratado como operador pela Usiminas.

Em 6 de outubro de 1963, José Horta mudou-se para o famoso Santa Mônica. Ali encontrou diversos egressos do serviço militar. O clima entre esses jovens misturava a alegria e a descontração dos momentos de repouso com a tensão que se acumulava em relação à arbitrariedade da Vigilância.

A resistência, obviamente, partiria do Santa Mônica. Além de diversos jovens com instrução militar, como o próprio José Horta, moravam nesse complexo de alojamentos rapazes com curso ginásial, operadores e técnicos altamente especializados em mecânica pesada, siderurgia e eletricidade industrial.

Esse pessoal não aceitaria apanhar nas portarias, como os peões menos qualificados, muitos deles ex-lavradores já acostumados a ser massacrados por jagunços em fazendas da região.

⁷⁸ As informações constam das entrevistas com o ex-operário (CARVALHO, 2012; 2013).



Entre os rapazes, diversos tinham acesso à literatura de conteúdo político. Alguns eram simpatizantes do comunismo, outros simples críticos do imperialismo americano.

A influência estrangeira também produzia efeitos⁷⁹. O guerrilheiro Serafim Julio Calvo Diegues, cidadão espanhol, combateu a ditadura do General Francisco Franco, que vigorou na Espanha entre 1939 e 1976. Perseguido pelo regime espanhol, refugiou-se no Brasil e conseguiu emprego no serviço ferroviário da Usiminas. Como Gabriel da Silva Pereira, morava no Horto, mas estava bem integrado com o pessoal do Santa Mônica.

O grego Spyridon Hariláos Douvakis morava no Santa Mônica. Consta que Esperidião, como era chamado pelos companheiros, fazia pregação extremista até mesmo no setor de trabalho.

Certo dia, fazia um discurso dessa natureza dentro de um ônibus. O motorista parou o veículo para expulsá-lo. Só não o fez porque um oficial⁸⁰ interveio e disse que controlaria a situação.

O grego era unha e carne com outro ativista, Alfredo Dias Sobrinho, o Alfredo Pernambucano, vulgo Pau de Arara, que morava em Santa Mônica. Esse operário era ligado aos deputados Sinval Bambirra e José Gomes Pimenta, o Dazinho⁸¹.

José Raimundo Soares Silva, um dos diretores da Usiminas à época, filiado ao PTB, era o homem de João Goulart na companhia. Quando vinha a Ipatinga, fazia contatos com Alfredo Pernambucano⁸².

Também era próximo de Rufino da Silva Neto, seu colega de PTB, candidato a prefeito de Coronel Fabriciano. Prometia terras para todo mundo para tentar reconquistar a prefeitura. Mesmo assim, perdeu as eleições para Cyro Cotta Poggiali, ainda que por uma estreita margem de 47 votos.

A articulação entre José Raimundo e Rufino com ativistas sindicais da Usiminas gerava desconfiança dos demais diretores e preocupação na polícia política de Magalhães Pinto.

O governador de Minas temia que o partido do Presidente da República ampliasse sua base de apoio no estado, o que seria muito ruim para suas pretensões de chegar ao Palácio do Planalto.

O pessoal do Santa Mônica estava introduzido em doutrinas de esquerda e contava com

⁷⁹ As informações dessa seção foram recuperadas de arquivos do antigo DOPS (MINAS GERAIS. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Arquivo da Polícia Política. Pasta 3934, Rolo 050, jul. 1964-ago.1964, imagens 58) e a partir de entrevista com Carllindo Marques Pereira (PEREIRA, 2012).

⁸⁰ Trata-se do capitão Agripa. Não conseguimos recuperar seu nome completo e lotação funcional.

⁸¹ Na época, os dois eram deputados estaduais em Minas Gerais. Sinval Bambirra, do PTB, ganhou projeção nacional como presidente da Federação dos Tecelões de Minas Gerais. Dazinho trabalhou como mineiro em Nova Lima. Foi Secretário e Presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Mineradoras. Eleito para a Assembleia Legislativa pelo PDC em 1962, continuou trabalhando como operário na Mineração Morro Velho. Completa a trinca de deputados estaduais trabalhistas de Minas com grande atuação e projeção na época, o eletricitário Clodesmidt Riani, do PTB, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria e do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que era, talvez, o sindicalista mais influente junto ao Presidente João Goulart.

⁸² Conforme, entre outros, SARAIVA, 1964-1965.

apoio do Presidente da República para resistir à opressão da polícia política de Magalhães Pinto, um dos líderes da direita.



A crise desencadeada pela precipitada renúncia do Presidente da República Jânio Quadros em agosto de 1961, após sete meses de governo, fora remediada, mas seguia latente e a ponto de emergir novamente⁸³.

Na ocasião, o vice-presidente João Goulart, herdeiro político de Getúlio Vargas, estava na China comunista. Os ministros da Guerra, Odílio Denys, da Aeronáutica, Gabriel Grun Mosse, e da Marinha, Sílvio Heck, movimentavam-se para impedir sua posse como presidente da República.

O Marechal Henrique Batista Duffles Teixeira Lott, ministro da Guerra entre 1954 e 1960, agora na reserva, publicou em 26 de agosto de 1961 um manifesto contra a posição dos militares, em que se lia na parte final:

Conclamo todas as forças vivas do país, as forças da produção e do pensamento, dos estudantes e intelectuais, dos operários e o povo em geral, para tomar posição decisiva e enérgica no respeito à Constituição e preservação integral do regime democrático brasileiro, certo ainda de que os meus camaradas das Forças Armadas saberão portar-se à altura das tradições legalistas que marcam sua história no destino da Pátria⁸⁴.

No dia 28 de agosto, em mensagem ao Congresso Nacional, Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara no exercício da Presidência da República, informou que os ministros militares não admitiam a volta de Jango ao Brasil por motivos de segurança nacional.

Com esse expediente, os militares forçavam o Parlamento a certificar a ausência do vice-presidente e, consequentemente, seu *impeachment*. Assim, Mazzilli seguiria no exercício da Presidência até a escolha do novo titular dentro de 60 dias.

O governador do Rio Grande Sul mobilizava tudo que tinha para garantir a posse de João Goulart, que, além de seu correligionário (ambos filiados ao PTB), era seu cunhado. Do porão do Palácio Piratini, sede do governo do estado, onde instalou a Rádio da Legalidade, Brizola difundia discursos enérgicos contra os rumores de golpe.

O prédio era defendido pela polícia militar. Soldados estavam preparados para retaliar o iminente ataque aéreo com FMZBs, iguais ao que empunhava o soldado Moacir em cima do caminhão naquela manhã de 7 de outubro.

No dia 28, às 10 horas da manhã, a assessoria do governador recebeu um telefonema do quartel-general do Terceiro Exército, que abrangia a Região Sul. O general José Machado

⁸³ Seção, como as subsequentes, conforme SKIDMORE, 2003, p. 252 e ss. e jornais da época. Todas as referências a jornais da época remetem aos diários listados na p. 164.

⁸⁴ ÚLTIMA HORA, Porto Alegre, 26 ago.1961, p.20

Lopes, comandante da unidade, pedia uma audiência urgentíssima com Brizola.

Sem saber as intenções do militar, o governador não quis recebê-lo imediatamente. Agendou o encontro para perto do meio-dia e, nesse meio tempo, desceu à Rádio da Legalidade e bradou suas posições com ainda mais veemência.

Quando a comitiva do general chegou ao Palácio Piratini, havia milhares de pessoas nos arredores. A tensão era grande. Brizola esperava qualquer coisa daquele encontro. Não descartava ser preso, mandar prender a quem quer que fosse, ou tampouco a deflagração de um conflito armado entre as Forças Armadas e a Polícia Militar, nada.

Quando os militares entraram na sala do governador, com ar sereno, o general Machado Lopes disse:

– Governador, os generais do Terceiro Exército, reunidos, decidiram por maioria de votos que só aceitam solução para a crise dentro da Constituição, portanto, com a posse do vice-presidente.

O governador levantou-se e apertou-lhe as mãos.

– General, eu não esperava outra decisão do Terceiro Exército – respondeu Brizola.

Esse acordo desestabilizou ainda mais a posição dos ministros militares. O Marechal Denys destituiu Machado Lopes e nomeou para o seu lugar o general Osvaldo Cordeiro de Farias, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. Machado Lopes ignorou a decisão e avisou ao substituto que seria preso se viesse ao Rio Grande do Sul e deslocasse tropas para o norte.

Em meio à divisão dentro das Forças Armadas, chegou-se a uma solução consensual e provisória. Uma emenda constitucional aprovada às pressas introduziu o sistema parlamentarista.

João Goulart assumiu a Presidência da República, mas com poderes limitados. A chefia de governo ficou com o primeiro-ministro, deputado Tancredo Neves, do PSD. Em plebiscito programado para 6 de janeiro de 1963, o eleitorado decidiria entre o parlamentarismo e o retorno ao presidencialismo.

Durante os 15 meses de parlamentarismo, houve várias trocas de ministros. Por fim, após prejuízo generalizado para o país, chegou-se à conclusão de que o melhor seria restabelecer o sistema presidencialista.

O Brasil precisava de um Executivo forte. Além do mais, nenhum presidente poderia ser responsabilizado, a não ser que exercesse o poder plenamente. Como chefe de governo, Jango ficaria mais exposto a um golpe militar, já que, no parlamentarismo, a responsabilidade diluía-se também no Congresso.

Com grande empenho de Brizola - agora deputado federal pelo estado da Guanabara - e após ficar claro o fracasso do parlamentarismo - no plebiscito, a maioria esmagadora optou pelo presidencialismo -, João Goulart assumiu de fato a Presidência da República no começo de 1963, com mais de 16 meses de atraso.

Os ministros militares e os setores das Forças Armadas que os apoiavam, derrotados em sua posição golpista em agosto de 1961, ficariam à espreita.



O Índice Geral de Preços (IGP) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) apontou que a inflação pulou de 30,5%, em 1960, para 51,6%, em 1962. Na contramão, o PIB, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), caiu de 9,4% para 6,6% no mesmo período. João Goulart, porém, poderia colocar a culpa no parlamentarismo.

Agora, como presidente de fato, o governo de Goulart não teria mais desculpa. Precisava reverter a deterioração dos indicadores econômicos para compensar sua fragilidade no campo político. Inicialmente, o presidente acenou com medidas liberais para obter apoio dos Estados Unidos e acalmar a oposição interna.

Os ministros da Fazenda, San Tiago Dantas, e do Planejamento, Celso Furtado, começam a implementar o Plano Trienal que previa reduzir a inflação a 10% ao ano e elevar o PIB para, pelo menos, 7%. A política salarial, ao contrário do que esperavam os sindicatos, seria moderada.

O cenário econômico era complicado devido ao endividamento externo herdado dos anos JK e à má vontade dos Estados Unidos em apoiar um reescalonamento das obrigações brasileiras.

O governo cortou os subsídios cambiais ao trigo e à gasolina, e o cruzeiro foi desvalorizado em 30% para alinhá-lo com as taxas que prevaleciam no câmbio negro. As medidas, com forte impacto inflacionário, eram um aceno ao governo americano e ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

Os Estados Unidos ficaram reticentes diante do esforço do governo brasileiro. San Tiago foi a Washington apresentar o Plano Trienal e demonstrar o compromisso do Brasil com o saneamento da economia, com o objetivo de conseguir imediata e robusta ajuda financeira dos americanos.

O ministro voltou de lá com um acordo modesto de 398,5 milhões de dólares, sendo que apenas 85 milhões de dólares foram liberados no ato. O restante dependeria de um programa de reformas estruturais e medidas mais fortes para a estabilização da economia⁸⁵.

Em meados de 1963, os Estados Unidos decidiram cortar qualquer tipo de ajuda financeira ao governo de Goulart. Ao mesmo tempo, liberavam recursos para projetos de desenvolvimento econômico em estados governados pela UDN, como a Guanabara e o Rio Grande do Norte⁸⁶. Ficou evidente que o governo americano não tinha nenhum interesse no sucesso do governo esquerdista de João Goulart.

⁸⁵ SKIDMORE, 2003, p. 292-293.

⁸⁶ *Ibidem*, p. 390-391.

Durante o ano de 1963, o PIB teve crescimento irrisório (0,6%), e a inflação atingiu ares estratosféricos (79,9%). Se a política fervia de um lado, a economia ardia do outro, e as frágeis bases de sustentação de João Goulart ruíam rapidamente.

Para controlar a inflação e o gasto público, Jango havia instituído em 17 de julho de 1963 o Conselho Nacional de Política Salarial⁸⁷. Nenhum reajuste salarial nas estatais seria concedido sem aval desse novo colegiado, que era presidido pelo ministro do Trabalho e contava ainda com os ministros da Fazenda, da Viação e Obras Públicas, da Indústria e Comércio e das Minas e Energia.

Os metalúrgicos da Usiminas, com o reajuste de 38% que conseguiram, não recuperavam sequer o poder de compra de seus salários. Contudo, quando o conselho estivesse funcionando para valer, a situação pioraria ainda mais.



Se, em nível internacional, o antagonismo entre esquerda e direita consubstanciava no confronto político entre Estados Unidos e União Soviética, no Brasil, esse antagonismo basicamente opunha de um lado o Presidente Goulart, parte da classe média e grandes massas operárias e camponesas articuladas em sindicatos; e de outro, próceres das Forças Armadas, a maior parte da classe média, avessa ao socialismo, magnatas da indústria e grandes proprietários de terras interessados em manter o *status quo*.

No polo da direita, sobressaíam-se as figuras dos udenistas Magalhães Pinto, governador de Minas, e Carlos Lacerda, inimigo fidalgo do getulismo, governador do estado da Guanabara. Os dois cobiçavam a Presidência da República, mas Magalhães Pinto levava a vantagem de ter um acordo secreto com Jango. O presidente prometeu que o apoiaria na próxima eleição presidencial em 1965⁸⁸.

Essa suposta vantagem começou a se dissolver após Magalhães Pinto se convencer de que o acordo não seria cumprido. João Goulart estava cada vez mais inclinado ao comunismo. Se o presidente se debandasse para o lado da União Soviética, nem as esperadas eleições aconteceriam. Receoso com essa hipótese, o governador aproximou-se dos militares que já tramavam contra o petebista.



Em 1958, o Partido Trabalhista Brasileiro partiu do diagnóstico de que o subdesenvolvimento econômico do Brasil decorria da desigualdade social - que grassava no campo e nas cidades - e começou a formular um conjunto de reformas visando deslanchar a economia do país.

As chamadas reformas de base incluíam a reestruturação dos sistemas tributário, fiscal e bancário e novas políticas urbana, administrativa, universitária e agrária. Incluiu ainda a

⁸⁷ O colegiado foi instituído pelo Decreto nº 52.275 de 17 de julho de 1963.

⁸⁸ A revelação foi feita por Sinval Bamberga a Geraldo Ribeiro nos anos 80, quando ambos eram deputados estaduais (RIBEIRO, 2013).

reforma eleitoral, que asseguraria o direito de votar e ser votado a analfabetos e praças das Forças Armadas e das corporações militares estaduais. No campo econômico, preconizavam mais intervenção estatal e controle de capitais estrangeiros.

Em 1º de maio de 1962, ainda sob o sistema parlamentarista, João Goulart defendeu as reformas de base e chegou a propor a revisão do artigo 141⁸⁹ da Constituição de 1946, que condicionava as desapropriações à “prévia e justa indenização em dinheiro”. Em 13 de julho, com a Lei 4.090 de 1962, os trabalhadores ganharam o direito ao décimo-terceiro salário.

O decreto-lei 7.038, de 10 de novembro de 1944, garantiu o direito de sindicalização aos trabalhadores rurais. O Ministério do Trabalho, pressionado pelas elites agrárias, não definiu as categorias que permitiriam o enquadramento desses trabalhadores e o reconhecimento de seus sindicatos.

Como resultado, em 1960, havia apenas oito sindicatos rurais reconhecidos no Brasil⁹⁰. Em junho e novembro de 1962, o governo estabeleceu as categorias que possibilitavam o enquadramento dos sindicatos rurais. Desde então, essas entidades começaram a se proliferar. Às vésperas do golpe militar de 1964, o número de sindicatos rurais chegava a 1200⁹¹.

Aos trabalhadores rurais eram sonogados direitos básicos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), como o salário mínimo, férias e carteira assinada. O Governo Goulart ousou ultrapassar limites autoimpostos por seu preceptor Getúlio Vargas e enfrentar os ruralistas. Em 2 de março de 1963, editou-se o Estatuto dos Trabalhadores Rurais (Lei 4214/63), que equiparou, em vários pontos, os direitos dos empregados de áreas rurais e urbanas.



Outra questão palpitante naquele agitado ano de 1963 era a controvérsia acerca do direito de votar e ser votado aos graduados (sargentos, suboficiais e cabos) das Forças Armadas e das polícias militares dos estados.

O artigo 132, parágrafo único, da Constituição de 1946, proibia o alistamento eleitoral dos “praças de pé, salvo os aspirantes a oficial, os suboficiais, os subtenentes, os sargentos e os alunos das escolas militares de ensino superior”.

Mais adiante, o artigo 138⁹² declarava que os militares mencionados no parágrafo único do artigo 132 não podiam disputar cargos eletivos. A dúvida era se essa proibição valia para todos os militares mencionados nesse dispositivo ou apenas para os militares inalistáveis.

⁸⁹ Art. 141, § 16.

⁹⁰ FUCHTNER *apud* THOMAZ JÚNIOR, 1998.

⁹¹ THOMAZ JÚNIOR, 1998

⁹² Artigo 138 - São ineleáveis os inalistáveis e os mencionados no parágrafo único do art. 132.

Contra o oficialato, que não via com bons olhos os praças na política, os sargentos fizeram um grande movimento para mudar o entendimento do Supremo Tribunal Federal, que lhes vedava o direito de votar e ser votado.

Em 11 de setembro de 1963, o STF reafirma sua jurisprudência. Decidiu que o sargento Aimoré Zoch Cavalheiro não podia ser empossado no cargo de deputado estadual na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, para o qual se elegeu em outubro de 1962.

Na madrugada seguinte, cerca de 600 graduados, a maioria sargentos da Aeronáutica e da Marinha, ocuparam prédios públicos, como o da Rádio Nacional e o do Departamento de Telefones Urbanos e Interurbanos (DTUI) em Brasília. A comunicação com o resto do país foi cortada.

O ministro Vítor Nunes Leal, do STF e o presidente da Câmara dos Deputados em exercício, Clóvis Mota, foram detidos pelos amotinados.

Os deputados Sérgio Magalhães, Neiva Moreira, Lamartine Távora, Marco Antônio Coelho, Henrique Oest e Emanuel Waissman, da Frente Parlamentar Nacionalista, foram ao comando do movimento, na Base Aérea de Brasília, manifestar apoio.

O presidente da CNTI, Clodesmidt Riani, que desde maio presidia o CGT, elogiou a sublevação. Seu posicionamento vinha carregado de simbolismo, porque o sindicalista era muito próximo de João Goulart.

É possível que o presidente soubesse da revolta antes que eclodisse? Por que não se posicionou contra a rebelião? Naquele 12 de setembro, estava em Pelotas, no Rio Grande Sul e evitou condenar a sublevação.

No começo da tarde, os rebelados capitularam frente às tropas do Exército. O sargento da Aeronáutica Antônio de Prestes Paula, líder do movimento, e outros 535 praças foram presos.

A Revolta dos Sargentos acendeu a luz vermelha nos gabinetes dos quartéis das Forças Armadas. O ministro da Guerra, general Jair Dantas Ribeiro, acusou Riani de estar por trás do movimento dos sargentos.

Muitos oficiais temiam que, com o esquerdismo de João Goulart, novas sublevações de praças ocorressem e minassem o prestígio das três Forças. A Revolta dos Sargentos reforçava a oposição a Jango e a hipótese de golpe contra ele entre generais moderados. O antagonismo entre as cúpulas militares e o presidente só fazia aumentar.

Na época, muitos operários da Usiminas acreditavam que as Forças Armadas estavam sob controle irrestrito do presidente Jango. A ameaça próxima não era o Exército, mas a Polícia Militar de Magalhães Pinto, que reprimia, com violência, os movimentos grevistas em Minas Gerais.

Não demorou até que João Goulart percebesse que não conseguiria aprovar no Congresso Nacional as mudanças constitucionais para implementar suas reformas de base.

Com a oposição cerrada da direita e a crescente perda de apoio entre os moderados, o presidente dependia cada vez mais desesperadamente do apoio da esquerda radical. Jango não poderia recuar de sua agenda reformista.

A barreira institucional no Parlamento, somada à intransigência dos Estados Unidos, e a necessidade de alimentar suas bases, parece ter levado Jango a preparar, secretamente – ou pelo menos alimentar no imaginário dos mais radicais – um rompimento com as instâncias democráticas.

A partir de meados do segundo semestre de 1963, o presidente começou a tomar medidas desesperadas. Em 4 de outubro, quando a temperatura subia entre os operários da Usiminas por causa das agressões da Vigilância, João Goulart enviou ao Congresso uma mensagem que pedia que fosse decretado estado de sítio por 30 dias.

Na exposição de motivos, os ministros militares manifestavam, claramente, a visão das Forças Armadas sobre o cenário nacional após pouco mais de dois anos de Governo Jango:

Senhor Presidente:

Ninguém desconhece neste país a grave conjuntura econômico-social que estamos vivendo há já longo tempo. A inflação incontida a resistir às medidas postas em prática pelo governo; a radicalização das posições políticas, a exacerbar as paixões, a dificultar a ação governamental e a perturbar o trabalho construtivo de grande parte da população que aspira por paz e tranquilidade.

O campo militar ameaçado em seus próprios alicerces por fenômenos e circunstâncias que, na maioria das vezes, fogem mesmo à esfera de ação dos Chefes Militares; a questão social agravando-se cada dia que passa; as greves se sucedem e servem de pretexto para conspiração política; grupos inconformados pregam a violência e a subversão da ordem como solução para problemas que afligem as classes trabalhadoras; largo círculo da área político-partidária, dominado por paixões insopitadas, lança-se na conspiração contra o governo e a ordem legal.

Governadores de Estado olvidam a responsabilidade do cargo a que o povo os elevou e se rebelam, contra a legalidade democrática, tentando destruir a ordem jurídica, que não poderia sobreviver sem a permanência de Vossa Excelência à frente do governo da República até o término de seu mandato.

Até mesmo polícias militares, tradicionalmente ordeiras, têm praticado atos de indisciplina. Governadores de estado, dentre os quais os do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraná e Rio Grande do Sul, têm recorrido ao Ministro da Guerra solicitando a cooperação do Exército para a manutenção da ordem ameaçada.

Tal conjuntura não poderia deixar de refletir-se no seio das Forças Armadas – felizmente ainda possuídas da consciência do seu dever de guardiãs das instituições legais e de mantenedoras da ordem – mas onde episódios isolados têm perturbado o espírito de disciplina indispensável à sobrevivência de qualquer organização armada.

Bem conhecemos o espírito liberal, a formação democrática e a compreensão de Vossa Excelência do acatamento à ordem constitucional. Estamos, porém, convencidos, Senhor Presidente, que precisamente para defender a legalidade democrática, manter a ordem e a disciplina e assegurar a paz da família brasileira é indispensável e urgente recorrer-se ao Estado de Sítio, instrumento previsto na própria Constituição como remédio adequado para evitar a comoção intestina grave, cuja ocorrência se poderá verificar a qualquer momento no país, se medidas excepcionais à defesa do regime não forem imediatamente adotadas⁹³.

Pelo artigo 207 da Constituição de 1946, a lei que decretasse o estado de sítio incluiria as normas que regeriam sua execução e indicaria as garantias constitucionais que continuariam em vigor. Os crimes contra a segurança nacional ou suas instituições políticas e sociais, em certos casos, poderiam ficar sujeitos à jurisdição e à legislação militares.

A União Nacional dos Estudantes (UNE), o CGT, parlamentares nacionalistas, o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, e toda a esquerda condenaram a proposta de estado de sítio. A medida excepcional poderia muito bem ser manejada contra estudantes e operários.

A bancada do PTB assegurou apoio unânime à proposta, mas com a repercussão negativa, voltou atrás. A UDN, interessada em desgastar ao máximo o presidente - na voz dos governadores de Minas, Magalhães Pinto, de São Paulo, Ademar de Barros, e da Guanabara, Carlos Lacerda -, também criticou a manobra. Enfim, Jango conseguiu unir contra si todo o espectro político.



A crise em torno do pedido para o estado de sítio alcançava o ápice no momento em que os rapazes do Santa Mônica construíam, às pressas, uma barricada, com tambores de gasolina, bancos, cadeiras, camas, guarda-roupas e um poste, para evitar que os soldados invadissem seus alojamentos. Himilcon Demartin e Pedro Mota Sobrinho, o Uia⁹⁴, estavam entre os operadores que construíam aquela linha de defesa⁹⁵. Alguns rapazes se armaram com ferros e pedaços de pau. Apareceu um operário com uma espingarda e outros dois ou três, com garruchas velhas. Ficaram a esperar a reação da polícia.

A posse de arma de fogo era muito comum na época, e havia um ou outro que as possuíam entre os jovens de Santa Mônica. Eram, basicamente, um punhado de espingardas e garruchas velhas, que pouca utilidade teriam se o movimento descambasse em tiroteio.

A estratégia, ademais, era de defesa. Se os policiais da Cavalaria subissem para agredi-los, como costumavam fazer, estavam dispostos a combatê-los até a morte. Não havia, porém, intenção de promover um ataque contra os policiais. Por essa razão, e para não arriscarem perder o controle da situação, os rapazes evitaram as armas de fogo.

⁹³ Projeto de Lei n. 1061 de 4 de outubro de 1963. Decreta o Estado de Sítio no território nacional. Diário do Congresso Nacional, 5 out. 1963, p.7461.

⁹⁴ Pedro recebeu esse apelido porque gostava de cumprimentar os colegas com um Uia, saudação comum na época, mas hoje já em desuso.

⁹⁵ Conforme depoimento de ambos (DEMARTIN, 2013; SOBRINHO, 2013).

José Horta dormia tranquilamente em seu quarto quando alguns rapazes bateram à sua porta.

– Vamos acordar, gente! Ninguém vai dormir hoje. A Cavalaria está vindo atacar os alojamentos. Precisamos nos defender – disse um deles (CARVALHO, 8 jan. 2013).



A caminho do Cariru, o cabo Aristides pediu que Adão fizesse uma parada no quartel. Não demorou muito, recebeu uma ligação. Milton e Orçalino relataram o enfrentamento em Santa Mônica. Contaram que foram agredidos e afugentados pelos trabalhadores⁹⁶.

Aristides foi com Adão à casa do sargento Carlos Alberto e reportou a ocorrência. Recebeu a determinação de percorrer todo o distrito e arregimentar todas as duplas de cavalarianos a serviço para um assalto contra o Santa Mônica.

O próprio sargento, empenhado em resgatar a honra da Cavalaria, abalada com o episódio, foi para o quartel coordenar a represália ao Santa Mônica após acordar e convocar o cabo José Maria Francisco.

Lá, os dois militares preparavam seus cavalos quando Braga chegou para insuflar os policiais. Disse que a situação em Santa Mônica estava fora de controle e demandava ação enérgica da Cavalaria. Carlos Alberto pediu que Braga levasse bombas de efeito moral em seu jipe e partiu a cavalo em companhia do cabo José Maria.

Ao chegarem à rodovia MG-4, encontraram os soldados Elias Inácio da Silva e José Rodrigues, que já seguiam a cavalo rumo a Santa Mônica. Carlos Alberto forçou seu animal e disparou na frente dos outros praças, sumindo na escuridão.

Logo adiante, ao entrarem no trecho asfaltado, o cavalo do cabo caiu, e os dois soldados seguiram atrás do sargento. Com o cavalo mancando, José Maria prosseguiu lentamente a viagem.

Na mesma hora, os cavalarianos Clóvis Inácio da Silva e Francisco Torres Dutra, que patrulhavam o bairro Maringá, ouviram intensa gritaria que vinha da direção do bairro Santa Mônica. Um transeunte contou-lhes que uma multidão havia enfrentado e posto dois soldados para correr. Dutra julgou que deveriam seguir para o Santa Mônica, e foram.

Logo, o sargento Carlos Alberto e os soldados Clóvis e Francisco encontraram-se na Cantina do Quidu com Milton e Orçalino, a dupla que pouco antes desbaratara os rapazes de Santa Mônica.

Chovia, e o bairro estava completamente escuro. Carlos Alberto inferiu que os amotinados haviam cortado a energia. Observou que as lâmpadas dos postes estavam quebradas. No alto da rua de acesso aos alojamentos, uma multidão - que o sargento calculou em mais de mil pessoas - gritava e jogava pedras de trás da barricada.

⁹⁶ Seção, como as seguintes, conforme depoimentos dos envolvidos no inquérito policial militar (MINAS GERAIS, 1963-1965, v.1, v.2) e entrevistas realizadas com trabalhadoresque presenciaram os fatos.

O sargento Carlos Alberto atçou seu cavalo morro acima, com a cobertura dos soldados Elias e José Rodrigues. Quando os três praças se aproximaram da barreira, foram rechaçados com uma chuva de pedras.

Em um arroubo de valentia, o sargento Carlos Alberto saltou a barricada com seu cavalo, desembainhou a espada e começou desferir golpes no escuro contra a multidão. Foi contido com chutes, socos, pedradas e tiros. Sentiu um ferimento no ombro esquerdo, que começou a sangrar, e concluiu:

– Fui baleado.

Recuou, saltou de volta a barreira e desceu a rua com os outros dois cavaleiros.



Bem no início da subida, à direita, ficava o alojamento Chicago Bridge. Era um alojamento rústico, de madeira e piso grosso, revestido de telhas de amianto e paredes sujas. Em forma de *H*, tinha duas alas, 20 quartos em cada uma, ligadas por um corredor perpendicular; em cada quarto, havia quatro beliches. A capacidade total do Chicago era de 320 pessoas.

Vários trabalhadores que ali moravam assistiam tudo da janela e vaiaram o malogro do sargento. A maioria, porém, dormia nos quartos.

Furioso, Carlos Alberto, com apoio dos soldados Elias Inácio, José Rodrigues e José Geraldo, arremeteu-se contra esse alojamento, atirando e espancando quem encontrava pela frente. Um dos tiros estourou o travesseiro do operador Ciro Alípio Siqueira, que dormia na hora.

Com metralhadora, revólver ou fuzil em punho, os soldados, reforçados pela dupla formada por Clóvis Inácio da Silva e Francisco Torres Dutra, que acabara de chegar, arrombavam quartos, espancavam com cassetete ou espada e prendiam todos os que ali pernoitavam por ordem do sargento.

O pedreiro Manoel Rodrigues de Oliveira, acordou com o barulho e perguntou a um colega o que ocorria, foi informado de que a Cavalaria estava realizando prisões. Manoel, que nada devia à polícia, tranquilizou-se. Entretanto, de súbito, alguém bateu à porta com violência:

– Abra logo ou morre!

Antes que o pedreiro pudesse atender à ordem, o soldado meteu o pé na porta e a pôs abaixo. Outro começou a golpeá-lo com cassetete enquanto o empurrava para fora do alojamento. Ao longo do corredor, recebeu golpes de outros praças, assim como os outros trabalhadores, alguns arrancados de cuecas de suas camas.

– Sai logo, putada! – dizia o soldado, que empurrava para fora o operário Erci Calvi e outros ocupantes do quarto. No corredor, o homem tentou correr, mas duas doloridas chicotadas nas costas o fizeram desistir.

Daniel Ferreira Pinto, operador do setor de laminação, foi acordado com o barulho de soldados batendo na porta.

– Levanta, põe a mão na cabeça e vai saindo! – gritou um deles.

O operário, sem saber o que acontecia, obedeceu calado, mas, ainda assim, tomou um golpe de cassetete enquanto caminhava pelo corredor.

De um lado, viu um senhor de uns 60 anos, já aposentado pela Vale do Rio Doce, que permanecia de pé, inerte, diante dos gritos dos policiais. De repente, os Cavalarianos se irritaram com aquilo e espancaram o idoso terrivelmente. Uma cena horrorosa e deprimente. De vergonha, ou sabe-se lá por que, aquele senhor nunca mais foi visto no alojamento.

Lá fora, um soldado, aos berros, ordenou que o pedreiro colocasse as mãos para cima e entrasse na fila que era formada com os detidos. Como não ergueu os braços da forma exata como queria o policial, tomou uma coronhada de revólver, e o sangue jorrou de sua cabeça.

Alguns operários subiram na caixa d'água para se esconder, mas os policiais crivaram aquele tanque de balas e os forçaram a descer.

Quase trezentos trabalhadores foram enfileirados e, em seguida, deitados no chão, no vão descoberto entre as duas alas, com as mãos na cabeça, sob a mira de metralhadoras e fuzis.

Soldados pisoteavam os operários e metiam a espora em suas cabeças. Os que se mexiam, tomavam logo um golpe de cassetete. Um nissei⁹⁷, deitado ao lado de Daniel, tremia como vara verde.

Começou a chover forte sobre aquele tapete de gente. Os operários sentiam a enxurrada barrenta que descia morro abaixo passar gelada sob suas barrigas. Aquilo parecia um pesadelo.

Ouviram um soldado gritar:

– Sargento, vamos matar uns três aqui para servir de exemplo!

– Nada de morte! Nada de morte! Nada de morte! – respondeu Carlos Alberto.

O espetáculo macabro foi encenado para impressionar os amotinados de Santa Mônica que, lá de cima, podiam entrever o que acontecia ali embaixo. Os homens da Cavalaria, com violência, enviavam um recado ameaçador aos rapazes que resolveram enfrentá-los.



Perto de meia-noite, João Cláudio Teixeira de Sales, chefe do Departamento de Serviços Gerais da Usiminas foi acordado por um funcionário da empresa. O homem veio avisar que havia uma “balbúrdia” no Santa Mônica. João Cláudio foi ao telefone e informou o

97 Segundo o dicionário Houaiss, nissei é “aquele que é filho de pais japoneses nascido no continente americano”.

problema a Gil Guatimosim, chefe do Departamento de Relações Industriais.

Minutos depois, Gil chegava à sua casa. Os dois discutiram a situação com o chefe da Seção de Moradias, Davi Ferreira Junior, subordinado a João Cláudio. Decidiu-se que recorreriam ao capitão Robson para solucionar o caso.



Era quase meia-noite quando Robson Zamprogno e Jurandir Gomes de Carvalho chegaram ao Alojamento dos Engenheiros, após uma noitada na zona boêmia em Coronel Fabriciano. O porteiro o cumprimentou e contou-lhe que havia uma grande confusão em Santa Mônica. Os dois oficiais saíram imediatamente para verificar a situação.

Encontraram-se com parte da tropa já mobilizada na entrada do bairro e subiram o morro de jipe até cerca de 40 metros da barricada, onde a multidão continuava agitada e barulhenta.

– É o capitão! É o capitão! – gritou o oficial na esperança de que sua presença pudesse acalmar os rebeldes. Os amotinados, porém, continuaram a lançar pedras em direção ao veículo.

Robson Zamprogno desceu o morro, levou todos os policiais que encontrou pelo caminho para perto de seu alojamento e abortou o envio de reforços que se preparavam no quartel, enquanto considerava como proceder diante da rebelião.

Dali a pouco, chegou um cavalariano com a notícia de que o sargento Carlos Alberto fora baleado pelos amotinados. O capitão saiu atrás do soldado com seu jipe, acompanhado pelos homens que estavam com ele, para socorrer o sargento.

Para surpresa do oficial, em vez de subir o morro, onde imaginara que o sargento encontrava-se capturado pelos rebeldes, o soldado marchou com seu cavalo em direção ao Chicago Bridge e apontou para o sargento, que havia retirado a parte superior do uniforme e tinha uma tala amarrada no ombro ferido. Aos seus pés, deitados com a mão na nuca, havia uns trezentos trabalhadores.

O capitão, então, determinou que um carro conduzisse o sargento ao ambulatório. Vendo chegar, em um jipe, o subtenente Braga, em companhia do cabo Teodoro, o capitão Robson caminhou em sua direção e pediu que arranjasse três caminhões da Usiminas para a remoção daqueles homens para o galpão da Vigilância.

Naquele instante, apareceu o chefe da Seção de Moradias, Davi Ferreira Junior, e avisou ao capitão que Gil Guatimosim e João Cláudio queriam conversar com ele sobre a situação. O capitão saiu apressado para atender ao chamado.

Os peões se levantavam com as pernas dormentes, eram golpeados com cassetetes enquanto subiam e iam se amontoando lá em cima. Os que vinham atrás eram obrigados a passar por cima dos que lá já estavam⁹⁸.

⁹⁸ As agressões foram denunciadas por trabalhadores ouvidos em inquérito policial militar (MINAS GERAIS, 1963-1965, v. 1; v. 2), e corroboradas por entrevistas (e.g., PINTO, Daniel Ferreira, 2013).

– Se uma mulher aguenta um homem em cima dela, porque um homem não aguentaria um outro em cima dele? – zombava um policial.

Dois soldados, no fundo do caminhão, recebiam a peãozada com golpes de cassetetes.

Os três caminhões, lotados de gente, em vez de seguirem para o galpão, como orientou o capitão, foram para o quartel.

Estacionaram na Fazendinha, e os operários foram obrigados a saltar de ponta-cabeça no chão enlameado.

Tinham que passar por um corredor polonês formado por soldados, ao longo do qual tomavam chutes, socos e golpes de cassetete. O cabo Teodoro empunhava uma metralhadora de mão e ameaçava atirar em quem reagisse. Adiante, no pátio do quartel, deitaram em decúbito ventral, com as mãos na cabeça, como antes.

Nem um adolescente de 15 anos, que foi preso na confusão, foi poupado da violência. Pelo contrário, era um dos que mais apanhava. Os seus gritos comoviam os outros trabalhadores, mas ninguém podia fazer nada com o cabo Teodoro à espreita.

Daniel, que vinha no último caminhão, assistia àquilo com medo e já se preparava para o espancamento. Perto de sua vez de entrar no corredor, o capitão passou por ali e ordenou:

– Parem de bater!

Aquele remanescente não teve que passar pela prova do corredor polonês. Foi apenas empurrado para o pátio e enfileirado com a barriga no chão com os que lá já se encontravam.



Robson Zamprogno chegou à casa de João Cláudio e contou que já estivera no local do conflito. Reportou a situação e informou que encontrou 300 operários do alojamento Chicago presos. Para evitar que se juntassem aos rebelados, determinou que fossem removidos.

Dali, todos partiram de carro para o bairro Santa Mônica. No local, chegariam à melhor solução para aquela crise.

Gil Guatimosim ficou impressionado com a gravidade da situação. Era uma cena de guerra. Viu soldados deitados em pontos estratégicos, na parte baixa da rua dos alojamentos, a apontar suas armas para uma aglomeração de gente mais acima. Vez e outra, os militares efetuavam disparos.

Do outro lado, de um ponto mais elevado da rua, ouviam-se rumores de uma multidão de trabalhadores. Uma trombeta soava intermitente. Os amotinados ocultavam-se atrás de uma densa escuridão. No céu coberto de nuvens, nem sinal da lua e das estrelas.

Com ajuda do farol do carro, Gil pôde distinguir uma massa de gente agitada atrás de uma barricada improvisada que lançava pedras, pontas de ferro e pedaços de pau contra os

elementos da Cavalaria.

Praticamente todo o efetivo da Polícia Militar de Ipatinga estava na área. Como resposta a pedido de reforço enviado pelo tenente Jurandir, o sargento Luiz Rodrigues de Carvalho, comandante do contingente de Coronel Fabriciano, enviou sete soldados e o cabo Nestor Pereira dos Santos, todos armados com fuzis.

Gil aproximou-se do capitão e quis saber como poderia controlar a situação. Robson ponderou que haveria duas alternativas: a tropa poderia continuar posicionada até amanhecer e dominar os trabalhadores à luz do dia ou realizar um assalto imediatamente contra os rebeldes. A estratégia consistiria em transpor as barricadas mediante o lançamento de bombas.

O capitão sabia que qualquer dessas opções envolvia riscos demais. A depender do resultado da operação, sua carreira poderia ser arruinada. Após refletir um pouco, sugeriu que fossem buscar padre Avelino, que morava a poucos metros, ao lado da Igreja Nossa Senhora da Esperança. O vigário, possivelmente, conseguiria negociar uma saída pacífica para o conflito.

Adão Nunes Ferreira, que estava com o carro de presos por ali, foi até o posto reabastecê-lo. Como não havia energia elétrica e nem quem manuseasse a bomba de gasolina, desistiu. Passou no Alojamento dos Engenheiros, pegou o tenente Jurandir e o levou à Fazendinha.

● ●

Pouco antes das 3 horas da manhã, Omar passou pela portaria e entrou no galpão da Vigilância. Encontrou Roder deitado sobre uma tábua, com ferimentos nas costas, no rosto e no braço. Gemendo de dor, o homem lhe contou que fora espancado pelos policiais.

Omar foi ao telefone e ligou para o quartel, conhecido como Fazendinha, para pedir ao capitão Robson a remoção do detido. Não conseguiu falar com o capitão. O oficial estava com Gil Guatimosim no pátio, decidindo o que fazer com as dezenas de trabalhadores feridos entre os quase 300 que estavam presos no quartel.

– Diga ao capitão que providencie a remoção do homem que a Cavalaria deixou no galpão, que aqui não é lugar de preso. Se não vierem buscá-lo imediatamente, vou soltá-lo.

Cinco minutos depois, apareceram um cabo e dois soldados em um jipe. Os soldados enxotaram Roder do carro adentro aos pontapés. Omar assistiu a tudo em silêncio. Não queria exacerbar ainda mais os ânimos.

● ●

Gil Guatimosim chegou à Fazendinha seguido por Braga, estacionou seu carro e veio em direção aos trabalhadores. O sargento mandou que ficassem de pé. O engenheiro tirou do bolso a identidade e disse aos trabalhadores:

– Gente, isso que está acontecendo é por causa disso aqui. E levantou o documento para que todos o vissem.

Pouca gente conseguiu associar identidade e violência. A maioria estava dormindo e sequer tomou conhecimento da confusão na portaria. Gil Guatimosim estava “vendido”. Seu principal informante, o Braga, omitiu-lhe o essencial da história.

Em seguida, vendo a angústia na expressão daqueles homens cobertos de lama e sangue, Gil Guatimosim orientou em voz alta:

– Em nome da turma, um fala!

Mas a turma desatou a falar. Todo mundo falava ao mesmo tempo, uma babel.

– Gente, vamos embora! – interrompeu o engenheiro – Depois a gente conversa sobre esse assunto. Já tenho uma reunião agendada pela manhã com uma comissão que vai representar vocês. Vou providenciar para que todos aqueles que tenham necessidade sejam atendidos imediatamente em nosso ambulatório. Os que estiverem feridos, por favor, permaneçam aqui e aguardem a chegada da ambulância.

Nisso, os que não tinham ferimentos graves começaram a embarcar nos caminhões. Os outros que restaram – alguns deles sequer conseguiam se levantar – aguardavam o transporte para o ambulatório.

● ●

Nesse ínterim, chega o jipe com Rodir. O senhor Omar vinha atrás em outro carro. Assim que chegou, aproximou-se do grupo em que estavam Gil Guatimosim e Braga e os cumprimentou.

– Omar, veja aí quem está ferido e leve todo mundo para o ambulatório. Oriente os médicos a fazerem laudo de corpo de delito de todos. Amanhã vamos ter que reportar tudo ao comandante-geral da Polícia Militar ou ao secretário de Segurança Pública.

O chefe da Vigilância providenciou a remoção de cerca de 50 trabalhadores que estavam em pior estado. Alguns, levou em seu próprio carro; outros, em ambulância ou em veículos da empresa. Braga seguiu o comboio até o ambulatório e tudo observava.

Após essa operação, Gil Guatimosim convidou Omar a voltar com ele ao Santa Mônica. Queria apaziguar o pessoal e ver os estragos produzidos pelo conflito. O chefe da Vigilância entrou no Aero Willys preto, que o engenheiro acabara de comprar, ano 1963, placa 414616, que ainda cheirava a carro zero, e foram comentando fatos do confronto pelo caminho.

● ●

Quando Gil e Omar chegaram a Santa Mônica, havia muita gente perplexa nas ruas. Um rapaz reconheceu o chefe da Vigilância no banco de passageiro do Aero Willys e comentou em voz alta:

– Nosso algoz está chegando!

Vários operários cercavam o carro, com atitude agressiva. Gil Guatimosim saiu para conversar com eles sem entender direito o que estava acontecendo. Havia sido tão bem recebido da vez anterior! Omar, que sabia que poderia apanhar lá fora, preferiu ficar abrigado dentro do carro.

Enquanto o engenheiro procurava acalmar os ânimos de um grupo, do outro lado, uma turma enfurecida começou a jogar pedras no veículo. Pressentindo o perigo, voltou rapidamente, entrou no carro e arrancou o mais rápido que pôde. Olhou para trás e notou que o vidro traseiro de sua Aero Willys fora estilhaçado por um bloco de meio-fio, o que o deixou extremamente contrariado.

Gil Guatimosim parou com Omar no ambulatório, inspecionou o atendimento aos feridos e pediu a Jair Abelha que fosse ao Santa Mônica atender a rapazes feridos. Depois, deixou Omar na Fazendinha e, com o dia já amanhecendo, seguiu para sua casa.

● ●

Por volta das 4 horas da manhã, o capitão Robson determinou que o cabo Teodoro fosse à sede da Estrada de Ferro Vitória-Minas no município e, por meio de rádio, pedisse ao comandante do 6º Batalhão de Infantaria, em Governador Valadares, o reforço de um pelotão.

O oficial acreditava que, com presença massiva da polícia militar na área, poderia conter a rebelião de Santa Mônica e deixar a Usiminas em posição mais confortável para negociar.

Assim que recebeu a mensagem, o comandante do 6º Batalhão, Mauro Simões Soares, convocou o tenente Francisco Pereira Xavier.

– Xavier, arruma 30 homens dos seus aí e vá agora para Ipatinga!

– O que que está acontecendo lá?

– Lá você fica sabendo e conta para nós, porque eu também não sei.

O tenente saiu na mesma hora e passou a convocar os praças que estavam no quartel ou nas redondezas. Conseguiu apenas 21 homens. Subiram todos em um caminhão e partiram para Ipatinga com o dia já clareando.

● ●

Longe dali, no Barra Alegre, Alvin Ferreira Felipe, com o dia ainda escuro, ajeitava no embornal uma abreugrafia já antiga, de fevereiro de 1961. Depois conferiu se dentro estava o vale do SAPS de mil e setecentos cruzeiros, com que pagaria o almoço.

Disse à mulher, Maria Dias Martins, que iria a um hospital em Coronel Fabriciano para passar por uma perícia para renovar um benefício previdenciário que lhe assegurava uns trocados por mês. Aproveitaria para procurar um biscoite⁹⁹.

Em casa, só havia um pouco de macarrão para a família se alimentar. Estavam todos à beira da fome.

Colocou no bolso o título de eleitor número 134 da 82ª Zona Eleitoral, município de Ferros, pegou seu guarda-chuva velho e saiu à pé.

A distância até a Usiminas era cerca de 9 quilômetros. Dali até Fabriciano, Alvino teria que andar mais uns 14 quilômetros.

Às 8 horas da manhã, já na sala de Makoto Inoue e com a reunião em andamento, Gil Guatimosim estava quieto e cabisbaixo, com os olhos ardidos, com *flashes* da madrugada anterior se acendendo randômicos em sua mente¹⁰⁰.

Após estágio de um ano e meio em Tóquio, o engenheiro regressara à Usiminas em 7 de junho daquele ano, 1963, com a incumbência de impor a disciplina japonesa aos empregados da empresa. Foi ele quem determinou a aplicação da Circular DIU 014, editada em 7 de maio de 1963, que desencadeara toda a confusão.

O diretor de Operações Makoto Inoue assumira a condução das negociações. Depois de ouvir as exigências dos grevistas, lidas por Nabucodonosor, o japonês esboçou censuras à indisciplina dos trabalhadores. Para ele, aquele movimento era coisa de comunista. Ao final, sinalizou que cederia para pôr fim àquilo tudo logo.

● ●

Naquela mesma hora, Antonieta tomava um ônibus na região central de Ipatinga com Ângela Eliana no colo. Sem saber da confusão nessas bandas de cá, pretendia levar a menina para se consultar no ambulatório da Usiminas.

Dentro da lotação, as pessoas comentavam sobre os acontecimentos. Havia uma guerra na Portaria da Usiminas! Mais de 5 mil trabalhadores estavam frente a frente com uma tropa armada com fuzis e metralhadoras. A coisa estava pega que não pega.

— A senhora não deveria ir — aconselhou um desconhecido.

100 Além dos depoimentos recuperados de documentos da época, as entrevistas que realizamos com o então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Geraldo dos Reis Ribeiro, foram essenciais para reconstituição desses fatos (RIBEIRO, 2012; RIBEIRO, 2013).

Antonieta ficou preocupada e desceu com outras pessoas na Estação Ferroviária, bem antes do ponto de ônibus próximo ao ambulatório e ao Escritório Central.

Ficou ali algum tempo. Depois de refletir um pouco, conclui consigo mesma que uma greve não poderia impedir a consulta. Levantou-se e começou a caminhar em direção ao ambulatório.



Na reunião, Robson Zamprogno afirmava que não concordava de jeito nenhum com aquelas condições, muito menos com a extinção do destacamento da Cavalaria.

Geraldo Ribeiro e o Padre Avelino já se impacientavam com a relutância do militar. Em determinado momento, Gil Guatimosim fez um gesto discreto para o capitão, e o homem amoleceu.

O oficial afirmou que não tinha competência para determinar a abertura de inquérito a ser presidido por militar de patente superior à sua, como exigiam os grevistas, mas se comprometia a pedir essa providência ao comandante-geral da Polícia Militar.

Também não poderia remanejar a Cavalaria de Ipatinga. Contudo, concordava em suspender a escalação dos integrantes desse regimento para policiamento de rua até a conclusão do inquérito.

– E tem uma coisa: eu libero, mas não aceito vaias – emendou em tom categórico.

– Capitão, por favor! Depois de tudo que aconteceu nessa madrugada, você quer que sua tropa saia com aplausos? São mais de cinco mil operários lá. É impossível calar todo mundo! O senhor vai atravancar tudo por causa de vaia?

– Meu pessoal não vai sair debaixo de vaia. A tropa só vai se retirar com honra – reiterou o oficial.



O cabo Teodoro Dionísio de Carvalho era um homem truncado, baixo e muito bravo. Comandava a cadeia pública de Ipatinga. Violento com os presos e parceiro de Forró Juá na perseguição aos trabalhadores na zona boêmia, era, por isso mesmo, temido e odiado por eles.

Quando o jipe conduzido por João de Deus e que levava o cabo Teodoro se aproximou da multidão, houve um grande alvoroço. Muitos dos rapazes do Chicago Bridge, feridos na madrugada, reconheceram o cabo Teodoro como quem coordenava a violência na madrugada.

O militar saiu do jipe e, com grande dificuldade, rompeu a multidão, aproximou-se do tenente Jurandir. A tropa, de pé, circulava o caminhão. A multidão praticamente circulava a tropa. O soldado Moacir despontava acima de todos. Manobrava o fuzil-metralhadora sobre o caminhão.

Debaixo de muitas vaias e xingamentos, o cabo Teodoro entregou o bilhete ao tenente. Muito hostilizado, apertou o passo e voltou ao jipe o mais rápido possível. Enquanto João de Deus fazia manobras para retornar ao Escritório Central, a multidão lançou uma saraivada de britas contra o veículo.



O tenente Jurandir abriu e leu o bilhete. Em seguida, os elementos da tropa se aglomeraram em torno. Aparentemente, falavam sobre o conteúdo da mensagem.

A multidão se agitava. Alguns diziam que o bilhete continha ordem para a tropa se retirar. Outros apostavam que a ordem era para atirar. O nervosismo chegou ao nível máximo.

Jurandir pediu calma e fez menção de que iria explicar o conteúdo do bilhete. A multidão, nesse momento, circulou a tropa completamente. Alguns se aproximaram para ouvir o que o tenente diria sobre o bilhete, outros, para intimidar a tropa - a maioria, simplesmente, pelo efeito manada.

Visivelmente desesperado com a situação, Jurandir aproximou-se de um dos líderes do movimento e advertiu:

– Vocês fecharam o círculo. Agora eu não me responsabilizo!

– E quem vai se responsabilizar pelos feridos de Santa Mônica? – redarguiu o outro, arrancando palmas dos que estavam perto.

Percebendo a iminência de um confronto entre policiais e grevistas, o investigador Alvinho Augusto de Moraes, da seção de Vigilância, tentou convencer o tenente Jurandir a, pelo menos, afastar a tropa daquela posição.

– Não posso. Tenho que cumprir meu dever – respondeu o oficial.

– Se a tropa atirar na multidão, as consequências serão graves e imprevisíveis. Em último caso, se não houver outro jeito, use bombas de efeito moral. Nem pense em resolver isso aqui a tiros.

Como Jurandir não dava muita bola ao que ele dizia, Alvinho se afastou e começou a conversar com um operário por ali¹⁰¹.

Tertuliano e os outros líderes da greve orientavam os operários a se afastarem da tropa e, em caso de tiroteio, a se lançarem no chão e buscarem abrigo atrás dos montes de areia, dentro das valas abertas no chão para passagem de esgoto ou das manilhas que estavam espalhadas por ali .

José Horta, que estava no local, começou a ficar com medo. Discretamente, afastou-se da tropa e ficou à beira de uma dessas valas, pronto para o que viesse¹⁰².

101 Conforme TERTULIANO, 2013.

102 Conforme CARVALHO, 2012; CARVALHO, 2013.

Passava das nove e quinze da manhã. O sol começava a arder sobre as cabeças das pessoas. O calor quase insuportável de Ipatinga contribuía para aumentar a aflição entre os policiais e a multidão.

● ●

No Escritório Central, a reunião chegava ao fim. Diante da insistência do capitão Robson Zamprogno de que não aceitaria retirar a tropa debaixo de vaia, Geraldo Ribeiro cedeu.

– Eu vou tentar, eu vou pedir, mas é quase impossível – disse.

Com o acordo fechado, todos se sentiram aliviados. Alguns sorriam, conversas cruzadas encheram o ambiente. Quando se encaminhavam para a porta, um dos rapazes virou-se e gritou:

– Gente, esquecemos de uma coisa! A empresa precisa abonar o dia de trabalho dos rapazes do Santa Mônica que se envolveram no conflito de madrugada.

Makoto Inoue ouviu o pedido por meio de seu intérprete e concordou com mais essa exigência. Até ele já estava de saco cheio da reunião. Tiveram que voltar, incluir esse ponto no papel e assinar novamente.

● ●

José Isabel do Nascimento fotografava as cenas que se produziam naqueles momentos de grande tensão em frente à portaria. Em um dado momento, aproximou-se do caminhão e capturou uma imagem do recruta com o fuzil-metralhadora lá em cima.

Muito irritado, um soldado sacou o revólver e ameaçou atirar no fotógrafo.

A multidão, revoltada com a situação, gritava:

– Atira, covarde, atira!

O tenente Jurandir interveio e obrigou o homem a baixar a arma.

No calor dos acontecimentos, apareceu um japonês muito jovem, de baixa estatura e cara de menino, cheio de curativos, que havia sido espancado na madrugada. Alguns trabalhadores perderam a cabeça com aquela cena. Extremamente nervosos, levantavam o rapaz e diziam aos gritos:

– Covardes! Covardes! Olha o que vocês fizeram!

Depois, o coro mudou:

– Tá tinindo! Tá tinindo!

O alfaiate Geraldo Gualberto, que voltava das compras em Candangolândia, encontrou o primo João Bosco Gualberto no meio do tumulto, e ficaram ali, a uns 8 metros da tropa, de curiosos. A maior expectativa era ver o trem, vindo de Vitória, parar por causa da aglomeração que ocupava a linha férrea.

Daniel Ferreira Pinto, percebendo que um confronto entre os trabalhadores e a polícia era iminente, saiu do meio da multidão e começou a caminhar para área central do Horto, a fim de retornar ao alojamento.

● ●

Naquele momento, o motorista Hélio Soares de Oliveira passava com a ambulância entre a multidão. Como havia gente dos dois lados da rodovia, contornou a área com maior concentração de gente e passou com muita dificuldade para o outro lado. Conseguiu entrar na área da usina pelo portão de acesso lateral no Horto, pelo qual Omar tentara penetrar mais cedo.

● ●

Algumas britas foram lançadas contra um ou outro policial. Até o tenente Jurandir tomou uma no capacete. Aquelas pedrinhas não machucavam, mas mexiam com o brio dos soldados, em especial os da Cavalaria, os mais visados.

– Tá tinindo! Tá tinindo!

O coro que ficava cada vez mais forte era de extrema humilhação para os cavalarianos. Com receio do que viria depois - um tiro, uma avalanche de pedradas, um avanço súbito da multidão para linchar a tropa - Jurandir fez um sinal para o Recruta.

O soldado tentou disparar o fuzil-metralhadora, mas o pente de balas engasgou. Nervoso e constrangido, Moacir tentava encaixar a munição. A multidão percebeu o que estava para acontecer. Começou uma correria desatada. Algumas pessoas, como o operário Francisco de Assis, chegaram a ser pisoteadas.

Ao som das balas, Daniel, que estava já do outro lado da rodovia, lançou-se ao chão e arrastou-se atrás dos montes de terra que estavam por ali. Quando se aproximou do centro do Horto levantou-se e começou a correr. Um rapaz passou por ele e gritou.

– Ele! Ele! Não precisa correr, não! É bala de festim!

O operário parou de correr. Mas quando olhou de lado, um homem passou disparado por ele. Atrás do estranho, formava-se um trilho do sangue que jorrava do seu ombro.

● ●

O capitão, Gil Guatimosim, Geraldo Ribeiro e o padre Avelino já estavam no pátio para tomar os carros em direção à portaria a fim de anunciarem o tão aguardado acordo. De repente, ouviram aterrorizados as rajadas do fuzil-metralhadora.

O capitão Robson entrou rapidamente no jipe com os cabos Teodoro e Nestor e ordenou a Antônio Carlos que tocasse o mais rápido que pudesse para a portaria.

● ●

Um operário tentava subir na carroceria do caminhão para deter Moacir, enquanto ele estava enrolado com o fuzil-metralhadora. Um tiro de revólver calibre 45, disparado por outro policial, estourou-lhe a cabeça e o jogou para baixo com a violência.

O fuzil-metralhadora começou a cuspir tiro para o alto. Muitos trabalhadores fugiam desesperados. Alguns, como José Horta, pularam nas valas, outros, como Darcy Monteiro de Souza, entraram em manilhas; havia ainda quem tentasse pular a cerca de arame farpado para dentro da usina, como José Vilas Novas, e quem corresse para trás dos montes de areia, como José Bento.

O Amigo, que já se afastava do tumulto antes do início do tiroteio, correu em direção ao Horto à procura de abrigo.

Alvino, quando ouviu os tiros, começou foi a rir da cena.

– É festim! – comentou incrédulo.

– Não é! Não é! É munição real! – alertou um operário.

Um grupo de trabalhadores mais valente não fugiu. Alguns deles responderam aos tiros com pedradas.

● ●

Já nas dependências da Usiminas, Hélio dirigia a ambulância em direção à bomba de gasolina para reabastecê-la quando ouviu os tiros. Olhou para a aglomeração e viu os policiais atirando. Dos canos apontados para cima, saíam balas e fumaça. Mesmo assim, prosseguiu sua rota em direção à bomba de gasolina.

● ●

Alguns rapazes partiram para cima de Rosalino, que se divertia com a cena. O cabo José Maria os dispersou com um tiro de revólver para cima. O próprio Rosalino disparou contra o bolo de gente enquanto o cabo o empurrava para dentro da boleia do caminhão¹⁰³.

Quando ouviu os tiros de revólver e garrucha, Jurandir imaginou que fossem grevistas atirando contra a tropa. Nisso, soprou um apito e gritou:

– Senta a pua, gente! E correu em direção à boleia para se abrigar.

Era a senha que autorizava os praças a se defenderem com todos os recursos necessários, inclusive com o armamento que portavam. Começou, assim, uma carnificina.

● ●

Hélio olhou novamente para a aglomeração e viu, dessa vez, os policiais atirando contra a multidão em pânico. Viu gente pulando nas valas, viu gente se jogando contra a cerca, viu muita gente tomando tiro.

103 A causa exata do início do tiroteio é difícil de ser estabelecida. Após investigar o episódio exaustivamente, revirar documentos e entrevistas com pessoas que estavam na cena, concluímos que Rosalino foi o pivô dos acontecimentos.

Geraldo Gualberto e João Bosco correram e pularam no chão para se esconder das balas. Mesmo assim, um tiro atingiu Geraldo pelas nádegas, perfurou-lhe o intestino e se alojou no rim direito. João Bosco olhou para o primo e o viu sobre uma poça de sangue. Aproximou-se dele e ainda o ouviu dizer algumas palavras antes morrer:

– Estou morto.

● ●

José Isabel do Nascimento enquadrava Moacir disparando o fuzil-metralhadora quando tomou um tiro de revólver. A bala varou-lhe o abdômen e saiu nas costas.

O fotógrafo continuou de pé com a máquina erguida, até perder as forças e cair. João Medeiros gritou e pediu ajuda. O soldado viu o amigo caído, pensou em socorrê-lo, mas não quis se arriscar através das balas que zuniam para todo lado.

Moacir girava e disparava o fuzil-metralhadora, para cima e para baixo, em zigue-zague. Um cavalariano negro, que subira na carroceria com uma metralhadora de mão, também atirava. As duas metralhadoras foram disparadas contra um grupo de aproximadamente 500 pessoas que estavam encurraladas contra a cerca.

José Vilas Novas estava atrás de umas dez pessoas e viu quatro delas caírem à sua frente como dominó, ao serem atingidas. Sentiu um forte impacto na coxa esquerda e caiu também. Ao longe, Moacir o reconheceu e fez sinal para que corresse. O operário respondeu, com um gesto, que estava ferido e que não conseguia se levantar.

Caído, observou que um cavalariano claro, miúdo, de bigode fazia demoradas miras com o revólver apoiado no joelho e atirava na cabeça de trabalhadores em fuga.

Um ex-militar japonês, Yukio Hayakawa, que morava no Santa Mônica, aproximou-se de José Vilas Novas, abaixou-se para olhar o ferimento e, depois, virou-se para os policiais agitando os braços!

– Parem! Parem!

Tomou um tiro no ombro e caiu entre os feridos¹⁰⁴.

● ●

Hélio¹⁰⁵, quando viu essa cena, ligou a sirene da ambulância, acelerou e tentou ganhar uma passagem interna, de onde poderia recolher os feridos. Uma corrente, porém, impedia o acesso por ali.

Alguns rapazes levantaram a corrente, mas a sirene impedia a passagem da ambulância. Sob fogo cerrado, um dos rapazes foi baleado no braço. Hélio pediu que se abrigassem, abriu a porta do carro, saiu, reparou no trajeto até a Portaria 57 e arrancou para lá de marcha à ré.

¹⁰⁴ Conforme CANDIDO, 2008, p. 80.

¹⁰⁵ Para reconstituir essas cenas, priorizamos os depoimentos presentes nos inquéritos policiais, instaurados para apurar os fatos dos próprios envolvidos (MINAS GERAIS, 1963-1965; MINAS GERAIS, 1964).

Ali resgatou Yukio Hayakawa, José Vilas Novas e outros três feridos, saiu pela Portaria 57, com a sirene ligada, passou perto dos policiais, que ainda atiravam, alcançou a rodovia e foi disparado rumo ao ambulatório.

● ●

Um soldado atirava na cabeça dos operários em fuga.

– E aí, desgraçados! Está tinindo ou está zunindo? – dizia com uma mistura de ódio e sarcasmo.

Outro soldado agarrou um trabalhador e ordenou:

– Corre, vagabundo!

– Não vou correr! Você vai atirar em mim!

Como o policial apontou o revólver para a cabeça do operário para atirar, o rapaz obedeceu e começou a correr. Alguns passos depois, sentiu o impacto da bala nas costas que o jogou para frente e caiu ensanguentado.

O tenente Jurandir ordenou cessar fogo. Mandou que todos subissem no caminhão e recarregassem suas armas. Correu para a boleia e sentou-se ao lado de Rosalino. A fuzilaria parou. Mas, mesmo assim, alguns soldados atiravam contra um e outro trabalhador que ousavam se aproximar.

Valter Volpato aproveitou a pausa para socorrer um colega caído à sua frente. Quando o virou, o homem estava morto. Virou-se para trás para ver se avistava seu irmão. Levantou-se e caminhou no sentido oposto ao caminhão, a procurá-lo. Quando estava a uns 70 metros do caminhão, tomou um tiro nas costas. A bala lhe atravessou o peito. Olhou para baixo e viu o sangue jorrar. Ainda assim, continuou a andar, trôpego, na esperança de encontrar o irmão. Poucos passos à frente, perdeu as forças e deitou-se no chão.

–Vamos embora! Depressa! Depressa! – gritou com Antônio Carlos de Oliveira, o motorista.

O homem tentava ligar o caminhão, mas o motor não pegava. Jurandir desceu correndo do caminhão e, com ajuda de alguns soldados, começou a empurrá-lo.

Nessa hora, alguns trabalhadores se aproximavam e jogaram muitas pedras contra os policiais. Eram pedras contra tiros. O soldado Sebastião Cândido, um dos que mais atiraram contra os operários, tomou uma forte pedrada na cabeça enquanto empurrava o caminhão. Caiu zozno no chão:

– Vou morrer! Vou morrer! – gritava.

Alguns soldados o pegaram e carregaram até a carroceria.

Quando o caminhão finalmente pegou, Antonio Carlos acelerou o máximo que pôde. Alguns soldados, ajoelhados sobre a carroceria, continuaram a atirar contra as figuras humanas que corriam para todos os lados.



O jipe que conduzia o capitão Robson seguia em alta velocidade em direção à Portaria 57 quando cruzou com o caminhão, disparado em sentido contrário na rodovia, trazendo policiais que atiravam adoidadamente. O capitão levantou-se no jipe. Gritava e gesticulava freneticamente para que a tropa cessasse fogo, mas não adiantava.

Na altura do Escritório Central, as balas quebravam as vidraças. Moças, em crise nervosa, gritavam e se jogavam no chão.



Antonieta já estava próxima do Escritório Central quando ouviu, como que em explosão de boiada, um forte alarido: uma manada de gente correndo desesperada em sua direção fugia em pânico.

– Corra, dona! Corra! Estão atirando! Estão vindo para esse lado! – gritou um operário em fuga.

Instintivamente, agitou-se para um lado e para o outro, procurando onde se abrigar, mas não havia lugar. Virou-se para correr também quando um balaço lhe atingiu pelas costas, jogando-a no chão com a filha.

O projétil atravessou seu corpo, entrou na coxa esquerda da menina e varou na nádega até o outro lado, abrindo na região um buraco de 8 centímetros de diâmetro. O fêmur da criança ficou dilacerado.

Antonieta voltou a si, agarrada com a menina, e dois rapazes as colocaram em um jipe. Enquanto rumavam em velocidade máxima para a Casa de Saúde Santa Terezinha, no centro, a mulher gritava desesperadamente para que o Senhor salvasse sua filha.



Alvino Felipe corria dos tiros nas imediações do Escritório Central, mas uma bala certa lhe atingiu a nuca e abriu um clarão de um centímetro e meio de diâmetro em sua cabeça, até varar-lhe a testa. Com a violência do tiro, o homem caiu no chão agonizando.

Perto dali, o empregado da Usiminas, Sebastião Tomé, também fugia do tiroteio quando um tiro, pouco abaixo da nuca, arrasou sua cabeça. A bala dilacerou seu dedo mínimo da mão direita, atravessou sua coluna cervical e saiu na face direita. O operário caiu ensanguentado no chão e morreu imediatamente.



Já perto da estação ferroviária, Antônio José dos Reis, empregado da empreiteira Convap, pensava que conseguiria escapar enquanto corria. Mas tomou um tiro nas costas, entre a escápula e o pescoço, que o lançou para frente.

A bala fez um buraco em direção à sua cabeça e dilacerou-lhe parte da coluna cervical, o céu da boca, os ossos do rosto, do maxilar e do nariz, até sair pelo outro lado. Seu corpo sem vida ficou jogado no chão, mergulhado em sangue.

● ●

Sob ordem oficial, João de Deus deu meia volta e passou a seguir o caminhão. O capitão continuou a gritar e a gesticular atrás da tropa, mas o tiroteio só parou quando o caminhão chegou a Bom Jardim, próximo ao quartel.

● ●

Pouco depois, o médico Emílio Gomes Fernandes, que passava de fusca na área do conflito, avistou José Nascimento, seu conterrâneo, caído a pedir socorro. Parou, colocou o homem em seu carro e seguiu para a Casa de Saúde Santa Terezinha, da qual era um dos sócios.

O fotógrafo foi entrevistado pela imprensa e interrogado na casa de Saúde. Vendeu suas fotos ao jornal Correio de Minas e ficou feliz de saber de sua repercussão pelo mundo afora. Estava bem de saúde e esperava voltar logo para casa.

Santa Terezinha não era de fato um hospital, mas uma clínica com pouca estrutura. Diferentemente de outros feridos que foram levados para lá e transferidos em seguida para o Hospital Siderúrgica ou para Belo Horizonte, José Isabel ali ficou até falecer no dia 17 de outubro.

● ●

Quando as rajadas de metralhadoras foram ouvidas na portaria em que Serrinha se encontrava, houve grande tumulto. Pouco depois, começou a chegar a notícia de que a polícia atirou em muita gente no portão do almoxarifado. Havia muitos mortos e feridos.

Vários veículos começaram a passar por ali, em direção à Casa de Saúde Santa Terezinha, abarrotados de feridos. Muitos operários, de bicicleta, a pé, do jeito que dava, entravam na usina e tomavam o caminho em direção ao Horto para ver o que de fato acontecera.

Os equipamentos da usina que ainda estavam em funcionamento pararam. Tudo se desligou simultaneamente. Serrinha inferiu que haviam desligado a chave geral que conectava a Usiminas à usina hidrelétrica de Salto Grande. Como isso, todas as instalações da Usiminas ficaram sem energia elétrica.

O povoado de Ipatinga não ficou no escuro. Naquela época, o comerciante Raimundo Anício Alves, vereador pela UDN em Coronel Fabriciano, detinha concessão para fornecer energia ao distrito. Desde 1953, quem quisesse ter luz em casa, tinha que pagar as tarifas elevadas cobradas pelo comerciante.

A energia era produzida por dois motores e distribuída por uma rede precária, que era continuamente espiçada para atender à demanda crescente. Quando a Cemig chegou, em 1965, e arrancou a fiação de Raimundo, ele já tinha ganhado muito dinheiro com o

negócio.

Zé Serrinha sabia que o apagão na Usiminas provocado por seus companheiros poderia causar danos irreparáveis em equipamentos da empresa. O aço em processo de fundição, por exemplo, poderia se solidificar no alto forno e destruí-lo. Havia outros equipamentos muito sensíveis à falta de energia, como a coqueria¹⁰⁶ e a fábrica de oxigênio.

O que mais o preocupou, no entanto, foi constatar que, sem energia, o atendimento dos feridos poderia ser prejudicado.

– Gente, deixa eu entrar. Sem luz, nossos companheiros internados no ambulatório correm risco de vida – disse aos colegas que o ajudavam a bloquear a portaria.

Serrinha montou em sua bicicleta e foi à subestação. Um grupo de engenheiros tentou impedir que entrasse naquele setor.

– Aonde é que você vai? – gritou um deles.

– Não é da sua conta. Fiquem na sua! – respondeu irritado o electricista. Os homens foram atrás dele.

Serrinha abriu alguns painéis e acionou os geradores que alimentavam o circuito elétrico de emergência. Quando os engenheiros viram que os motores voltaram a funcionar, ficaram aliviados e cumprimentaram o operário.

O homem subiu na bicicleta e foi para o Horto¹⁰⁷.



Quando Geraldo Ribeiro, o padre Avelino e os rapazes que participavam da reunião chegaram à Portaria 57, o cenário era de total desolação. Havia corpos estraçalhados de bala, homens agonizando sobre poças de sangue, gente tentando se arrastar, gente pedindo socorro.

Muitos trabalhadores fugiram e deixaram seus pertences para trás. Diversas marmitas caídas pelo chão, algumas abertas com a queda, reluziam contra o sol. Um silêncio surdo atribuída àquilo tudo ares de pesadelo.

Como as ambulâncias não davam conta de carregar todo mundo, os feridos passaram a ser colocados nas carrocerias de caminhões, que saíam lotadas rumo ao Hospital Siderúrgica, em Coronel Fabriciano.

Estupefatos, aqueles homens ficaram alguns segundos imóveis, sem saberem o que fazer. Depois, passaram a ajudar no socorro às vítimas. Encontraram várias pessoas mortas, a maioria com furos de bala na cabeça.

106 As coqueiras são grandes estruturas ligadas ao alto-forno que, por meio de temperaturas elevadíssimas, extraem gases presentes no carvão mineral e os transformam em coque, substância com teor de carbono superior a 85%, indispensável à produção do aço.

107 Seção conforme CHAVES, 2012; CHAVES, 2013.

José Horta, que voltara à cena depois que o tiroteio cessou, estava por ali assombrado com tanta gente morta e ferida. Darcy Monteiro viu, no calor do momento, pelo menos cinco corpos sendo transportados na carroceria de um caminhão.

O Amigo, que também chegava nesse momento, garante que contou 18 corpos¹⁰⁸. Pensou em buscar sua câmera em casa no Candangolândia para fotografá-los, mas achou que até que fosse e voltasse, já não estariam mais ali.

Geraldo Ribeiro entrou em sua rural e saiu em direção ao aeroporto de Timóteo, a fim de passar um rádio para Belo Horizonte e informar a tragédia às autoridades.

Zé Serrinha chegou pouco depois e também ficou atônito com o cenário macabro em frente à portaria. Viu, entre os que jaziam mortos, um conhecido, o operário Gilson Miranda, da EBSE Engenharia.

● ●

Omar estava no quartel quando ouviu o tiroteio. Logo em seguida, saiu dali a rádio patrulha, com sirene ligada. Minutos depois, apareceu o caminhão com a tropa de Jurandir, com Rosalino ao lado do oficial na boleia, e um jipe vinha atrás com o capitão, o sargento e os dois cabos, acompanhado da rádio patrulha.

Robson Zamprogno não saiu do jipe. Ficou debruçado sobre o painel, chorando. Omar se aproximou dele.

– Que diabos aconteceu?

– Eu não mandei apenas praças, mandei um oficial para evitar besteiras e acontece uma merda dessas! – disse o capitão, debulhando-se em lágrimas.

Os soldados que participaram do tiroteio, aos risos, contavam vantagem. Um dizia que derrubou tantos, outro falava que derrubou outros tantos, uma absoluta paranoia. De repente, perceberam que uma multidão de trabalhadores começava a cercar o quartel pelos morros. O capitão ordenou que tomassem posição de defesa¹⁰⁹.

Omar telefonou para Alfredo.

– Chefe, o que eu faço? Fico por aqui? Vou para Fabriciano?

– Vá para Belo Horizonte! Desapareça! – sugeriu o outro.

● ●

A Rádio Guarani, primeira a divulgar a carnificina, informava que a polícia acabara de metralhar trabalhadores em greve na Usiminas. Havia, segundo a emissora, sete mortos e dezenas de feridos. Esses números acabaram se repetindo na versão oficial sustentada pela

108 OUTRO Lado, 18 jul. 1993, p. 4.

109 Conforme VIEIRA, 1963; VIEIRA, 1963-1965; e XAVIER, 2013.

Usiminas e pelo governo do Estado, muito embora diversas testemunhas afirmassem que o número de mortos e feridos fosse muito maior.

● ●

José Augusto Schittini de Moraes, então com 11 anos de idade, descalço, de bermuda e sem camisa, jogava bola com os amigos perto de casa em Timóteo, quando ouviu a notícia do tiroteio pela Rádio Inconfidência.

Desesperado e chorando, porque o pai, Carlito Germano de Moraes, trabalhava na Usiminas, saiu andando em direção à empresa. No meio do caminho, cruzou com um ônibus. Ouviu gritarem seu nome. Aliviado, viu o pai, sujo e com as roupas rasgadas, descer de lá.

Ivo José da Silva, à época com 10 anos de idade, estava em aula no Grupo Escolar Pedro Calmon quando a professora veio dizer à turma que, por causa de um grande distúrbio em Ipatinga, todos seriam dispensados. No caminho de volta para casa, via, com espanto, caminhões e ambulâncias chegarem cheios de feridos (SILVA, 2013).

● ●

Mais ou menos no mesmo instante, o caminhão que trazia Xavier e sua tropa parava em frente à delegacia de Ipatinga, longe da Portaria 57. O tenente desceu com alguns soldados e encontrou dois presos na recepção, que tomavam conta da repartição.

– Cadê todo mundo? – perguntou o oficial.

– Só estamos nós aqui e os outros presos lá dentro.

– O que está acontecendo?

– Também não sabemos. Está tudo deserto por aqui e houve um tiroteio lá embaixo, no Horto.

Xavier e seus homens subiram novamente no caminhão e foram para o lugar onde teria ocorrido a confusão¹¹⁰.

110 A participação de Xavier nos eventos está conforme seu próprio depoimento (XAVIER, 2013).

No Escritório Central, o clima era de pânico. Algumas moças passaram mal e precisaram ser levadas ao ambulatório. Gil Guatimosim viu aproximar, pelos fundos, onde ficava o Departamento de Relações Industriais, um grupo de trabalhadores ferozes com machados, enxadas, foices e pedaços de pau.

Enquanto tentava acalmar esse grupo, que ameaçava fazer um quebra-quebra no prédio, outro ali penetrou pela entrada principal do Escritório Central carregando dois cadáveres. Os homens, descontrolados de raiva, entraram no departamento e colocaram o corpo de Sebastião Tomé sobre a mesa que supuseram ser de Gil Guatimosim¹¹¹. O corpo de Alvin Felipe, deixaram no chão¹¹².

– O senhor mandou matar, o senhor come! – disseram os rapazes ao engenheiro.



Geraldo Ribeiro passava pela Portaria 57 e espantou-se. A área onde jaziam há pouco várias pessoas mortas e feridas estava agora completamente limpa. Parecia que nada tinha acontecido ali.

Seguiu para o Escritório Central e ajudou a tranquilizar os operários em alvoroço. Dizia que o melhor a fazer era aguardar a chegada das autoridades, que já tinham recebido a notícia do massacre em Belo Horizonte.

¹¹¹ Gil Guatimosim afirmou, em depoimento na comissão de sindicância interna para apurar eventuais responsabilidades funcionais pelo massacre, que a sala em questão era do “Dr. Sydney”, provavelmente advogado da empresa.

¹¹² Os operários, ao que tudo indica, carregaram apenas os corpos que encontraram ao longo da rodovia, nas proximidades do Escritório Central.

O sindicalista viu os dois corpos dentro da sala.

– Quedê os outros corpos? – perguntou Geraldo Ribeiro.

– Uai? Deixamos lá.

– Passei agora na portaria. Lá não tem nada. Tá tudo limpo!

Geraldo Ribeiro foi ao ambulatório, ali ao lado, para verificar o atendimento aos feridos. Entre tantos, chamaram-lhe a atenção um que tinha uma marca da bala que passou de raspão no pomo de adão e outro em que o tiro fez-lhe um risco no couro cabeludo, perpendicular à orelha¹¹³.



Para espanto de todos, estacionou ali perto do Escritório Central, naquele momento, um caminhão cheio de soldados. De relance, alguns pensaram que a tropa de Jurandir havia voltado, mas logo perceberam que se tratava de reforço que acabara de chegar. Era a tropa do tenente Xavier.

Os operários com seus machados, enxadas, foices e pedaços de pau partiam para cima dos soldados quando, à ordem do tenente, formaram-se em linha, de joelho, em posição de defesa, com revólveres, fuzis e metralhadoras em riste.

A multidão não se intimidou com as armas engatilhadas e continuava a marchar em direção à tropa, quando uma pessoa de roupas brancas adiantou-se e começou a gritar com os policiais:

– Pelo amor de Deus, vão embora daqui! Não chega a desgraça que vocês já fizeram? Vão embora! – implorava o médico Jair Abelha.

– Vocês já mataram muita gente aqui. Há mais de 20 mortos e mais de 300 baleados! Sumam daqui!

Nesse momento, chegou correndo Geraldo Ribeiro, gritando com os trabalhadores:

– Opa! Opa! Parem aí, fiquem quietos aí!

Em seguida, aproximou-se do caminhão e perguntou quem era o comandante. De repente, sobressai um homem alto e magro, de costeleta, sobranceiras muito grossas e cara de mau.

– Sou eu – disse Xavier.

Geraldo Ribeiro, exaltado, à frente da multidão, começou a gritar com ele, gesticulando:

– Vocês não podem ficar aqui! Sumam daqui!

Um soldado engatilhou ruidosamente o fuzil e mirou na cabeça do sindicalista.

– Dá a ordem, tenente, que estouro os miolos desse cabra!

– Mata! Mata mais um! Não vai fazer diferença! Vocês já mataram 30, 40, 50! Um a mais não vai fazer diferença nenhuma! – esbravejou o sindicalista.

O tenente Xavier estendeu a palma da mão ao soldado.

– Fique quieto!

– Ô moço, não te conheço, não sei o que você é e não sei o que está acontecendo em Ipatinga. Estou chegando de Valadares agora – disse o tenente Xavier.

Geraldo se aproximou, mais calmo, e relatou o que havia acontecido.

– E cadê os policiais?

Geraldo Ribeiro apontou o dedo para o alto do morro, atrás do Escritório Central, onde já estavam refugiados os soldados com medo de represália dos trabalhadores.

Jair Abelha explicou onde ficava o quartel. O capitão Robson deveria estar lá.

Xavier subiu com sua tropa no caminhão e partiu para a Fazendinha¹¹⁴.



No quartel, Xavier encontrou Robson Zamprogno aos prantos, debruçado sobre o volante da rádio patrulha. Os soldados de infantaria, que não participavam da linha de defesa montada para defender a área, estavam sentados no chão, prostrados.

O tenente Jurandir e os outros cavalarianos que participaram do tiroteio dançavam em círculo, com fuzis nas mãos, o que lembrava um ritual indígena.

Xavier foi até o comandante, fez continência, apresentou-se e perguntou o que havia acontecido. O capitão relatou a tragédia, disse que havia muitos mortos e feridos, mas que não houvera baixa ou ferimentos entre os soldados.

Outro militar explicou a Xavier que a tropa estava sitiada. Não havia energia elétrica, água, comida. Muitos ali estavam com sede e fome, desde cedo sem tomar café da manhã. Os populares bloqueavam as vias e não deixavam passar suprimentos para a tropa. Foi aí que o tenente viu, nos arredores, civis à espreita com machados, enxadas, foices e pedaços de pau.

Xavier assumiu o comando do contingente, ordenou que seus soldados furassem uma cisterna e organizou melhor a defesa do quartel.

Já depois da hora do almoço, para alento de todos, chegou ali o prefeito de Coronel Fabriciano, Cyro Cotta Poggiali, em uma caminhonete carregada de caldeirões de comida e água. O político conseguira atravessar o cerco percorrendo estradas vicinais.

Já por volta das 13 horas, desembarcou na estação de trem uma companhia proveniente do

6º Batalhão, comandada pelo capitão Jacinto Franco do Amaral, a quem Xavier repassou o comando provisório do policiamento de Ipatinga.



O estado de sítio enviado pelo presidente João Goulart ao Congresso na sexta-feira, dia 4, provocou um dos finais de semana mais tensos da história do Brasil. Um terço do Exército estava de plantão pelo país afora¹¹⁵.

O governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, em censura à iniciativa do presidente da República, publicou nota, distribuída pela imprensa, com o seguinte teor:

A vocação democrática de Minas só em casos extremos tolera regimes de exceção ou medidas de restrição às liberdades públicas e às garantias individuais.

Sem discutir a correta intenção dos que o propuseram, não estou convencido da necessidade do estado de sítio.

Minas encontra-se em perfeita paz, e o povo cuida apenas do seu trabalho.

As classes operárias vêm encontrando por via de conciliação em contato íntimo com o Governo, solução favorável às suas justas reivindicações.

Por outro lado, o Governo está em condições de manter a ordem no Estado, contando para isso com a nunca desmentida lealdade de nossas Polícias Militar e Civil, em perfeito entendimento com as forças federais sediadas em Minas.

Não me convenço igualmente de que a situação presente, por maiores que sejam as dificuldades a enfrentar, encontre solução no acréscimo do poder e da força, mas através do diálogo cordial e patriótico, que Minas prega e pratica¹¹⁶.

A chacina em Ipatinga teve repercussão instantânea na imprensa nacional e internacional e desmentia veementemente a nota em todos os seus termos. Era uma prova clara e cristalina de que a Polícia Militar estava, no mínimo, completamente despreparada para lidar com o movimento operário e não estava nem aí para as liberdades públicas e para as garantias individuais.

No dia 8 de outubro, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais instala uma Comissão Parlamentar de Inquérito, sob a presidência do deputado Geraldo Quintão (PSP), da região do Vale do Aço, para apurar a chacina do dia 7. Alguns dos principais personagens do episódio, como Geraldo Ribeiro e Robson Zamprogno, em breve seriam ouvidos pela CPI e, ainda, o presidente da Usiminas, Amaro Lanari Junior.

Magalhães Pinto correu para colocar panos quentes no conflito. Precisava passar à opinião pública a impressão de que o massacre havia sido um episódio isolado, de proporções menores do que parecia, e que a Polícia Militar, se tropeçou, tropeçou em legítima defesa.

¹¹⁵ Esta seção e as seguintes baseiam-se em depoimentos e entrevistas dos próprios envolvidos e em informações compiladas dos jornais da época.

¹¹⁶ FOLHA DE MINAS, Belo Horizonte, 5 out. de 1963, p.1

A engenharia da reação governamental era muito complexa porque, ao mesmo tempo, Magalhães Pinto tinha que assegurar à opinião pública que os incontestáveis excessos da operação policial seriam apurados com diligência e punidos com rigor.

O governador despachou para Ipatinga seus principais assessores da área de Segurança Pública. No começo da tarde, um jato da Líder Táxi Aéreo aterrissou em Acesita com o secretário de Segurança Pública de Magalhães Pinto, Caio Mário da Silva Pereira, e o comandante-geral da Polícia Militar, José Geraldo de Oliveira. Com eles, veio o diretor de Relações Industriais da Usiminas, José Raimundo Soares da Silva, com bom trânsito entre os operários.

Por volta das 14h30, começou uma reunião com os representantes do governador, da Usiminas e dos sindicatos dos Metalúrgicos e dos Rodoviários e da Associação dos Trabalhadores em Construção.

O prefeito de Coronel Fabriciano, Cyro Cotta Poggiali, o juiz da Comarca, Massilon Resende Teixeira, e o promotor, Orlando Milanez, compareceram ao encontro.

O magistrado, muito rigoroso em seu ofício, tornou-se persona *non grata* da Usiminas. A relação complicada com a empresa piorou ainda mais quando o juiz não foi convidado para participar da inauguração do alto-forno. Tempos depois, azedou de vez depois que Massilon determinou a condução coercitiva de um figurão da siderúrgica que faltou a uma audiência¹¹⁷.

O promotor, ao contrário, mantinha ótimas relações com a companhia. Gil Guatimosim disse, em entrevista nos anos 80¹¹⁸, que a Usiminas teve apoio total de Milanez e do prefeito, mas omitiu o juiz.

Uma multidão de trabalhadores e populares se aglomerava do lado de fora. Caio Mário pediu que as janelas ficassem abertas para que acompanhassem as negociações.

Gil Guatimosim relatou os acontecimentos do dia 6 até o tiroteio do dia 7 e garantiu que havia pedido o policiamento porque temia que os trabalhadores danificassem os carros que ficavam na garagem perto daquela portaria.

Geraldo Ribeiro, em alta voz, exibindo cápsulas de projéteis calibre 38 e 45 disparados contra os trabalhadores, disse que a operação da polícia militar foi “uma selvageria sem precedentes na história”. Exigiu punição exemplar para os culpados e que a Polícia Militar fosse retirada de Ipatinga.

Avisou que todos os metalúrgicos de Coronel Fabriciano e de Acesita estavam dispostos a deflagrar uma greve geral na região em solidariedade aos colegas de Ipatinga se essas reivindicações não fossem atendidas¹¹⁹.

¹¹⁷ Por determinação da fonte dessa informação, manteremos seu anonimato.

¹¹⁸ GUATIMOSIM, 1987, p. 5.

¹¹⁹ Essa articulação dos trabalhadores da Acesita com os da Usiminas por meio do sindicato, que foi bem manejada por Geraldo Ribeiro na reunião, mostrou-se um grande incômodo para ambas as estatais. A siderúrgica de Ipatinga já tramava um sindicato só para ela, que seria mais fácil de manobrar. Para instituir o que chamava de “sindicato privado”, a direção da Usiminas precisaria, antes, de trabalhar para a emancipação do distrito.

O secretário de segurança disse que o governador Magalhães Pinto determinara rigorosa apuração dos fatos e que os responsáveis por aquela barbaridade não ficariam impunes. Em seguida, leu o memorando do governador que recebera, mais cedo, com essas determinações.

Geraldo Ribeiro pediu o papel, foi lá fora e o leu diante da multidão:

“– Recomendo providências urgentes no sentido de restabelecer a ordem em Ipatinga, mediante ação direta do secretário de Segurança junto aos grupos em dissídio, a fim de que cessem os desentendimentos que provocaram os acidentes. Recomendo, ainda, a abertura de rigoroso inquérito para apurar as responsabilidades”.

Quando Geraldo Ribeiro terminou a leitura, a multidão aplaudiu ruidosamente.

O sindicalista apresentou ao secretário de Segurança uma proposta de acordo com quatro pontos: 1) Afastamento da Polícia Militar e a vinda de tropas federais para policiar a cidade; 2) extinção do corpo de vigilância e criação de outro, como o existente na Petrobrás, formado pelos próprios operários; 3) pensão para as viúvas dos operários mortos; 4) expulsão dos autores da chacina e abertura de inquérito rigoroso para punir os assassinos.

Caio Mário disse que não concordava com o primeiro item e pediu um voto de confiança à Polícia Militar e ao coronel José Geraldo de Oliveira, que estava ali com a incumbência de apurar os fatos e punir os responsáveis.

José Geraldo de Oliveira, em seguida, passou a falar. Lamentou a tragédia na portaria. Disse que era filho de operário e que em operário não se atira. Prometeu que prenderia Robson Zamprogno por suspeita de omissão e expulsaria e entregaria os policiais criminosos ao juiz e ao promotor de Fabriciano, ambos ali presentes.

No final, virou-se para Geraldo Ribeiro e demais lideranças metalúrgicas e reiterou o pedido de um voto de confiança à Polícia Militar, já apresentado por Caio Mário. Comprometeu-se a ficar no distrito para presidir o inquérito que mandaria instaurar contra os crimes de seus subordinados.

Geraldo Ribeiro pediu licença às autoridades e saiu para reunir-se, em outra sala, com lideranças do movimento e o prefeito de Fabriciano. Depois de algum tempo, voltou e disse que dariam um crédito à Polícia Militar e a seu comandante. Exigiam, porém, punição exemplar para o tenente Jurandir e a tropa que tomou parte na chacina.

Naquele mesmo dia, o coronel José Geraldo de Oliveira instaurou inquérito penal militar, sob a presidência do major Sílvio de Souza. Imediatamente, tomou-se o depoimento do tenente Jurandir.

O oficial garantiu que os operários atacaram a tropa com tiros, pedras, porretes e pontapés. Encurralados, os militares teriam lançado, sem sucesso, bombas de efeito moral contra a multidão. Para não serem linchados, os policiais atiraram para cima e correram para o caminho, que arrancou para o quartel sob tiros e pedradas.

Da boleia, o tenente teria visto alguns praças, que não saberia identificar, atirando contra a massa humana, que mais parecia “um bando de feras indomadas”.

● ●

No começo da noite, chegaram a Ipatinga o secretário de Trabalho de Magalhães Pinto, Edgar Godoy da Mata Machado, e o deputado estadual e sindicalista Sinval Bambirra, que veio como chefe da delegação do governador; ainda, o deputado estadual José Gomes Pimenta, o Dazinho, um dos principais sindicalistas do estado. A maioria das autoridades ficou hospedada no Grande Hotel de Ipatinga, que ficou lotado.

O presidente da Usiminas, Amaro Lanari Junior, também veio e assumiu a negociação dos aspectos trabalhistas do acordo que estava sendo costurado com os sindicatos. Luiz Verano, vice-diretor de Operações, tinha insistido para vir no lugar dele, mas Lanari não permitiu.

O nó nas negociações era a insistência em expulsar de Ipatinga a Polícia Militar. Exigiam que o distrito passasse a ser patrulhado por tropas do Exército.

Magalhães Pinto não podia admitir, de jeito nenhum, que forças federais comandadas por seu rival, o presidente João Goulart, assumissem o controle de Ipatinga.

O sistema de Segurança Pública precisava reter o controle total da situação para virar o jogo, colocar a culpa do massacre em comunistas e, ainda, usar o episódio como uma das justificativas para o golpe militar que já era tramado no Palácio da Liberdade, na Embaixada dos Estados Unidos e nos recônditos de alguns quartéis-generais pelo país afora.

● ●

No dia seguinte, por volta de 5 horas da manhã, o motorista da Usiminas, Laerte Abelha Lopes, chegava de Catalão, Goiás, com uma Scania, carregada de arroz para os restaurantes da siderúrgica, quando recebeu ordem de tomar um caminhão e ir à Santa Casa de Misericórdia, em Belo Horizonte, buscar uma carga urgente. Sem entender do que se tratava, entrou no veículo e partiu¹²⁰.

● ●

No mesmo dia, Antônio Carlos de Oliveira estacionou um caminhão em frente ao restaurante do SAPS no Horto, por volta das 7 horas da manhã, e entrou para buscar café da manhã para os policiais.

Alguns rapazes notaram que caminhão era o mesmo que havia transportado a tropa de Jurandir no dia anterior e começaram a esvaziar seus pneus. Outros procuravam o motorista do veículo.

Quando Antônio Carlos saía com parte da carga, viu, a certa distância, os pneus do caminhão murchos e uma turma que o procurava, voltou para dentro apressado. O gerente

do restaurante, Ormes Coutinho, veio ao encontro do motorista e o guiava para os fundos.

– Vou abrir aqui a porta dos fundos para você. Pegue uma carroça aí para qualquer lado e suma, senão vão te matar.

Antônio Carlos saiu e desapareceu.

Logo, chegaram ali uns rapazes correndo, procurando o motorista, e Ormes disse que não sabia onde estava.

O grupo saiu, pegou uns caixotes de tomate vazios, colocou na carroceria do caminhão, tiraram gasolina do tanque, espalharam sobre as caixas e a boleia e tocaram fogo. De longe se via o canudo de fumaça negra do caminhão em chamas que subia do Horto.

● ●

Entrementes, em Timóteo, Álvaro Nunes Teixeira chegou para pegar serviço na Carpintaria da Acesita. O chefe da seção apareceu e disse que havia 12 caixões para fazer o mais rápido possível. O carpinteiro estranhou, porque nunca antes fizeram tantos caixões de uma só vez.

Não havia funerária em Fabriciano, então os caixões eram feitos ali mesmo na carpintaria. Nas semanas em que não morria ninguém, não havia encomenda. Ele se lembra de ocasiões em que até três caixões foram encomendados de uma só vez, mas 12 caixões? Não, nunca pediram tanto.

Pegou os moldes, foi à mesa onde ficava a serra circular e começou a preparar a madeira. Pouco depois, pegou o primeiro caixão. Buscou o forro, ajustou dentro e pegou.

– Pronto! A primeira peça já foi.

● ●

Quando o fogo já se apagava, o padre Avelino apareceu por ali com duas ou três marretas.

– Aí: quebra o caminhão!

A multidão pegou as marretas, paus e picaretas e descarregaram seu ódio no caminhão, destruindo completamente o veículo¹²¹.

Naquele ritual de expiação e catarse improvisado em praça pública, alguém apareceu com um boneco de capacete, que a multidão identificou como soldado da cavalaria, e o incendiou como uma tocha.

Um gaiato avistou José Sales, o Forró do Juá, que assistia àquele espetáculo discretamente no meio do povo.

– Olha o X9 aqui, gente!

Forró do Juá saiu em disparada. Uma multidão furiosa, com revólveres, facas e pedaços de pau, pôs-se a persegui-lo. O homem, no desespero, invadiu a casa de número 193, na rua C, ali mesmo no Horto. Armado com uma faca imensa, o homem refugiou-se em um dos quartos. Os moradores da residência saíram assustados. Uma grande aglomeração formou-se ao redor.

Um repórter do jornal Estado de Minas conseguiu fechar um acordo com os populares. Forró do Juá seria preso por ele e entregue ao comandante-geral da Polícia Militar. Pouco depois, o jornalista saiu com o homem desarmado e foi entregá-lo ao coronel¹²².

Uma grande confusão tomou conta do Horto. Amaro Lanari, Edgar Godoy e outras autoridades foram até lá e organizaram um comício para tentar acalmar os trabalhadores.

Com habilidade, o presidente da Usiminas afirmou que não era correto colocar a culpa da chacina na vigilância da companhia, porque não foram seus elementos que atiraram na multidão.

Não podia dizer com todas as letras que a tropa mantida pela Polícia Militar em Ipatinga era completamente despreparada para lidar com uma manifestação operária, como a do dia 7, mas deixava esse diagnóstico implícito nas palavras bem escolhidas que dizia.

A partir daí, com tantas personalidades importantes dialogando com eles no calor do momento, e o próprio presidente da empresa não os incriminando, o clima de revolta entre os trabalhadores parecia arrefecer.

Ao final da tarde, os trabalhadores, apoiados pelos deputados Dazinho e, em menor medida, por Sinval Bambirra, fecharam acordo com o presidente da Usiminas e os representantes do governo do Estado.

Das exigências apresentadas, só não conseguiram substituir a Polícia Militar por tropas do Exército. A PM, porém, ficaria longe do bairro Santa Mônica e do Horto, e o policiamento nas demais áreas de Ipatinga seriam discretos.

Ficou acertado que a Usiminas substituiria o corpo de vigilância por outro, formado por voluntários selecionados entre os próprios operários. Além disso, seria constituída uma comissão mista, com representantes dos trabalhadores e da companhia, para solucionar problemas de moradia, alimentação, transporte e, ainda, definir os parâmetros para construção da subsede do sindicato em Ipatinga pela siderúrgica.

Quando chegou a Belo Horizonte, Amaro Lanari entregou o papel com os termos do acordo a Luiz Verano.

– Nós não deixamos você ir para lá para não se queimar no momento da negociação. Agora, você não tem que negociar. Tem que executar isso que está aí – disse.



José Geraldo de Oliveira chegou à Fazendinha, onde o continente de Ipatinga, incluindo o capitão Robson Zamprogno e os militares que participaram da chacina, estavam aquartelados, com parte dos reforços que chegaram ao distrito. Ordenou que ficassem todos em posição de sentido e deu-lhes voz de prisão a todos.

O sargento José Francisco, que estava no meio deles, deu um passo à frente e disse:

– Coronel Sargento José Francisco, escrivão da delegacia! Para quem passo as chaves da delegacia?

– Sargento, policial militar não pode ser escrivão de delegacia – contrapôs-se o comandante.

– Não, coronel. Pode sim. Eu nomeei alguns – interveio o secretário de Segurança.

Depois de esclarecer que não participou da operação na portaria, José Francisco foi liberado.

O tenente Jurandir, antes de seguir preso para a capital, pediu que levasse seu jipe particular, que ficava no quartel, e o escondesse na casa do promotor Orlando Milanez, seu amigo.

● ●

Eram 20h30. Laerte Abelha Lopes chegava de Belo Horizonte. Passou pela Portaria 57 e estacionou no almoxarifado. Raul Bretas de Alvarenga saiu e cumprimentou o motorista.

– E a nota fiscal?

– Está aqui – respondeu o motorista.

Raul recebeu o papel e repassou para outro funcionário conferir a mercadoria – 32 caixões e quatro tambores de sangue¹²³.

● ●

Às 21 horas, Raimundo Anício, o homem que fornecia a energia elétrica, estava no alpendre de sua casa conversando com alguns de seus amigos, que formavam a elite do distrito. Comentavam, certamente, os últimos acontecimentos. De repente, a luz acabou.

Um funcionário correu e foi checar o gerador. Estava funcionando.

Zé Serrinha, lá embaixo, em sua casa no Canaã, já dormia. À frente da agitação que ocorrera mais cedo no Horto, com Gabriel José Pereira e outros companheiros, chegara em casa cansado e desmaiou. De súbito, foi acordado com a notícia de que a turma estava pondo abaixo a cadeia pública.

– Uai? Isso não estava nos planos – pensou.

Montou em sua bicicleta e foi a Ipatinga – para ver o que estavam aprontando, como diziam na época¹²⁴.

123 Trecho conforme FREITAS, 2008, pp. 298-300.

124 Conforme SERRINHA, 2013.

● ●

Revoltados contra aquele palco de torturas, um grupo de mais de cem trabalhadores, de supetão, decidiu que não ficaria pedra sobre pedra da cadeia pública. A trupe começou a demolir a construção com marretas em meio a uma grande algazarra. No meio da noite escura, apareceram o tenente Xavier e alguns soldados com armas em punho e puseram todo mundo para correr.

O oficial soltou os presos que ali ainda estavam e tocou fogo no que restara da cadeia. Quando a imprensa chegasse para fotografar os estragos no outro dia, encontraria, basicamente, entulho e cinzas dos equipamentos de tortura.

Alguns revoltosos fugiram de Xavier em direção ao centro, para os lados da Casa de Saúde Santa Terezinha. Outros desceram para o Juá e ali encontraram mais sublevados, que aterrorizavam aquela baixada, em perseguição às amasias dos policiais. Queriam desferrar o massacre nessas prostitutas.

O tenente desceu com seus soldados e trocou tiros com esses insurgentes. Quando acabou o tiroteio, avançou à margem do Rio Ipanema e encontrou ali quatro homens mortos. E agora?

● ●

– Seu Raimundo! Seu Raimundo! Quebraram a cadeia pública! Agora estão falando que vão quebrar o Rei do Salgado!

Era um restaurante que fornecia marmitas. Provavelmente, os operários suspeitaram que o estabelecimento estivesse fornecendo alimentação aos policiais.

O comerciante pôs a mão na cabeça, sem saber o que fazer.

– Esses vândalos devem ter provocado um curto-circuito na fiação – adivinhou.

Após refletir um pouco, levantou-se, entrou na rural e foi à delegacia pedir ajuda ao capitão Jacinto Franco do Amaral.

– Capitão, incendiaram a cadeia e estão dizendo que vão incendiar também o restaurante! O senhor retirou o policiamento. Como vamos fazer agora?

O coronel José Geraldo havia determinado aos homens da Polícia Militar que não confrontassem os rebeldes para evitar novos incidentes. Não havia, por isso, policiamento nas ruas. Xavier agira por conta própria quando ficou sabendo do ataque à cadeia pública e sem conhecimento do capitão.

– Então, vamos! – disse Jacinto.

Rapidamente, ordenou que 16 praças com revólveres, fuzis e metralhadoras de mão subissem em um jipe, entrou na rural com Raimundo e saíram.

Quando se aproximavam da cadeia pública, encontraram-se com um grupo que vinha em sentido contrário, em grande agitação. Os jipes fizeram uma manobra rápida, cantaram pneus, e os soldados pularam com suas armas. Os operários se dispersaram e fugiram em direção ao Juá, onde se escondiam entre as barracas, ou, mais adiante, na mata às margens do rio.

O capitão foi com Raimundo verificar os danos na cadeia pública e encontrou o prédio destruído e queimado. Até esse momento, imaginava que o incêndio havia sido provocado pelos revoltosos. Mais tarde, tomou conhecimento da atuação de Xavier e de sua preocupação principal: a de não deixar que aquelas informações vazassem para a imprensa.

Os jornais chegaram a noticiar a destruição da cadeia e o tiroteio. Contudo, possivelmente instruídos e informados pelo Major Sílvio de Souza, não contaram a verdade. Todos apontaram os operários rebelados como responsáveis pelo incêndio na cadeia. Nenhum citou os homens mortos pela polícia.

Segundo o jornal *Diário da Noite* do dia 10, Caio Mário recebeu do major a notícia do incidente, mas o oficial não teria dado detalhes sobre mortos e feridos. No mesmo dia, o *Correio da Manhã* divulgou que houve apenas ferimentos leves, e o *Correio de Minas* mencionou 15 feridos, mas assegurou que os policiais não fizeram uso das metralhadoras portáteis que conduziam.

Raimundo Anício, que só acompanhou a operação comandada pelo capitão Jacinto, garantiu que a polícia não atirou¹²⁵.



O major Sílvio de Souza, designado para presidir o inquérito contra os policiais envolvidos no massacre, fazia parte do serviço de inteligência da Polícia Militar. Coube a ele acobertar a ação desastrosa do tenente Xavier que, se viesse a público, poderia colocar todo o esforço de apaziguamento a perder.

Por sua desobediência, secretamente, o tenente Xavier foi imediatamente preso e enviado de volta a Governador Valadares a bordo de um trem cargueiro da Usiminas.



Gil Guatimosim compareceu com José Raimundo à missa celebrada em memória dos mortos do dia 7. Enquanto meditava, apareceu um desconhecido.

– Doutor Raimundo, o senhor precisa colocar na rua o doutor Gil Guatimosim e o doutor Makoto Inoue!

– Vou providenciar.

Mal o homem saiu, e Gil Guatimosim virou-se para José Raimundo e perguntou:

– Que história é essa?

– Gil, é preciso ter um cristo para essa história.

– Mas logo eu?

Gil Guatimosim foi afastado. Voltou a Belo Horizonte e ficou na geladeira até dezembro. A partir de janeiro, foi enviado de volta a Ipatinga, mas ficou sem função até 31 de março.

Luiz Verano, contudo, voltou a Ipatinga logo após o massacre, orientado a atender às demandas dos trabalhadores sempre que possível. Geraldo Ribeiro passou a ter acesso irrestrito à sala do vice-diretor de Operações. Nenhuma reclamação do sindicato ficava sem resposta. Nas palavras do sindicalista, a Usiminas “abriu as pernas”.

Como previsto no acordo, confiou ao sindicato a organização de um corpo de vigilantes voluntários, formado pelos próprios operários, que ficaria encarregado da segurança da usina por 60 dias, até que a companhia formasse uma vigilância de alto nível, aceitável pelos trabalhadores.

A Usiminas designou Paulo Fernandes Soares de Oliveira para chefiar a Vigilância. No cargo, ele, que já exercia certa influência entre seus colegas, ganhou projeção e se tornou uma das principais lideranças operárias na usina.

Antes do massacre, o trabalhador comum encontrava, nas portarias, vigilantes de cara amarrada, prestes a espancá-lo por qualquer motivo. Agora, quando os caminhões chegavam trazendo a turma, o operário encontrava ali seus próprios colegas de trabalho que, com sorriso aberto no rosto, acenavam com um “joia”.

A sensação geral foi que, nesses 60 dias, apesar da vigilância camarada, o índice de furtos na usina era baixíssimo. Vez ou outra, os vigilantes voluntários apreendiam um ou outro objeto nos pertences de alguém.

Os incidentes, porém, envolviam, na maior parte das vezes, pessoas da chefia ou terceiros que saíam da área da usina em veículos. Nenhum trabalhador queria passar a vergonha de ser flagrado pelo próprio colega com coisas da empresa nas portarias.

Os delegados do Sindicato dos Metalúrgicos ganharam da companhia um carro zero para seus deslocamentos. Tudo que pediam, ganhavam. Geraldo Ribeiro até estranhou tanta benevolência.



O inquérito penal militar, instaurado contra os 19 policiais que participaram do tiroteio do dia 7 de outubro, foi encerrado em 4 de novembro.

O major Sílvio Souza afirmou no documento que “os lamentáveis acontecimentos” iniciados na Portaria 57 da Usiminas, que culminaram com oito mortos e 78 feridos, possivelmente não tinham “paralelo na história policial do estado”. O número de mortos e feridos, de

acordo com depoimentos, é muito maior. Há um número indeterminado de desaparecidos, incluídos pelo menos quatro trabalhadores mortos em tiroteio com a polícia e jogados no Rio Ipanema no dia 8. Somados os citados nominalmente no relatório e os relacionados pela própria Usiminas, chega-se a 93 feridos. Esse número inclui apenas as vítimas com ferimentos mais graves, que foram internadas em estabelecimentos hospitalares da região e aquelas que, internadas ou não, foram citadas ou inquiridas no inquérito militar.

A menina Ângela Eliana Martins, baleada no colo da mãe, faleceu no mesmo dia na Casa de Saúde Santa Terezinha, onde também faleceu, no dia 17 de outubro, o fotógrafo José Isabel do Nascimento, fechando a conta de oito mortos.

Os policiais, conforme o relatório, trataram os trabalhadores do Chicago Bridge “de maneira desumana, não condizente com os nossos foros de civilização”¹²⁶.

O relatório, porém, abriu brechas para a defesa dos policiais. Primeiramente, alegou-se falha nos registros, que não especificava quais armas exatamente foram usadas por cada um dos policiais. Apontou-se, apenas, o tipo de arma que cada um dos militares utilizava.

A única certeza é que o único fuzil-metralhadora presente na cena do crime estava em poder do soldado Moacir Gomes de Almeida, e isso não foi possível ocultar.

Do depoimento de Gil Guatimosim Júnior, destacou-se o trecho em que o engenheiro apontava infiltração de comunistas e presença de agitadores entre os trabalhadores.

Na parte essencial, na definição do que teria causado o tiroteio, o major afirmou que ficou provado que vários trabalhadores jogaram pedras na polícia e que, quando a tropa foi cercada pela multidão, “tudo o levava a crer” que houvera um tiro isolado. O relatório deixa implícito que somente após o disparo efetuado por alguém do meio da multidão contra a tropa é que esta começou a atirar.

Poucos dias depois, em 29 de novembro, o subcorregedor Newton Nogueira Campos entregou ao Secretário de Segurança Pública o relatório do inquérito instaurado pela Polícia Civil de Minas Gerais, mais amplo, porque cobria também as agressões da madrugada do dia 7, e muito mais contundente, porque descartava, até com certa ironia, a versão apresentada pelos acusados. Nesse relatório, lia-se:

Bem mais felizes que as vítimas [8 mortos e dezenas de feridos] dos disparos dos milicianos foram os soldados Oswaldo Ferrarez de Castro, Sebastião Campelo de Oliveira, Argentino Teodoro Tavares, Moacir Gomes de Almeida e José Gomes Vidal, que tiveram apenas partes de seu fardamento perfurados por tiros vindos da multidão (sic), sem contudo serem eles próprios alvejados (...).

Resalte-se que os policiais alegaram que o caminhão que usaram foi incendiado no dia seguinte pelos interessados para fazer desaparecer os vestígios das pedradas e dos tiros que

*os atingiram. Entretanto, Antônio Carlos de Oliveira, motorista do veículo, disse que o mesmo não apresentava nenhuma perfuração, tendo apenas um pequeno amassamento na cobertura metálica da cabine e que apenas três pedras encontrou na carroceria*¹²⁷.

O subcorregedor, ao final, posicionou-se pelo processamento da ação penal contra os policiais perante o Tribunal do Júri, no caso, o de Coronel Fabriciano. Havia, na ocasião, dúvidas sobre o órgão competente para julgar crimes contra a vida cometidos por militares.

A Constituição da República de 1946 previa que a competência para julgamento de crimes dolosos contra a vida era obrigatoriamente do Tribunal do Júri¹²⁸. Entre as exceções a essa regra, havia os crimes dolosos contra a vida cometidos por militares, que eram processados e julgados pela Justiça Militar.

O Supremo Tribunal Federal, na época, considerava que os crimes cometidos por policiais militares dos estados não eram crimes militares¹²⁹, porque esses policiais se subordinavam a delegados civis.

Para essa corte, o crime militar só poderia ser cometido pelo militar das Forças Armadas ou das polícias militares dos estados no exercício de atribuições próprias das forças armadas, como em tempos de guerra. Portanto, os policiais militares não estavam sujeitos à jurisdição da Justiça Militar.

Entretanto, a Lei Federal nº 4.162 de 1962 ampliou o conceito de crime militar para incluir aqueles cometidos pelos policiais militares estaduais. Newton Nogueira Campos considerou que essa legislação não era válida, porque estava em contradição com a Constituição da República.

Em 26 de novembro de 1963, a pedido do promotor da Justiça Militar, Geraldo Costa Guerra, o juiz-auditor Christovam Colombo dos Santos Sobrinho enviou um ofício ao corregedor-geral da Polícia Civil, Zaluar de Campos Henriques, requisitando, com base na Lei nº 4.162 de 1962, os autos do inquérito policial.

Entretanto, em 22 de novembro, o Supremo Tribunal Federal considerou a lei inválida e determinou que, por força da Constituição, os policiais militares estaduais estavam, em regra, sob jurisdição da Justiça Comum, e não da Justiça Militar¹³⁰.

O foro especial prevaleceria apenas se o policial militar cometesse o crime no exercício de atividades militares típicas, que são aquelas desempenhadas normalmente pelas Forças Armadas.

127 ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte, 30 nov. 1963, p.1

128 Constituição de 1946, art. 141, § 28: "É mantida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, contanto que seja sempre ímpar o número dos seus membros e garantido o sigilo das votações, a plenitude da defesa do réu e a soberania dos veredictos. Será obrigatoriamente da sua competência o julgamento dos crimes dolosos contra a vida."

129 *E.g.* SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *Conflito de Jurisdição* 2732. Rel. Min. Ribeiro da Costa, Pleno, Jul. 6. Jul. 1962.

130 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *Conflito de Jurisdição* 2800. Rel. Min. Ribeiro da Costa, Pleno, Jul. 22. nov. 1963, Pub. DJ 18 Jun. 1964.

Ainda segundo a decisão, o policiamento ostensivo nas ruas e as atividades policiais desempenhadas sob direção de delegados de polícia não tinham natureza militar. Esse entendimento foi consolidado na Súmula 297 do tribunal em 13 de dezembro de 1963¹³¹.

Três dias depois, o promotor de Justiça Militar, Geraldo Costa Guerra, ofereceu denúncia contra os 19 policiais à Justiça Militar, em Belo Horizonte. Eximiu Robson Zamprogno, que não havia sido indiciado em nenhum dos dois inquéritos. Omitiu também Rosalino, que havia sido indiciado nos dois.

Caio Mário se posicionou no sentido de que a competência era da Justiça Comum, mais exatamente do Tribunal do Júri, e o inquérito foi enviado ao juiz Massilon Teixeira em Coronel Fabriciano.

Dessa forma, dois processos sobre o mesmo fato passaram a tramitar simultaneamente e, em razão da Súmula 297 do STF, parecia que o de Coronel Fabriciano iria prevalecer.

Nenhuma das investigações, porém, apurou a denúncia de uma legião de testemunhas, como padre Avelino, Darcy Monteiro e José Horta, que afirmaram terem visto muito mais do que 7 mortos no dia 7 de outubro.



A situação em Ipatinga, naquele período, ainda não estava completamente normalizada¹³². Não havia, praticamente, policiamento nas ruas. A colônia japonesa no distrito começou a fazer pressão pela volta da polícia. A insegurança era muito grande.

Reservadamente, o comando da Polícia Militar começou a formar, em Belo Horizonte, uma tropa de elite para policiar Ipatinga quando a poeira baixasse. Foram selecionados homens dentre os mais qualificados da corporação que, até o final de 1963, foram treinados para realizar patrulhamento conforme as melhores práticas então conhecidas.

Os rapazes do Santa Mônica não admitiam que policiais militares aparecessem no bairro, nem mesmo no Horto.

Certo dia, apareceram na casa paroquial do Horto alguns oficiais, emissários do coronel José Geraldo de Oliveira. Padre Avelino os recebeu e começaram a conversar.

– Como estão as coisas? – quis saber um deles.

– Ah! Ninguém quer saber de soldados aqui, não.

– É, mas não pode ficar sem soldado, não. Viemos cá para resolver isso. O governador Magalhães Pinto exigiu do Comando-Geral uma solução. Não pode ficar assim.

– Então, como é que vai ser?

131 Súmula da Jurisprudência Predominante do Supremo Tribunal Federal – Anexo ao Regimento Interno. Edição: Imprensa Nacional, 1964, p. 133.

132 Seção conforme MARQUES, 2005, e XAVIER, 2013.

– Eu não sei como fazer isto aí. A aceitação imediata não tem, não. O que vocês estão querendo fazer?

– É preciso estudar uma estratégia para a polícia voltar a tomar conta da área.

Avelino sugeriu aos oficiais que trouxessem ao Horto uma banda de música da Polícia Militar para quebrar a resistência à corporação.

Dias depois, a banda apareceu. Os músicos militares, com uniformes de gala, se posicionaram em frente à Igreja Nossa Senhora da Esperança, do meio-fio para dentro, por orientação do padre, e começaram a tocar marchinhas, coisas do folclore nacional.

Os transeuntes, meio ressabiados, ficaram de longe. Os moradores foram abrindo as janelas, saindo para as calçadas, para verem o que era. As crianças começaram a se aproximar. Algumas eram puxadas de volta pelos pais. Alguns militares à paisana caminhavam no meio do povo para ouvir o que falavam.

Depois de algum tempo, uma aglomeração formou-se ao redor da banda. Parecia o começo do fim da animosidade entre a Polícia Militar e os moradores.

Após o massacre de 7 de outubro, Ipatinga tornou-se uma das fronteiras da disputa entre esquerda e direita. De um lado, reunia forças, com Magalhães Pinto à frente, a reação ao movimento operário. De outro, elementos de vários espectros da esquerda procuravam se capitalizar com a tragédia de outubro, aliciando os trabalhadores.

A economia do Brasil se deteriorava rapidamente. A inflação subia sem controle, e o endividamento, que vinha dos tempos de Juscelino Kubitschek, sufocava as finanças do país.

Após a retirada do pedido de estado de sítio, o Governo Goulart ficou completamente desmoralizado. O episódio minou a credibilidade do presidente diante dos altos comandantes das Forças Armadas que ainda o apoiavam.

Por outro lado, o simples fato de ter enviado a proposta queimou Jango com boa parte das esquerdas. Dali em diante, o Governo Goulart, que já estava completamente desorientado no campo da economia, ficou perdido também no campo político.

Anos mais tarde, Caio Prado, um dos grandes intelectuais da esquerda na época, avaliou que a desordem administrativa no final do “inepto Governo Goulart”, marcado por “oportunismo demagógico”, naquele momento altamente favorável à maturação do processo revolucionário brasileiro, só fazia propiciar o golpe da direita.

Para o historiador, os erros de Jango “permitiram à reação encobrir seus verdadeiros propósitos, e iludir boa parte da opinião pública, com o pretexto da salvação do país do caos que parecia iminente. E levar essa opinião, senão ao apoio, ao menos à aceitação passiva do golpe”¹³³.

A radicalização de Goulart a partir dali, com acenos de que faria as reformas de base de qualquer

jeito, começou a despertar a desconfiança sobre suas reais intenções. Estaria o presidente disposto a dar um golpe e instaurar um regime comunista no Brasil?



No início de 1964, o tenente Xavier foi designado delegado especial de Ipatinga. A tropa preparada pela Polícia Militar para policiar o distrito chegou e passou a ser comandada pelo oficial.

Com a mediação do padre, as primeiras duplas de soldados começaram a patrulhar o Horto. No começo, vieram desarmados. O Santa Mônica, porém, continuava sem nenhum policiamento.

Na mesma época, assumiu a segurança da Usiminas sua nova vigilância, formada, em sua maioria, por jovens com ginásio e bem preparados para relacionamento com o público. Não se assistiam mais aos rompantes, grosserias e violências de antes. Mas, o que os trabalhadores ganharam de um lado, perderam do outro.

A Vigilância agora era chefiada por Carlos Frederico Castro e Silva Fassheber, capitão do Exército já na reserva. Outros dois reservistas do Exército vieram compor essa nova vigilância, o major Manoel Gonçalves da Costa e o General Elcino Lopes Bragança, que era quem, de fato, mandava na seção. Esses três militares tinham em comum o ódio inveterado por comunistas e a mania de enxergar conspiração comunista em tudo.

Benedito Lopes Bragança, primeiro-tenente da Aviação Militar do Exército Brasileiro, irmão de Elcino e do também general José Lopes Bragança, fora morto no Rio de Janeiro, em novembro de 1935, durante a Intentona Comunista. Não lhes faltava, então, um motivo especial para detestar tudo que se relacionasse ao comunismo.

José Lopes Bragança, que fundou e presidiu o Círculo Militar de Belo Horizonte, uma associação de oficiais ativos e da reserva do Exército, estava na linha de frente nos preparativos para derrubar João Goulart.

Os novos gestores da Vigilância da Usiminas, afinados com Polícia Militar e com a banda do Exército brasileiro contrária a Jango, passaram a fazer uma verdadeira caça às bruxas contra os líderes do movimento de 7 de outubro.

A estratégia incluía criar factóides para vender à opinião pública - com suporte da imprensa conservadora, tendo os jornais dos Diários Associados à frente - e a mentira de que o movimento fora tramado por comunistas que agora estavam entrincheirados no Forte de Santa Mônica.

Formou-se uma rede subterrânea de espionagem, muito mais sofisticada que a anterior a outubro de 63, com vigilantes da própria Usiminas e elementos do serviço secreto de órgãos de segurança do estado de Minas Gerais e das Forças Armadas.

Espiões infiltraram-se entre os trabalhadores, não apenas para colher informações, mas

também para insuflar as massas operárias e debitar a intranquilidade na conta de comunistas.



Ainda no final de outubro de 1963, com a iminência da derrocada do Governo Goulart, o agora deputado Leonel Brizola começou a difundir discursos inflamados pela Mayrink Veiga, cadeia de emissoras de rádio que passou a controlar naquele ano; o deputado federal da Guanabara convocava a população para se organizar em Comandos Nacionalistas.

Esses comandos ficaram conhecidos como Grupo dos Onze ou, simplesmente, Gr 11. Assim como os times de futebol, teriam, cada um, 11 integrantes, dentre eles, um líder, um vice-líder e um secretário-tesoureiro.

Os líderes de 11 desses grupos formariam uma célula de segundo grau. Onze líderes dessas células de segundo grau formariam uma célula de terceiro grau, e assim por diante. Essa rede de apoio, subordinada ao líder máximo Leonel Brizola, defenderia a realização das reformas de base e estaria pronta para pegar em armas para reagir a um golpe de Estado da direita.

Os membros dos GRs 11 recebiam orientações de Brizola pelo rádio e também se correspondiam pelo correio. A resistência estava sendo preparada só no discurso. As armas viriam depois, mas nunca vieram.

Gabriel, Zé Serrinha, Alfredo, Rufino da Silva Neto e outros líderes operários atuantes na área da Usiminas aderiram ao Grupo dos Onze e começaram a promover o movimento. As células se proliferaram rapidamente em Ipatinga.

O Amigo, por conta própria, ensinava aos companheiros mais próximos táticas de guerrilha e como construir bombas caseiras. Em sua casa, mantinha uma mala cheia de material suspeito.

Entre os operários, porém, ninguém levava o Amigo muito a sério. Alguns passaram a pensar que ele era meio atrapalhado das ideias. A peãozada queria mesmo era melhorar suas condições de vida no emprego.



Zé Serrinha aderiu ao Grupo dos Onze, principalmente, para fortalecer a Supra (Superintendência de Política Agrária) e ajudar a viabilizar a reforma agrária¹³⁴.

Em outubro de 1962, João Goulart assinou a lei que criou a Supra¹³⁵ para, basicamente, fomentar a justa distribuição da propriedade e condicionar o seu uso ao bem estar social. Até o final de 1963, porém, sob pressão ferrenha das elites agrárias, a Supra tinha desapropriado apenas 15 áreas.

134 Conforme SERRINHA, 2012; SERRINHA, 2013.

135 Lei Delegada nº 11, de 11 de outubro de 1962.

O entusiasmo de Zé Serrinha pela reforma agrária não tinha nada a ver com a doutrina comunista. Tal posicionamento resultou da experiência de vida desse operário no interior de Minas. Assisti às grandes usinas desapossar lavradores e desestruturar famílias inteiras, gerações inteiras que, mal ou bem, ali sobreviviam.

E Serrinha não era o único que tinha esse sentimento. A maioria dos operários da Usiminas era gente oriunda do meio rural e nunca conseguiu entender por que em um país continental como o Brasil era tão difícil conseguir um pedaço de terra para trabalhar.



O grupo de Santa Mônica, com forte apoio de Rufino da Silva Neto, passou a discutir, desde o início de 1964, uma pauta de reivindicações a serem apresentadas à Usiminas em reuniões na subseção do sindicato, uma casa no Horto¹³⁶.

Na verdade, apenas uma sala da casa servia à subseção. Em assembleia, os trabalhadores decidiram ceder o restante do imóvel ao operário Antônio Alves Assis Diniz, marido da secretária do sindicato.

As reuniões começavam na sala. Mas, depois, as conversas continuavam nas outras dependências, entre um café e outro. Por fim, ninguém mais sabia onde terminava a subseção do sindicato e começava a residência de Antônio.

No final de janeiro, chegou-se a uma lista com 17 itens. Entre outras demandas, os trabalhadores exigiam 30 minutos de tolerância para pegar serviço, sem prejuízo no salário; a extinção do transporte privativo dos chefes de serviço e de departamento; doação de 3 mil lotes aos operários; e um aumento salarial imediato de 40 mil cruzeiros, mais 30 mil cruzeiros a cada trimestre.

Os metalúrgicos de Acesita haviam obtido um aumento de R\$ 30 mil cruzeiros. Os da Usiminas queriam suplantá-lo. Para se ter uma ideia dos valores, o salário mínimo, que era de 21 mil cruzeiros até janeiro de 1964, dobrou a partir de fevereiro.

Ficou acertado em assembleia que, se a Usiminas não acatasse essas reivindicações, os trabalhadores entrariam em greve. Geraldo Ribeiro tentava demover os operários. Achava que a greve, com essa pauta, fracassaria. Entretanto, foi voto vencido. Dessa vez, ao contrário do que ocorrera na assembleia de 9 de setembro de 1963, a posição mais incisiva de Gabriel José Pereira prevaleceu.

Abertamente, o Amigo ameaçava forçar a empresa por meio da greve, mas secretamente ventilava alternativas mais radicais. Mostrou a companheiros mais próximos, como os irmãos Zé Serrinha e Raimundo Serrinha, como construir bombas que poderiam ser utilizadas se a situação se agravasse.

Também falava em derrubar uma das torres que sustentavam os cabos de energia que

ligavam a Usiminas a Salto Grande e na explosão dos gasômetros, que tinham capacidade de 70 mil metros cúbicos. Serrinha e quase todos os outros operários achavam que Gabriel estava alucinado. Aquilo deveria ser alguma sequela da Segunda Guerra.

Não queriam destruir a usina, até porque tiravam dali o sustento de suas famílias. Buscavam apenas melhorar as condições de trabalho que pioraram muito com a inflação acelerada que assombrava o país.

A ideia de pressionar a empresa pela distribuição de lotes era muito simpática. Fazer greve para forçar a medida era aceitável. Explodir a usina? Ah, isso era demais!

A siderúrgica não concordou com as reivindicações e ofereceu um aumento de 28 mil cruzeiros. Os trabalhadores não aceitaram e entraram em greve a partir de 24 de fevereiro¹³⁷.

Tertuliano, Pau de Arara, Gabriel, Paulo Fernandes, Julio Calvo, Spyridion e outros personagens do dia 7 de outubro estavam em ação novamente. Magalhães Pinto, escaldado com o 7 de outubro, interveio na crise e prometeu tentar uma solução junto ao Governo Federal em 72 horas.

Geraldo Ribeiro e dois dos líderes do movimento, Helio de Oliveira Soares e Jose Fernandes de Siqueira, o Jorge, foram recebidos, em seguida, pelo governador em Belo Horizonte. Magalhães Pinto ligou para o Ministro do Trabalho, Amaury de Oliveira e Silva, no Rio de Janeiro, e marcou com ele uma audiência com a comissão no mesmo dia.

Acompanhados pelo Secretário de Trabalho de Minas, Edgar Godoy da Mata Machado, os três homens voaram no avião do governador para o Rio de Janeiro. Depois de muita espera, só com o café da manhã no estômago, foram recebidos pelo ministro lá pelas 10 horas da noite.

Amaury disse que não tinha competência para atender as reivindicações dos trabalhadores. Por outro lado, deu um banho de água fria na comissão quando informou que a contraproposta de reajuste apresentada pela Usiminas estava acima do teto estipulado pelo Conselho Nacional de Política Salarial, que ele mesmo presidia.

A comissão voltou a Ipatinga arrasada com a notícia desalentadora. Geraldo Ribeiro deu a notícia aos trabalhadores com um puxão de orelhas:

– Eu avisei!

A greve parecia fadada ao fracasso. As lideranças mais extremistas, que atendiam pelos nomes de Gabriel José Pereira e José Batista Braga, ameaçavam radicalizar. Magalhães Pinto pediu mais 48 horas de prazo. Geraldo Ribeiro e alguns líderes da greve foram tentar uma solução com o diretor de Relações Industriais, Luiz Verano.

Diante da resistência do engenheiro em atender às reivindicações dos grevistas, o operário

137 Data provável. Geraldo Ribeiro e outros entrevistados sobre o assunto não se lembram da data exata, nem foram localizados documentos com essa informação. O certo é que a greve eclodiu após o dia 20 e antes do dia 29 de fevereiro.

João Batista Braga, bastante irritado, esbravejou que, se a Usiminas não cedesse, ele próprio explodiria o gasômetro. Verano, rindo, respondeu:

– Você é muito ingênuo, rapaz. Esse gasômetro é a coisa mais segura na usina. É impossível explodi-lo.

O fato é que depois disso, no dia 27 de fevereiro, após quatro dias, a greve foi encerrada sem que as reivindicações fossem atendidas. Além do aumento de 27 mil cruzeiros¹³⁸, conseguiram, basicamente, o pagamento dos dias parados e a garantia de que os líderes da greve não seriam punidos. O sentimento entre os trabalhadores, sobretudo de seus líderes, era de completa frustração, mas o pior ainda estava por vir.

No dia 29, o diretor comunicou à sede administrativa da Usiminas, em Belo Horizonte, que existia um plano para dinamitar a usina em Ipatinga. Os croquis desse plano estariam escondidos na casa de Antônio Alves de Assis Diniz.

A alta direção da empresa em Belo Horizonte determinou que o delegado Francisco Pereira Xavier preparasse um “dispositivo de segurança” para evitar o ataque. O tenente Xavier, segundo o Departamento de Vigilância Social, teria apreendido os documentos bombásticos e os remetido ao Departamento de Vigilância Social. O oficial, porém, afirma que não se lembra de nada, e os documentos nunca apareceram.



Logo depois, o tenente Xavier decidiu que aquela história de Forte de Santa Mônica teria que acabar. Tomou uma viatura e foi à sede do Sindicato dos Metalúrgicos, em Timóteo¹³⁹.

– Geraldo, aconteça o que acontecer, eu vou ter que entrar no Santa Mônica –, disse o oficial ao presidente da entidade.

– Uai? Isso é função sua, não do sindicato – respondeu o outro.

Xavier contou ao sindicalista que havia relatos de baderna no Santa Mônica e que precisava voltar a policiar o bairro.

– Isso é problema seu, não do sindicato – repetiu Geraldo Ribeiro.

– Sei que vou ter problema, mas preparei meus homens. Os operários podem cuspir na cara deles, que não vão reagir.

No dia 10 de março, à noite, dois policiais foram vistos próximos ao início da rua que dava acesso ao Santa Mônica, nas imediações da Cantina do Queda. As informações chegaram rapidamente aos alojamentos lá em cima.

Vários rapazes saíram de seus quartos, desconfiados de que a polícia tramava invadir seus aposentos e desarmar o Forte de Santa Mônica. A tensão começou a aumentar.

138 Não foi possível certificar, com exatidão, esse valor. O certo é que ficou pouco abaixo dos 28 mil cruzeiros oferecidos pela Usiminas.

139 Conforme RIBEIRO, 2013; e XAVIER, 2013. As versões foram conciliadas.

Uma comissão foi enviada lá embaixo para saber quais as intenções da dupla. O sargento disse que estavam apenas realizando policiamento normal. Mesmo assim, pouco depois, alguns rapazes deram tiros para intimidar os policiais, que não reagiram.

Geraldo Ribeiro estava em sua casa, no Olaria II, em Timóteo, quando o tenente Xavier bateu.

– Geraldo, ó! Houve um tiroteio em Santa Mônica e preciso entrar lá e prender quem atirou. Eu vim aqui chamar você para ir comigo. Se você for comigo, bom. Se não, eu vou assim mesmo. Vou ter que entrar lá.

O presidente do sindicato pensou que entrar no Santa Mônica seria barra. Se não fosse com o tenente, seria ainda pior.

– Eu vou lá com você, sim! Mas, tem uma coisa. Você não vai com viatura. A gente tem que subir lá no meu carro.

Menos de uma hora depois, a rural do sindicato entrou na rua de acesso ao Santa Mônica e começou a subir o morro, com Xavier no banco de passageiro. Em pouco tempo, como que formigas agitadas saindo do formigueiro, centenas de rapazes vieram para fora e cercaram o carro. Não era normal carro por ali desde outubro de 63, muito menos um carro com um homem fardado dentro.

Geraldo Ribeiro e o tenente, desarmado, desceram do carro.

– Eu vim aqui com o presidente do sindicato porque preciso ter uma conversa com vocês – anunciou Xavier.

Os rapazes fizeram um silêncio absoluto para ouvir o que dizia aquele oficial alto, magrelo e destemido, que muitos chamavam, jocosamente, de Xavier-Kid, por causa da arma que carregava em um coldre atado à coxa.

– Atiraram daqui contra dois de meus homens. Eu preciso levar preso quem atirou.

– Quem atirou, não conhecemos. Já sumiu daqui – disse um rapaz, com cara de paisagem, rompendo o silêncio.

– Então vocês vão me entregar a arma dele – disse o tenente que, com essas palavras, começava a esboçar um acordo que jamais foi pronunciado com todas as letras: a polícia não prenderia ninguém, nem forçaria a delação do atirador, desde que os rapazes que tivessem armas as entregassem.

Um gaiato entrou em um dos alojamentos, saiu de lá com uma arma e a deu ao oficial. Foi intimado por ele a depor na delegacia no dia seguinte, às 8 horas da manhã.

– Vocês ficam falando essa bobagem aí que ninguém entra aqui no Santa Mônica. Eu chamei o Geraldo para vir comigo porque não quero problema com vocês. Se o Geraldo não viesse, eu viria com meus homens.

Nenhum dos rapazes dava um pio.

– Agora eu quero fazer um desafio para mostrar que vocês não são de nada: venham jogar uma partida de futebol com meus homens. Nós vamos dar uma goleada em vocês.

Alguns dos rapazes, discretamente, sorriam uns para os outros.

– Se eu quisesse arregaçar vocês, eu iria lá embaixo e fecharia o registro de água. Essa caixa d’água não iria durar nem 48 horas. Além disso, eu bloquearia os acessos, e vocês não teriam como sair para se alimentar. Quando a água e a comida acabassem, vocês iriam descer tudo com a calça na mão.

Os rapazes se entreolharam embasbacados.

– Vocês estão vendo uns caras que aparecem mortos aí no asfalto? Aquilo não é atropelamento, não. Eu entro aqui no Santa Mônica na hora que eu quiser, e vocês não vão me impedir – finalizou o tenente.

O tenente Xavier abriu inquérito para descobrir as origens das armas em poder de rapazes do Santa Mônica e apreendê-las. Tertuliano foi ouvido no dia 13 de março. Afirmou que não estava presente no bairro no dia 10 de março e que nem ele nem seus colegas de quarto tinham arma.

Nesse mesmo dia, Xavier tomou o depoimento do encarregado dos alojamentos da Usiminas, Wilde José Correa, que deu ao tenente-delegado pistas que o levaram a desarticular um esquema de contrabando de armas para o Santa Mônica.

Revólveres e outros armamentos eram adquiridos por Antônio Pacheco da Silva, o Nico. O traficante dizia que seu fornecedor era capitão do Exército, que morava em Juiz de Fora. O contrabando chegava a um morador de Santa Mônica, José Augusto Bonincontro, empregado da Usiminas e primo de Nico.

Bonincontro começou vendendo meias para os colegas. Mas diante da demanda reprimida por armas no Santa Mônica, começou a atuar no comércio ilegal de armas.

No dia 20 de março, a manchete do jornal *Estado de Minas* notificava com grande estardalhaço que Xavier apreendera, no dia 19, uma grande quantidade de armas em Santa Mônica: dois mosquetões, quatro rifles Winchester, duas pistolas Parabellum, três espingardas, 16 revólveres novos e dezenas de garruchas.

O diário informou que Nico e Bonincontro foram presos por contrabando e omitiu que a maioria dessas armas foi entregue voluntariamente por parte dos 1286 moradores daquele complexo de alojamentos. Também não noticiou que o estranho tráfico de armas, supostamente, tinha origem na sede da Quarta Região Militar, em Juiz de Fora.

Após esse baque do mês de março de 1964, a glória do Forte do Santa Mônica chegou ao fim e surgiu uma contundente justificativa para refrear o movimento dos trabalhadores em Ipatinga e para – quem sabe? – desencadear o golpe militar.

Em Minas, esse golpe estava praticamente alinhavado no Palácio da Liberdade e nas unidades das Forças Armadas em Belo Horizonte e na IV Região Militar, comandada pelo General Olímpio Mourão Filho - o homem que escreveu o Plano Cohen e forneceu a Getúlio Vargas o motivo que faltava para o golpe do Estado Novo.

Na noite daquela sexta-feira, 13 de março, em que Xavier começou a tomar depoimentos na delegacia de Ipatinga, acontecia em frente à Estação Central do Brasil, Rio de Janeiro, um megacomício de João Goulart, com a presença de cerca 150 mil pessoas. Um aparato imenso do Primeiro Exército do Rio de Janeiro fazia a segurança das autoridades presentes¹⁴⁰.

Aquele evento prometia ser o marco da virada do Governo Jango, uma guinada definitiva à esquerda, uma tentativa desesperada do presidente para conseguir apoio das camadas populares e unir as esquerdas, sobretudo o CGT, o PCB¹⁴¹ e a UNE¹⁴².

O governo pretendia implementar de vez as reformas de base. Como era certa a resistência do Congresso, lançaria mão de poderes executivos e de plebiscitos para contorná-la.

Leonel Brizola, lideranças do CGT e elementos de proa do governo estavam presentes. Brizola, aliás, em discurso eletrizante, defendeu a substituição do Congresso Nacional por uma assembleia constituinte.

Chegou a vez de Goulart. Ao lado da primeira-dama Maria Teresa, o presidente subiu ao mesmo palanque de 1,60m usado por Getúlio Vargas e foi ovacionado pela multidão. Quando se fez silêncio, começou a falar.

Anunciou e assinou publicamente o decreto que nacionalizou as refinarias de petróleo privadas e o que empoderava a Supra. Esse último abria caminho para desapropriação de todas as propriedades que ultrapassassem cem hectares na faixa de dez quilômetros às margens das rodovias e ferrovias federais e as que medissem mais de trinta hectares nas zonas de irrigação dos açúdes públicos federais.

140 Conforme jornais da época.

141 Partido Comunista Brasileiro.

142 União Nacional dos Estudantes.

– Trabalhadores do campo poderão então ver concretizada a sua mais sentida e justa reivindicação, aquela que lhe dará um pedaço de terra farta para ele trabalhar. Aí, então, o trabalhador, com sua família sofrida, irá trabalhar para ele, porque até aqui ele trabalha para o dono da terra que ele aluga – bradou ele em trecho do discurso.

Também prometeu que o governo lutaria com todas as suas forças pela reforma da sociedade brasileira, não apenas pela reforma agrária, mas também pela reforma tributária, por uma reforma eleitoral ampla, pelo voto dos analfabetos, pela elegibilidade destes e dos praças.

Goulart concluiu o discurso antecipando que assinaria decretos para controlar os aluguéis e que, com a mensagem presidencial a ser encaminhada ao Congresso em 15 de março, enviaria projetos para a reforma tributária e para a reforma eleitoral.

O discurso como um todo, assim como as medidas anunciadas, deixaram atônita a grande parte da elite brasileira e vastos setores da classe média urbana. A decisão do governo de bancar o fim da inelegibilidade dos praças reconhecia, em certa medida, a justiça da Revolta dos Sargentos em agosto e chocou as cúpulas das Forças Armadas.

Os fatos mostrariam que o presidente falhou em unir as esquerdas, mas logrou sucesso em unir contra ele a direita.



Em 19 de março, dia de São José, padroeiro da família, cerca de 300 mil pessoas, entre elas Auro de Moura Andrade, presidente do Senado, e Carlos Lacerda, governador do Rio de Janeiro, foram às ruas de São Paulo.

A chamada Marcha da Família com Deus pela Liberdade foi organizada por católicos e apoiada pelo governador de São Paulo, Ademar de Barros, e pela Fiesp, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

A multidão saiu em passeata da Praça da República e seguiu até a Praça da Sé, onde foi celebrada uma missa pela salvação da democracia e distribuído o Manifesto ao povo do Brasil, que convocava a população a reagir contra João Goulart.

Em 20 de março, o chefe do Estado-Maior do Exército, Humberto Castello Branco, expediu um memorando interno em que criticava a radicalização do presidente no comício da Central do Brasil e invocava, frente aos indícios de golpe ventilados em 13 de março, o papel das Forças Armadas como guardião da ordem constitucional e das leis.

O ministro da Guerra, General Jair Dantas Ribeiro, fiel escudeiro de Jango e que poderia neutralizar as tramas de Castello Branco, internou-se na segunda, dia 23 de março, para fazer uma operação intestinal. Durante o procedimento, ocorreram complicações. A equipe médica informou à assessoria do presidente que o general, na melhor das hipóteses, receberia alta em 30 dias.



No dia 25 de março à noite, quarta-feira da Semana Santa, contrariando o Comandante da Marinha, Almirante Silvio Motta, cerca de 2 mil marinheiros comemoravam, no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, dois anos da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB).

Estavam presentes também diversos líderes sindicais e estudantis, o deputado Leonel Brizola e o marinheiro João Cândido Felisberto, líder da Revolta da Chibata, de 1910.

Antes de partir para passar o feriado prolongado em São Borja, João Goulart pedira ao ministro da Justiça, Abelardo de Araújo Jurema, que o representasse no encontro que, segundo os líderes do CGT, congregaria mais de 20 mil marinheiros.

Jurema, no entanto, entendeu que era temerária sua presença naquela clara manifestação contra o ministro da Marinha. Apesar da insistência de Darcy Ribeiro, chefe da Casa Civil, para que fosse ao evento, ficou em casa.

O jurista ficou grudado ao telefone, recebendo informes de seus emissários na sede do sindicato. Também fazia de tudo para convencer o cabo José Anselmo dos Santos, presidente da AMFNB, a cancelar o encontro.

O ministro da Justiça disse ao dirigente que o almirante Motta já havia concordado com algumas das exigências da associação, como o reconhecimento de seu estatuto, com pouquíssimas alterações, o direito ao casamento, a faculdade de vestir-se à paisana fora do serviço e a melhoria dos salários. Também reiterou que o almirante se mantinha irredutível na decisão de mandar prender Anselmo e os outros 11 dirigentes da AMFNB se a reunião fosse realizada.

Não adiantou. O cabo Anselmo subiu à tribuna e abriu o encontro com um discurso muito contundente. O marinheiro posicionou-se, sem rodeios, quanto à polarização política que assombrava o país.

– A verdade deve ser dita. Quem, neste país, tenta subverter a ordem são os aliados das forças ocultas que levaram um presidente ao suicídio, outro à renúncia, e tentaram impedir a posse de Jango e, agora, impedem a realização das reformas de base; quem tenta subverter são aqueles que expulsaram da gloriosa Marinha o nosso diretor, em Ladário¹⁴³, por ter colocado na sala de reuniões um cartaz defendendo o monopólio integral do petróleo; quem tenta subverter a ordem são aqueles que proibiram os marujos do Brasil, nos navios, de ouvir a transmissão radiofônica do comício das reformas.

E prosseguiu.

– Somos homens fardados. Não somos políticos. Não temos compromissos com líderes ou facções partidárias. Entretanto, neste momento histórico, afirmamos o nosso entusiástico

143 Referência à base fluvial da Marinha do Brasil no município de Ladário, no Mato Grosso do Sul.

apoio ao decreto da Supra, ao da encampação da Capuava e demais refinarias particulares, e ao do tabelamento dos aluguéis. Aguardamos, aliados ao povo, que o Governo Federal continue a tomar posições em defesa da bolsa dos trabalhadores e da emancipação econômica do Brasil.

Após essa profissão de fé no Governo Goulart, o cabo Anselmo convenceu os marujos presentes a se manifestarem e a permanecerem no recinto, em assembleia permanente, até que o comandante da Marinha voltasse atrás na decisão de prender os dirigentes da associação se a reunião fosse realizada e atendesse às reivindicações dos marinheiros.

Em cumprimento à ameaça, o almirante despachou um destacamento de fuzileiros navais para prender a diretoria da AMFNB. Os militares, porém, com apoio do comandante-geral do Corpo de Fuzileiros Navais e do contra-almirante Cândido da Costa Aragão, chegaram ao encontro e aderiram à insurgência.

Castello Branco, que acompanhava atentamente a crise, difundira entre seus camaradas das Forças Armadas que a demissão do comandante da Marinha seria a senha para o golpe contra o presidente.

Na noite de quinta-feira, 26, João Goulart, que voltava às pressas do Rio Grande do Sul para tentar resolver a crise, proibiu que tropas do Exército em volta do prédio o invadissem. Desautorizado, Sílvio Mota pediu demissão do cargo. Após consultar a liderança do CGT, Jango nomeou o almirante Paulo Mário Rodrigues para seu lugar. O ministro da Justiça passou quase toda aquela noite em conferência com os dois almirantes.

Na sexta-feira, já com o presidente no Rio de Janeiro, o ministro do Trabalho, Amauri Silva, mediou um acordo com os amotinados, que abandonaram o prédio do sindicato e foram em seguida presos e conduzidos a um quartel em São Cristóvão. O novo ministro da Marinha, contudo, concedeu-lhes anistia ampla e foram, imediatamente, libertados. Na semana seguinte, apuraria eventuais responsabilidades.

Essa liberalidade, porém, revoltou grande parte da cúpula das Forças Armadas. Muitos dos generais mais moderados acabaram por se convencer também de que João Goulart tinha que ser detido antes que fosse tarde demais.

O cabo Anselmo continuou sua militância até 1971; nesse ano, mudou de lado e passou a delatar seus companheiros da esquerda à repressão militar. Há muitas evidências de que já era um agente infiltrado desde os tempos da revolta dos marinheiros. Suspeita-se que tinha a missão de insuflar os praças e ajudar a criar as condições para o golpe¹⁴⁴.

Essa estratégia também foi utilizada pelos golpistas em Ipatinga.



Minas, com Magalhães Pinto, Rio de Janeiro, com Lacerda, e São Paulo, com Ademar de Barros, e as cúpulas das Forças Armadas iam fechando o cerco contra o presidente¹⁴⁵.

O fiel da balança, naquela altura, era o comandante do Segundo Exército, sediado em São Paulo, o gaúcho Amaury Kruel, que fora ministro de Guerra de Jango até 15 de junho de 1963. Legalista, o general mantinha-se reticente quanto à deposição do presidente. No dia 29, quando os rumores do golpe chegavam ao clímax, Kruel liga para Goulart e dá um aviso ao presidente com contornos de ultimato: ou ele dissolvia o CGT e renunciava à esquerda subversiva ou perderia o mandato.

– Não posso também deixar de lado as forças populares que me apoiam.

– Então, Presidente, nada podemos fazer – resignou-se o general.

No dia 30 de março, a arrancada para o golpe começava em Minas Gerais. Após entender-se com o governador do estado, o general Carlos Luís Guedes, comandante da IV Infantaria Divisionária, com sede em Belo Horizonte, às 20h30, anuncia a seus subordinados, em uma reunião emergencial, que havia se rebelado contra João Goulart.

Em seguida, madrugada adentro, articula a estratégia para derrubar o presidente com seus colegas de força, os generais João de Faria e José Lopes Bragança, e o coronel da Força Aérea Brasileira, Emílio Montenegro Filho.

O general Bragança começa a convocar civis para a revolução às 4 horas da manhã, após Magalhães Pinto ser consultado no Palácio da Liberdade e ratificar seu apoio ao movimento e colocar à disposição dos generais os 18 mil homens da Polícia Militar. Ainda de madrugada, o deputado Sinval Bambirra é preso.

Às 7h30 da manhã, chamado pelo governador, o comandante da Base Aérea de Belo Horizonte, coronel Afrânio da Silva Aguiar, chegava ao Palácio da Liberdade. Depois de uma hora de reunião, Magalhães Pinto conseguia a adesão do oficial.

Determinava imediatamente ao comandante-geral da Polícia Militar, o coronel José Geraldo de Oliveira, que organizasse a defesa de pontos estratégicos do Estado. Logo em seguida, tropas da PM eram deslocadas para a fronteira.

O general Guedes, que já começara a movimentar as tropas para confrontar o Primeiro Exército no Rio de Janeiro, falava ao telefone com o general Olímpio Mourão Filho, comandante da Quarta Região Militar, por volta das 9h30, e depois se dirigia à população, pelo rádio, para anunciar a revolução, seus motivos e ideais.

No final da tarde, a Polícia Militar assumiu o controle dos meios de comunicação em Belo Horizonte, incluindo telefonia, correios e a imprensa. Às 20 horas, Magalhães Pinto anuncia a revolução em cadeia nacional.

145 Trecho conforme SKIDMORE, 2003; AMORIM, ALFREDO, NICOLAU, 1964; e jornais da época.

Os apoiadores de Jango tentavam resistir, mas de forma muito desorganizada. O CGT conclamou greve geral em todo o Brasil. José Fernandes de Siqueira estava no Rio de Janeiro e, com outros diversos sindicalistas, condenava o golpe pelas ondas da Rádio Nacional. Em um apelo dramático, aquele rapaz de 22 anos convocava seus colegas da Usiminas a aderirem à greve geral. Os trabalhadores da siderúrgica mineira não atenderam à convocação. Aliás, apenas paralisações esparsas aconteceram pelo país afora.

Acuado, João Goulart fugiu no dia 1º de abril do Rio de Janeiro para Brasília e, dali, para o Rio Grande do Sul. Na mesma noite, o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, declarou vaga a presidência. Em 4 de abril, Jango pediu asilo político ao Uruguai. Brizola ainda se escondeu na fronteira até passar ao território uruguaio no final daquele mês.

Passava de meia-noite, já no dia 1º de abril. Geraldo Ribeiro, deitado no escuro, estava com o ouvido colado no rádio. De repente, escutou um carro que parava em frente à sua casa. Desconfiado, desligou o aparelho. Era o tenente Xavier¹⁴⁶.

O sindicalista fingiu que acabara de acordar de um sono profundo. O tenente perguntou se ele estava a par dos acontecimentos.

– Que acontecimentos?

Xavier contou sobre a revolução e tirou do bolso um papel do serviço de telégrafo da Usiminas, em que se lia: “Prender todos os sindicalistas da região”. Geraldo sentiu que o oficial desenvolveu alguma afeição por ele, talvez em razão de sua moderação à frente do sindicato. Naquele diálogo surdo, Geraldo entendeu que o tenente não tinha o que fazer, mas não teve coragem de prendê-lo. O tenente ainda falou alguma coisa, depois entrou na viatura e foi embora.

Às 2 horas da madrugada, o delegado foi ao JM-17, no Santa Mônica, acordou e prendeu Tertuliano. O rapaz foi levado à delegacia e instalado em uma cela próxima ao necrotério. Não foi torturado, a não ser pelo cheiro que exalava do corpo de uma prostituta suicida¹⁴⁷.

Na manhã seguinte, policiais bateram na casa de Zé Serrinha. O operário, alheio aos fatos, tinha ido ao cartório registrar como Leonel Brizola o filho que acabara de nascer. Quando voltava, foi advertido por colegas e buscou refúgio no sindicato em Timóteo.

Geraldo Ribeiro sondou Xavier, perguntou se havia prendido o operário. O tenente respondeu que não, e deu a entender que a ordem que tinha era para liquidar “aquele comunista”.

146 Conforme RIBEIRO, 2013; XAVIER 2013.

147 Conforme TERTULIANO, 2013.

O sindicalista voltou a Timóteo, pôs Serrinha na rural e sumiu com ele em uma cidadezinha próxima. Dias depois, o homem conseguiu se entregar, de forma negociada, ao Departamento de Vigilância Social em Belo Horizonte¹⁴⁸.

Gabriel foi preso pelo delegado no dia 2 de abril, enquanto trabalhava. Outros líderes do grupo do Santa Mônica e diversos ativistas de outras correntes que atuavam na Usiminas foram presos logo nos primeiros dias de abril. O movimento operário em Ipatinga foi completamente debelado sob o regime militar.

Certamente por não ter se filiado ao CGT e por ter ajudado Xavier a entrar no Santa Mônica, Geraldo Ribeiro não foi preso. Entretanto, em 9 de junho de 1964, recebeu notificação de intervenção do Regime no sindicato. Foi afastado do cargo e impedido de concorrer em eleições sindicais.

Além disso, perdeu, em seguida, o emprego na Acesita e não pôde mais trabalhar em nenhuma siderúrgica porque não conseguia o exigido Atestado de Antecedentes Políticos e Sociais. Sem opção, acabou aprendendo eletrônica por correspondência e passou a viver do conserto de rádio e televisão.

Enquanto os líderes do movimento de 7 de outubro eram presos e demitidos, Gil Guatimosim foi promovido a vice-diretor de Operações, cargo que era ocupado por Luiz Verano, que passara a diretor comercial.

Em 8 de março de 1965, a Justiça Militar de primeira instância, tendo como base, sobretudo, os depoimentos de ex-vigilantes da Usiminas e do sargento José Francisco de Oliveira, absolveu por quatro votos a um todos os policiais envolvidos no massacre do dia 7 de outubro. A conclusão foi que agiram em estrito cumprimento do dever legal e em legítima defesa.

Em 7 de maio, o Ministério Público Militar apelou contra a decisão. Argumentou que a tese de estrito cumprimento do dever legal e da legítima defesa, acatada pelo Conselho de Justiça, era absurda.

Lembrou que várias pessoas foram metralhadas indefesas quando procuravam fugir e citou o caso de Ângela Eliana Martins, o bebê que foi assassinado no colo da mãe.

O procurador-geral do Tribunal de Justiça Militar apresentou parecer em que defendeu que, pelo menos em relação aos assassinatos e lesões corporais perpetrados pela tropa ao longo da rodovia, já longe da portaria, os militares incorreram em excesso de legítima defesa e deveriam ser condenados por esses fatos. Essa posição prevaleceu no Tribunal de Justiça Militar, com os votos do coronel Antônio Barsante dos Santos e dos dois civis que integravam a corte, João Romeiro e Bolívar Tinoco.

Os coronéis Manoel de Araújo Porto, presidente do tribunal, e Eurico Paschoal mantinham a decisão de primeiro grau, pela absolvição.

Como a decisão não foi unânime, os advogados dos réus a contestaram com recurso de embargos infringentes. No segundo julgamento, todos mantiveram seus votos, exceto Bolívar Tinoco, que foi substituído por Antônio Carlos Vieira Christo, pai de Carlos Alberto Libânio Christo, frei Betto, que votou pela absolvição. Com isso, os autores do Massacre de Ipatinga ficaram impunes.



A convergência de interesses do Regime Militar, da elite local, do governador Magalhães Pinto e dos gestores da Usiminas levaram à emancipação de Ipatinga e Timóteo em 29 de abril de 1964.

Em 10 de julho, pouco depois de os militares assumirem o controle do Sindicato dos Metalúrgicos de Coronel Fabriciano, criou-se a Associação Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Ipatinga. Alberto Maciel Soares, preposto da Usiminas, assumiu a presidência da entidade.

O então presidente da República, Castello Branco, foi a Ipatinga entregar a carta sindical à associação no dia 1º de maio de 1965. Começa aí a história do sindicato dos metalúrgicos de Ipatinga, o Sindipa. Pouco depois, Jorge Noman Neto, topógrafo, homem ligado à direção da Usiminas e distante da luta operária em Ipatinga, assumiu a presidência do sindicato.

Durante uma das primeiras assembleias, em um de seus discursos mais emblemáticos, conclamou os trabalhadores a enterrarem os mortos de 7 de outubro e esquecerem o episódio. O silêncio sobre o massacre, que reinaria em Ipatinga por 20 anos, não foi fato do acaso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS}

162

ABELHA, Jair. In: MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça Militar. Processo n. 2.035, v. 1. 1963-1965, pp. 49-51.

ABREU, Marcelo de Paiva. Inflação, estagnação e ruptura: 1961-1964. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 197-212.

ALVES, Raimundo Anício. A comunidade. In: FRIZZERA, Jussara (org.). *Usiminas conta sua história*. Depoimentos. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1990. Entrevista concedida a Jussara Frizzera e Bernardo Mata Machado.

AMORIM, Oswaldo; **ALFREDO**, Luiz; **NICOLAU**, José. Magalhães, o herói da revolução. O CRUZEIRO. Edição extra. Rio de Janeiro, 10 abr. 1964.

BRAGA, Aylton. In: USIMINAS. Relatório da Comissão de Sindicância para apurar os lutosos acontecimentos de 7 de outubro. Ipatinga, 1963, pp. 79-80.

BRAGA, Augusto Pereira. In: USIMINAS. Relatório da Comissão de Sindicância para apurar os lutosos acontecimentos de 7 de outubro. Ipatinga, 1963, pp. 48-53.

_____. In: MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça Militar. Processo n. 2.035, v. 2. 1963-1965, pp. 261-265.

CABRAL, Elias Lage. In: USIMINAS. Relatório da Comissão de Sindicância para apurar os lutosos acontecimentos de 7 de outubro. Ipatinga, 1963, pp. 81-83.

CÂNDIDO, Carlos Alberto. *Japoneses no Vale do Aço*. São Paulo: Olhares, 2008.

CARVALHO, Jurandir Gomes de. In: USIMINAS. Relatório da Comissão de Sindicância para apurar os lutosos acontecimentos de 7 de outubro. Ipatinga, 1963, pp. 127-137.

_____. In: MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça Militar. Processo n. 2.035, v. 1. 1963-1965, pp. 8-10;

_____. In: MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça Militar. Processo n. 2.035, v. 5. 1963-1965, pp. 105-119.

CARVALHO, José Horta de. *Entrevista concedida a Edvaldo Fernandes da Silva*. Ipatinga, 2 jul. 2012.

_____. *Entrevista concedida a Edvaldo Fernandes da Silva*. Ipatinga, 5 jul. 2012.

_____. *Entrevista concedida a Edvaldo Fernandes da Silva*. Coronel Fabriciano, 8 jan. 2013.

_____. *Entrevista concedida a Edvaldo Fernandes da Silva*. Coronel Fabriciano. 9 jan 2013.

_____. *Entrevista concedida a Edvaldo Fernandes da Silva*. Coronel Fabriciano, 20 jul. 2013.

CERQUEIRA, Cesar Eduardo Gino. In: USIMINAS. Relatório da Comissão de Sindicância para apurar os lutosos acontecimentos de 7 de outubro. Ipatinga, 1963, pp. 93-95 CHAVES, José Serrinha Deudith. Entrevista concedida a Edvaldo Fernandes. Ipatinga, 10 jul. 2012.

_____. *Entrevista concedida a Edvaldo Fernandes*. Ipatinga, 8 jan. 2013.

CHAVES, Raimundo Serrinha Pereira. *Entrevista concedida a Edvaldo Fernandes*. Ipatinga, 10 out. 2012.

DEMARTIN, Himilcon. *Entrevista concedida a Edvaldo Fernandes da Silva*. Vila Velha...

DINIZ, Lígia Garcia. *Viver em Ipatinga: olhares citadinos – cidadãos se fazendo na cidade (1958-1992)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998.

DUTRA, Leônidas Antônio. In: USIMINAS. Relatório da Comissão de Sindicância para apurar os lutosos acontecimentos de 7 de outubro. Ipatinga, 1963, p. 87.

FERNANDES, Emílio Gomes. In: MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça Militar. Processo n. 2.035, v. 1. 1963-1965, pp. 101-102.

FERRAZ, Lucas. Cabo Anselmo já era agente duplo em 64, dizem documento. Folha de S. Paulo, 21 mai 2012. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/44105-cabo-anselmo-ja-era-agente-duplo-em-64-dizem-documentos.shtml>. Acesso em 1 mar 2013.

- FERREIRA**, Marieta de Moraes (org.). *João Goulart: entre a memória e a história*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- CIRINO**, Antônio. In: USIMINAS. Relatório da Comissão de Sindicância para apurar os lutosos acontecimentos de 7 de outubro. Ipatinga, 1963, p. 73-75.
- FREITAS**, Geraldo Vinícius Ribeiro. *Entre divisas, divisores e um massacre: a emancipação da não construída cidade de Ipatinga-MG*. 2012. 166 f. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.
- FREITAS**, Marcelo. *Não foi por acaso: a história dos trabalhadores que construíram a Usiminas e morreram no Massacre de Ipatinga*. 1. ed. Belo Horizonte: Comunicação de Fato, 2008.
- FRIZZERA**, Jussara (org.). *Usiminas conta sua história*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1990.
- FUCHTNER**, Hans. *Os sindicatos brasileiros de trabalhadores: organização e função política*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- GUATIMOSIM JUNIOR**, Gil. In: USIMINAS. Relatório da Comissão de Sindicância para apurar os lutosos acontecimentos de 7 de outubro. Ipatinga, 1963, pp. 109-119.
- _____. In: MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça Militar. Processo n. 2.035, v. 2. 1963-1965, pp. 169-172.
- _____. A implantação. In: FRIZZERA, Jussara (org.). *Usiminas conta sua história*. Depoimentos. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1990. Entrevista concedida a Jussara Frizzera e Bernardo Mata Machado.
- GOFFMAN**, Erwing. *Manicômios, prisões e conventos*. Trad. Dante Moreira Leite. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- HOBSBAWM**, Eric J. *Os trabalhadores: estudos sobre a história do Operariado*. 2ed. Trad. Marina Leão Teixeira Viriato de Medeiros. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- KATO**, Hirokazu. O sócio japonês. FRIZZERA, Jussara (org.). *Usiminas conta sua história*. Depoimentos. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1990. Entrevista concedida a Jussara Frizzera e Bernardo Mata Machado.
- LANARI JÚNIOR**, Amaro. A realização. In: FRIZZERA, Jussara (org.). *Usiminas conta sua história*. Depoimentos. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1990. Entrevista concedida a Jussara Frizzera e Bernardo Mata Machado.
- LOPES**, Lucas. A criação da Usiminas. In: FRIZZERA, Jussara (org.). *Usiminas conta sua história*. Depoimentos. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1990. Entrevista concedida a Jussara Frizzera e Bernardo Mata Machado.

MARQUES, Avelino. In: USIMINAS. Relatório da Comissão de Sindicância para apurar os lutosos acontecimentos de 7 de outubro. Ipatinga, 1963, pp. 59-62.

_____. In: MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça Militar. Processo n. 2.035, v. 2. 1963-1965, pp. 94-98.

_____. *Entrevista concedida a Marilene Tuler Ramalho e Manoel Francisco Ramalho*. Venda Nova, 16 abr. 2005.

MELLO, Maurício. A organização. In: FRIZZERA, Jussara (org.). *Usiminas conta sua história*. Depoimentos. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1990. Entrevista concedida a Jussara Frizzera e Bernardo Mata Machado.

MORAES, José Augusto de. *Ipatinga Cidade Jardim*. 9 v., Ipatinga: ArtPublish, 2009.

NOHME, Alfredo. In: USIMINAS. Relatório da Comissão de Sindicância para apurar os lutosos acontecimentos de 7 de outubro. Ipatinga, 1963, pp. 39-47.

PACHECO, Gabriel A. Janot. A criação da Usiminas. In: FRIZZERA, Jussara (org.). *Usiminas conta sua história*. Depoimentos. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1990. Entrevista concedida a Jussara Frizzera e Bernardo Mata Machado.

PEREIRA, Carlindo Marques. *O Massacre de Ipatinga*. 1. ed. Belo Horizonte: Segrac, 1984.

_____. *Entrevista concedida a Edvaldo Fernandes da Silva*. Contagem, 12 out. 2012.

PEREIRA, Ligia Maria Leite; FARIA, Maria Auxiliadora de. *Amaro Lanari Júnior: pensamento e ação de um siderurgista*. Belo Horizonte: C/Arte, 2002.

PECONICK, Jayme de Andrade. A idealização. In: FRIZZERA, Jussara (org.). *Usiminas conta sua história*. Depoimentos. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1990. Entrevista concedida a Jussara Frizzera e Bernardo Mata Machado.

PINTO, Daniel Ferreira. *Entrevista concedida a Edvaldo Fernandes da Silva*. Ipatinga, 24 jan. 2013.

PINTO, Paulo. O aspecto social. In: FRIZZERA, Jussara (org.). *Usiminas conta sua história*. Depoimentos. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1990. Entrevista concedida a Jussara Frizzera e Bernardo Mata Machado.

PRADO JUNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PORTILHO, Jacy Fraga. In: USIMINAS. Relatório da Comissão de Sindicância para apurar os lutosos acontecimentos de 7 de outubro. Ipatinga, 1963, pp. 96-97.

RESENDE, André L. Estabilização e reforma: 1964-1967. In: ABREU, Marcelo de P.

A ordem do progresso: cem anos de política republicana. 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1989. p. 213-231.

RIBEIRO, Geraldo dos Reis. In: USIMINAS. Relatório da Comissão de Sindicância para apurar os lutosos acontecimentos de 7 de outubro. Ipatinga, 1963, pp. 88-90.

_____. *Entrevista concedida a Edvaldo Fernandes da Silva.* Timóteo, 13 jul. 2012.

_____. *Entrevista concedida a Edvaldo Fernandes da Silva.* Timóteo, 12 jan. 2013.

RODRIGUES, Rodir. In: USIMINAS. Relatório da Comissão de Sindicância para apurar os lutosos acontecimentos de 7 de outubro. Ipatinga, 1963, pp. 146-147.

RUEDA, Lenira. *Homens em Série: a história de Ipatinga contada por seus próprios personagens.* 2 v. Ipatinga: Prefeitura Municipal de Ipatinga.

SALLES, João Cláudio Teixeira. In: MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça Militar. Processo n. 2.035., v. 2, 1963-1965, pp. 167-168.

SAKURAI, Célia. *Os japoneses.* 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

SARAIVA, Teotônio. In: MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça Militar. Processo n. 2.035, v. 5. 1963-1965, pp. 20-27.

SCHIRM, Walfrido. In: USIMINAS. Relatório da Comissão de Sindicância para apurar os lutosos acontecimentos de 7 de outubro. Ipatinga, 1963, pp. 63-65.

SILVA, Raimundo Francisco da. In: USIMINAS. Relatório da Comissão de Sindicância para apurar os lutosos acontecimentos de 7 de outubro. Ipatinga, 1963, pp. 76-78.

SILVA, Ivo José da. *Entrevista concedida a Edvaldo Fernandes da Silva.* Brasília, 2 fev. 2013.

SOBRINHO, Pedro Mota. *Entrevista concedida a Edvaldo Fernandes da Silva.* Vila Velha, 24 fev. 2012 (por telefone).

SOARES, Daniel Miranda. O massacre de Ipatinga. *Cadernos do CEAS*, n. 64, Salvador-BA, nov/dez 1979, p. 38-46.

SOUZA, Paulo Roberto de. *Cultura, trabalho e conflitos em Ipatinga nos anos 60.* Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo.* 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

TERTULIANO. *Entrevista concedida a Edvaldo Fernandes.* São Paulo, 20 abr. 2013.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. O sindicalismo rural no Brasil, no rastro dos antecedentes. In: *Scripta Nova*, Barcelona, n. 15, 15 jan. 1998. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn-15.htm>. Último acesso em: 11 fev. 2013.

TULER, Marilene A. Ramalho. *Massacre de Ipatinga: mitos e verdades*. Belo Horizonte: O lutador, 2007.

_____. Ramalho. *Massacre de Ipatinga: mitos e verdades*. 2. ed. Belo Horizonte: O Lutador, 2010.

USIMINAS. *50 anos Usiminas*. Belo Horizonte: 2012.

VERANO, Luiz. A implantação. In: FRIZZERA, Jussara (org.). *Usiminas conta sua história*. Depoimentos. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1990. Entrevista concedida a Jussara Frizzera e Bernardo Mata Machado.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

VIEIRA, Omar Rodrigues. In: USIMINAS. Relatório da Comissão de Sindicância para apurar os lutosos acontecimentos de 7 de outubro. Ipatinga, 1963.

_____. In: MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça Militar. Processo n. 2.035, v. 2. 1963-1965, pp. 266-270.

_____. In: MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça Militar. Processo n. 2.035, v. 5. 1963-1965, pp. 48-58.

VILASNOVAS, José. *Entrevista concedida ao Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Timóteo e Coronel Fabriciano* – Metasita. [s.d.].

XAVIER, Francisco Pereira. *Entrevista concedida a Edvado Fernandes da Silva*. Governador Valadares, 20 jan. 2013.

ZAMPROGNO, Robson. In: USIMINAS. Relatório da Comissão de Sindicância para apurar os lutosos acontecimentos de 7 de outubro. Ipatinga, 1963, pp. 120-126.

_____. In: MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça Militar. Processo n. 2.035, v. 2. 1963-1965, pp. 118-128).

RELAÇÃO DE ENTREVISTADOS} ¹⁵²

168

Adil Albano Cruz

Álvaro Nunes Teixeira

Antônio Monteiro

Antônio Alves Assis Diniz

Carlindo Marques Pereira

Daniel Ferreira Pinto

Daniel Miranda Soares

Darcy Monteiro de Souza

Édson de Oliveira Cunha/Edinho Ferramenta

Enias Silvino de Souza

Francisco Carlos Delfino/Chico Ferramenta

Francisco Pereira de Lima

Francisco Pereira Xavier

Geraldo dos Reis Ribeiro

Gérson Neves de Lima

Helvécio Thomaz Martins

Himilcon Demartin

Ione de Moraes Tofanelli

Ivo José da Silva

João Carlos Duarte

João Magno de Moura

José Augusto Schittini de Moraes

José Bento Menezes

José Deusdedith Chaves

José Francisco de Oliveira

José Horta de Carvalho

José Martins da Silva

Leonardo Monteiro

Luiz Carlos Miranda

Marcelo Freitas

Maria Aparecida de Moura

Marilene Monteiro de Castro Diniz

Marilene Tuler

Maurilho Thomaz

Moisés Arimatéia Matos

Pedro Mota Sobrinho

Raimundo Serrinha Pereira Chaves

Rhonilson Nascimento

Rossi Nascimento

Tertuliano Ferreira dos Santos

¹⁵² Um engenheiro que ocupou cargos importantes na Usiminas, um ex-médico, ex-operários e antigos moradores e frequentadores do Juá foram entrevistados e pediram para não serem identificados.

RELAÇÃO DE FERIDOS E MORTOS¹⁵³ }

169

FERIDOS

1	Carlos Alberto Xavier	25	José Vilas Novas Mendes
2	Rodir Rodrigues	26	Carlos Roberto da Silva
3	Celine da Silva Machado	27	Jesus Bitencourt Braga
4	Afonso Enes de Oliveira	28	Wanderley Santos Soares
5	Josias Marino	29	José Silvério Couto
6	Antonieta F. C. Martins	30	Elvande de Oliveira Souza
7	Nilson João de Miranda	31	Hélio Soares de Queirós
8	Walter Volpato	32	Antônio Venâncio de Araújo
9	João Pereira da Silva	33	José Aleião da Silva
10	Jurandir Soares Macário	34	Flórcio Fornaciari
11	Antônio Fernando Bongiovani	35	José Rodrigues
12	Benjamin Miranda Neves	36	Agenor Napoleão Almeida
13	Antônio Maciel Coelho	37	Milton Pereira da Silva
14	João Elias de Souza	38	Francisco João de Souza
15	José das Graças de Oliveira	39	Waldir Resende Xavier
16	José João de Souza	40	Jair Rosa
17	Waltencir Brito de Paula Oliveira	41	Ildo Ferreira dos Santos
18	Cyro Alípio Siqueira	42	Antônio Favato
19	José Elias dos Santos	43	José Elias Silvino
20	Francisco de Assis	44	Einas Silvino de Souza
21	Waldemar Siqueira	45	Mizak Bernardino Ribeiro
22	Walter Pereira Leite	46	Milton Moreira da Silva
23	Geraldo Celestino Figueiredo	47	Yokio Kakakana
24	José Maria de Almeida	48	Selme da Silva Machado

49	Walter Von Pater	84	Sebastião Barbosa Coutinho
50	Sebastião Araújo Costa	85	Sebastião Mariano
51	Hélio Mateus Ferreira	86	Salomão Freitas
52	José Martins da Silva	87	José Ferreira da Silva
53	Ivan Ferreira Costa	88	José Pereira Filho
54	Jurandir Gomes Macalha	89	Romualdo Mendes Silva
55	José Rodrigues Santos	90	Misande Oliveira Souza
56	Antonio Dilson Sales	91	Elias Silvino de Souza
57	Austeno Manoel Coelho	92	José Apinhão da Silva
58	Cícero Alves	93	Eliane Oliveira de Souza
59	Dilton da Silva		
60	Devenir Gomes da Silva		
61	Edson Generoso Coelho		
62	Irineu Melo de Almeida		
63	Isolino Salvador Rosa		
64	José Moreira Gomes		
65	João Nascimento		
66	José Oliveira Mendes		
67	João Fabiano Cordeiro		
68	João Raimundo Mafra		
69	Joaquim do Carmo Siqueira		
70	José Ribeiro Guimarães		
71	João Batista de Resende		
72	José Esteves da Silva		
73	José Eugênio da Silva		
74	Luis Carlos		
75	Mário Lúcio Costa		
76	Manuel Queiros Neto		
77	Manuel R. De Oliveira		
78	Paulo Cláudio		
79	Pedro Nogueira		
80	Pedro Paulo Castro		
81	João Raimundo Mafra		
82	Raimundo Nonato Vitoriano		
83	Roberto Barros		

MORTOS

1 Gilson Miranda	Industriário	Projétil; olho direito.
2 Eliane Martins	– (criança de 3 meses)	Projétil; coxa esquerda e ruptura da artéria femoral.
3 Aides Dias de Carvalho	Industriário	Projétil; região occipital (tiro nas costas).
4 Antônio José dos Reis	Industriário	Projétil.
5 Alvino Ferreira Felipe	Industriário	Projétil; região occipital (crânio).
6 Sebastião Tomé da Silva	Industriário	Parte média da nuca.
7 Geraldo Rocha Gualberto	Alfaiate	Projétil; nádega esquerda.
8 José Isabel do Nascimento	Industriário	Projétil; lombar direita, atingiu o intestino.

153 Conforme cruzamento entre feridos que constam do inquérito penal militar que deu origem ao Processo 2035, inclusive alguns militares e operários feridos na noite do dia 6 e na madrugada do dia 7 de outubro, e a relação de vítimas internadas em estabelecimentos hospitalares da região no dia 7 de outubro, que foi divulgada pela direção da Usiminas logo após a tragédia. Diversos feridos, como os que não foram levados a hospitais, não aparecem nessa lista.

Jornais (edições de outubro e novembro de 1963 e de março e abril de 1964):

Correio da Manhã

Correio de Minas

Diário da Tarde

Estado de Minas

O Globo

Última Hora

Jornal do Brasil

Tribuna da Imprensa

Folha de S. Paulo

Folha da Manhã

Estado de S. Paulo

Correio Braziliense

Outros jornais

O Binômio, 7 out. 1963, 18 nov. 1963 e 26 nov. 1963.

O Outro Lado, 16-24 mai. 1993; 4-18 jul. 1993.

Revistas

Ipatinga, Ano 2000.

Istoé, 29 abr. 1998.

Sindipa, 40 Anos.

Vale do Aço 2000 – Um século de história.

O Cruzeiro, 2 nov. 1963 e 23 nov. 1963.

Vêja, 14 dez. 1988.

Outros documentos

MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. Arquivos da Polícia Política -1954-1970.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Comissão Especial para apurar responsabilidades nos acontecimentos de Ipatinga. Depoimentos. 1963-1964.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Comarca de Coronel Fabriciano. Processo criminal contra Carlos Alberto Xavier e outros. 1963-1965 [Excertos].

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça Militar. Processo n. 2.035. 6 v., 1963-1965.

USIMINAS. Relatório da Comissão de Sindicância para apurar os lutuosos acontecimentos de 7 de outubro. Rel. Ipatinga, 1963.

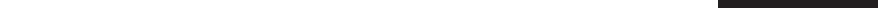
SOBRE O AUTOR}

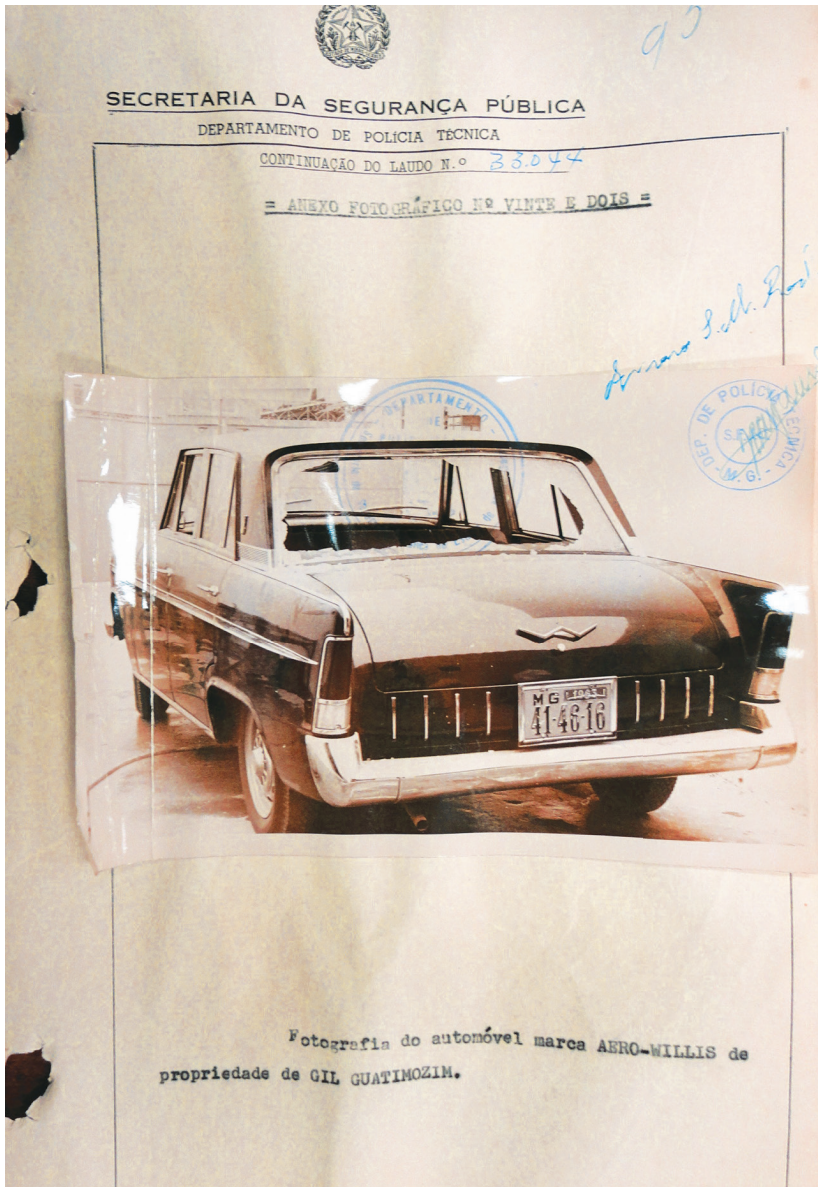
174

Edvaldo Fernandes da Silva graduou-se na Universidade Federal de Minas Gerais em Comunicação Social (Jornalismo) e Direito. Tem especialização em Direito Tributário pela Universidade Católica de Brasília e Mestrado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Em 2013, conclui o curso de Doutorado em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Foi repórter da Câmara dos Deputados e atualmente ocupa o cargo de Advogado do Senado.

ANEXOS}

176





01

Aero-Willys de Gil Guatimosim com marcas das pedradas atiradas na madrugada do dia 7



Desordenes Provocam Tumultos em Iptatinga

de CORONEL CHEPE DO ESTAB.

O vilho chamado "topo da terra" vem a Iptatinga não pode ser agitado em Iptatinga. Isso porque elementos estivessem nos quadros da violência. A identificação como desordenos, não estão querendo fazer provelho dos imediatos acontecimentos, da esquadra de uniformes, não leva em conta de sua franqueidade ao grupo porque idoneidade, interpretando os acontecimentos operários e Política Militar graças à situação firmeza de sua. Sua operação de controle e a administração dos locais. Momentos desclassificados por ocorrerem na madrugada de ontem em Iptatinga Velha, como a ocorrência, a violência, a destruição do prédio da Prefeitura do Povo, local e a tentativa de roubo de uma caixa de dinheiro. Os acontecimentos são relatados na planície, dia 7, envolvendo os crimes, sendo que para as pessoas envolvidas como "Povo do dia" os crimes, incluindo a violência e o roubo de dinheiro, são relatados em detalhes. Ao mesmo tempo, outros crimes, incluindo...

05

Diário da Tarde
10.10.1963

Aos Trabalhadores de Varzea da Palma

COMPANHEIROS:

Neste momento de festejos e confraternização universal pela passagem da data magna da cristandade - o natal - pretendiamos reunir em Assembléa todos os trabalhadores e o povo, para irmos juntos não só sentimentos fraternalizados o Natal e o Ano Novo com uma serie de conferencias sindicais e cultural, fim de desenvolvermos a luta contra a exploração do homem pelo homem.

Com alegria e satisfação faço lembrar, que se o Cristo não tivesse na terra, em nossos dias, ele estaria provavelmente dentro das organizações sindicais fazendo uso da sua poderosa palavra pela completa libertação da Classe Operária e do Povo.

Porque a história de Cristo está ligada a história revolucionária da Classe Operária do mundo inteiro. A nossa luta é a mesma luta encetada por Cristo, no tempo da escravidão dirigida por Roma. Os nossos inimigos de hoje, são os mesmos inimigos de Cristo, houve apenas mudança de dirigentes, hoje quem os dirige é o Capitalismo estrangeiro, com sede em Washington.

Cristo, nunca enganou a ninguém e nunca fantasiou de religioso, como fazem os falsos defensores do Cristianismo de nossos dias. Estes são na verdade, defensores do Capitalismo operário, e do Imperialismo estrangeiro.

Companheiros: todas vezes estão ao par da boa vontade e esforço que tenho despendido para o reconhecimento de nossa Associação que foi fundada dentro dos preceitos legais, e até hoje não foi reconhecida pelo Governo, que em discurso de 1. de Maio de 1951, condtou os trabalhadores a organizar Sindicatos, Associações, etc., e por mala inervel que pareça até hoje este Governo não reconheceu a nossa Associação Profissional.

Portanto, o Governo que ali está não passa de defensor dos patrões, e escravizador das massas trabalhadoras e do povo de nossa Pátria.

No curto prazo de um ano fizemos mais para os trabalhadores de que o Governo demagógico do Sr. Getúlio Vargas. Contra a vontade da Bélgica, Cia imperialista Luxemburguesa, conseguimos o seguinte: Cooperativa, Recebimento das horas-extras, Abono - Natalidade, pagamento do salário do Trabalho.

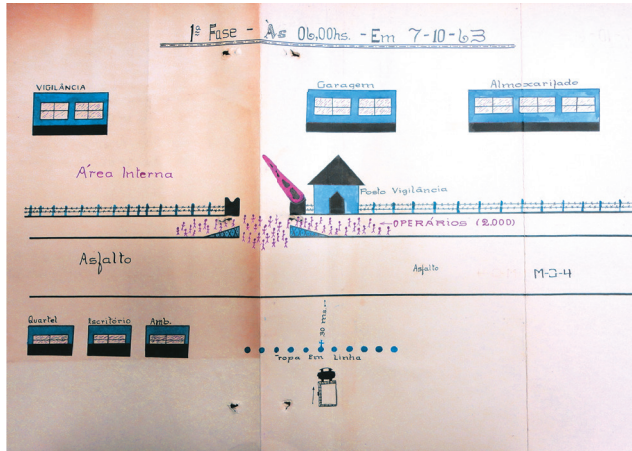
Conquistamos ajuda para os Carveiros, o direito de plantarem as suas ruas nos domínios da Cia. Enfiar, fizemos tremar a estrutura economica da poderosa Bélgica - Mineira. Talvez a nossa Associação, não tenha sido reconhecida, porque, a corrupção que atinge o Ministério da Agricultura, no caso do relocalamento tenha chegado sem dúvida ao Catéle.

Em 22 de Dezembro de 1953

Tudo pelo registro da nossa Associação
Abaixo o escravagismo do capitalismo estrangeiro
Tudo pela Reconhecimento do Brasil

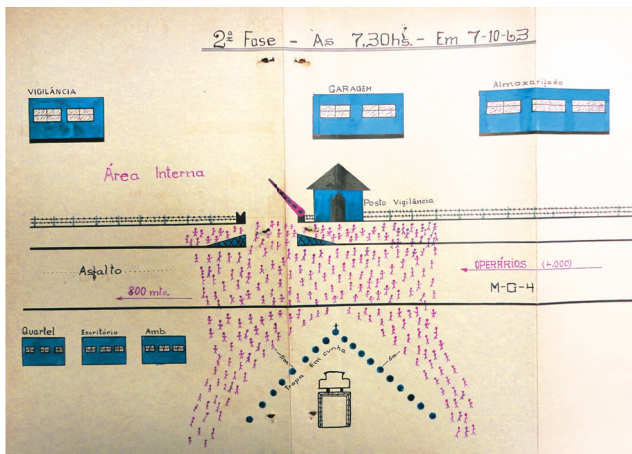
GABRIEL JOSÉ PEREIRA-Presidente

06



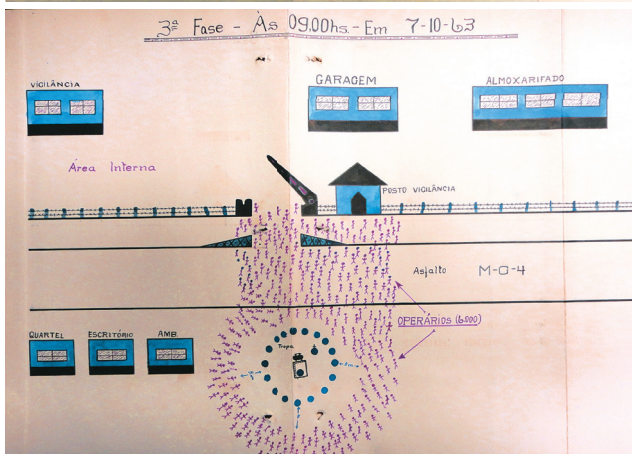
Croqui da situação na manhã do dia 7 . I - Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais

02



03

Croqui da situação na manhã do dia 7
II - Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais



04

Croqui da situação na manhã do dia 7 . III - Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais

527

ASSUNTO:

Apuração de atividades subversivas registradas no município de [redacted], em Minas Gerais.

DATA:

25/4/64

Col. Fabriciano (Distrito de Leopoldina)

HISTÓRICO:

Processo feito pelo Delegado Especial Dr. Bolívar Malaquias e pelo escrivão Roberto de Barros.

INDICIADOS:

José Martins da Silva	Eletricista
Joaquim Sebastião Gonzaga da Costa	Func. Pub. Fed.
Hideo Ishi	Industriário
Newton Bhering (Vulgo "Titino")	Func. SANDU
Raimundo Madeira Filho	Almoxarife
Judismar Bhering Torres (Vulgo "Dimar")	Eletricista
José Luiz de Carvalho (Res. Hotel Magalhães BH)	Escriturário
Maurício Moreira	Aux. Escr.
Jovany da Cunha Montalvão	Industriário
Zenos José da Silva	Almoxarife
Djaniro José de Oliveira	Industriário
Acelino Crozindo de Almeida	Industriário
José Ladeira de Souza	Industriário
Antonio Primário Gonçalves	Eletricista
Maurício Moreira	Industriário
Norberto Benício de Oliveira	Industriário
José Pretazio de Oliveira, digo, de Azevedo Medeiros residente em Belo Horizonte a Rua Floresta, 66.	Contador
Tertuliano Ferreira dos Santos	Operador
Sergio Silva	Metalurgico
Getulio Alves (Res. em BH. R. Monte São, 466)	Anal. Químico
José Rodrigues da Rocha (Res. BH. R. Araguari, 342) ←	Metalurgico
Luiz Rogério Fabrino (Res. BH. R. Acurui, 205)	Anal. Químico
João Batista Braga (Res. BH. R. Francisco Bressane, 39 ap. 5)	Industriário
Antonio Alves de Assis	Industriário
Geraldo , digo, Serafim Julio Calvo Diegues (espanhól)	Aux. Tec.
Oldemar Viana Dias	Engenheiro
Antonio Alves de Assis Diniz	Operador-Ponte
Hercules de Oliveira Soares	Metalurgico
Gabriel José Pereira (vulgo "Amigo")	Motorista
José Deusdedith Chaves * → GINO	Operador
Cezar Eduardo Esper Cerqueira (Res. BH. R. Guajajaras, 2105)	Eletrotec.
Spyridon Harilaos Douvakis	Mec. Ajust.
Luiz de Azevedo Medeiros * ←	Vigilante
Oswaldo Marques Ladeira	Metalurgico
Hilton Lobato	Operador
Paulo Fernandes Soares de Oliveira	Metalurgico
José Luiz dos Santos	Eletricista

TESTEMUNHAS:

Dario Paulo da Silva	Mecânico. Aux.
Wilde José Corrêa (Enc. Aloj. da Uziminas)	Alfaiate
Silas Augusto da Costa	Comerciante
José Nelson de Aguiar	Opr. U. L. Q. G.
João Batista de Carvalho	Func. E. M. E. G.
Joaquim Custodio da Silva Neto	Enfermeiro
Mancel Maia da Silva	Comerciante
	Comerciante



PM MINEIRA METRALHA OPERARIOS DA USIMINAS: 7 MORTOS E 49 FERIDOS

Operários da Usiminas foram atingidos por tiros de metralhadora durante uma greve. Sete morreram e 49 ficaram feridos.

Grande Fabrica de Ferramentas Trará Economia de Divisas Para o País



Uma nova indústria para o Brasil. Grande fábrica de ferramentas trará economia de divisas para o país. O projeto prevê a fabricação de ferramentas e maquinário para o Brasil.

Foram mais de 2 milhões em bilhete de loteria

Foram mais de 2 milhões em bilhete de loteria. O resultado da loteria foi divulgado ontem.

Ampliação de Cadeia de Produção de Borracha

Ampliação de cadeia de produção de borracha. O projeto prevê a fabricação de borracha e produtos derivados.

Ultima Hora
8.10.1963
Marilene Tuler

Large newspaper clipping with headline: 'POLICIA MATA OITO E FERE CEM EM IPATINGA'. Includes a large photograph of a city street and several columns of text. Other headlines include 'HOMENAGEM DO CONCILIO A VIRGEM DO ROSARIO' and 'KENNEDY ASSINA O...'. The clipping is from 'Ultima Hora' newspaper, dated October 8, 1963.

Lista de subversivos de Ipatinga indicados após golpe
Arquivo DOPS



10

09/10/1963. Acervo Jornal
Estado de Minas/Hilton
Rocha Brasil. Ipatinga-MG.
Massacre em Ipatinga -
Operários da Usiminas atrás
de uma barricada ao lado do
alojamento dos solteiros, a
fim de impedir a penetração
dos cavalariáneos que atiravam
contra os trabalhadores.

09/10/1963. Acervo Jornal Estado de Minas/Hilton Rocha. Brasil. Ipatinga-MG. Massacre em Ipatinga - Operários da Usiminas executando a "Operação Vingança", a qual consistiu na destruição do caminhão onde se transportaram os soldados.



ACERVO JORNAL ESTADO DE MINAS/HILTON ROCHA

ACERVO JORNAL ESTADO DE MINAS/HILTON ROCHA





O MINISTRO DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

FAZ SABER a quantos esta CARTA virem que, atendendo ao que requereu a " Associação Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Ipatinga" - - - - -

com sede em Ipatinga - - - - - no Estado de Minas Gerais - -

....., resolve aprovar os respectivos estatutos e reconhecê-l-a....., sob a denominação de SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO, DE IPATINGA - - - - -

como sindicato representativo de todas as categorias profissionais integrantes do 14º grupo - trabalhadores nas indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico - do plano da C.N.T.I. - - - - -

na base territorial Município de Ipatinga - - - - -

com sede em Ipatinga - - - - -, no Estado de Minas Gerais - -

de acôrdo com o regime instituído pela CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO.

E, para firmeza, mandou passar a presente CARTA, que vai por éle assinada.

Brasília, 1º de maio de 1965

Amalade

A carta sindical trazida pelo Presidente Castello Branco em 1º de maio de 1965

